

Estágio no Observatório Político: Compreender o Funcionamento de uma Associação Científica

Ana Isabel Santos Madeira

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, Área de Especialização: Estudos Políticos de Área**

Setembro, 2013

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização: Estudos Políticos de Área realizado sob a orientação científica de Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (Orientadora da instituição de acolhimento), Professora Mestre Carla Leão (Orientadora da FCSH) e Professor Doutor Tiago Moreira de Sá (Co-orientador da FCSH)

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores da FCSH – UNL, Professora Mestre Carla Leão e Professor Doutor Tiago Moreira de Sá, pelo apoio prestado e a muita disponibilidade.

À minha orientadora no Observatório Político, Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, por me acolher na sua instituição e me orientar nos seus meandros.

A todas as pessoas do Observatório Político que me ajudaram e fizeram sentir em casa, nomeadamente a Mestre Patrícia Oliveira, a Mestre Ana Filipa Guardião, o Mestre Paulo Barcelos, a Mestre Joana Ferreira, a Mestre Marta Ceia, a Mestre Raquel Duque e a Dr.^a Teresa Furtado.

Aos meus companheiros de estágio, com quem trabalhei e passei bons momentos: Ana Filipa Magalhães, Filipa Brandão, Cláudia Ribeiro, Cláudia Madruga, Tânia Frade, Bruno Bernardes, Catarina Santos, Gilberto Pereira e João Mártires.

À Dr.^a Maria da Luz Ginja que me apoiou em todas as burocracias relacionadas com o mestrado.

E finalmente, aos meus pais, Eugénia Madeira e José Madeira, à minha avó, Maria Eugénia Santos e ao meu namorado, João Guimarães, que me aturaram os humores e tiveram muita paciência para lidar comigo durante o meu trabalho de estágio e de redacção deste relatório.

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Observatório Político (OP), projecto, actividades

Este relatório de estágio descreve as actividades realizadas num estágio de sete meses no Observatório Político (OP), no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Estudos Políticos de Área e tendo como finalidade a obtenção do grau de mestre. O objectivo do estágio era compreender como funciona uma associação científica dedicada aos Estudos Políticos, daí a escolha do Observatório Político como nosso local de estágio. A nossa pergunta de partida é: “Como funciona no quotidiano uma associação de Estudos Políticos para cumprir os seus objectivos?”. Sendo uma associação sem fins lucrativos dedicada aos Estudos Políticos, o OP está envolvido numa grande variedade de projectos científicos em que nos inserimos. Realizámos tanto actividades académicas como administrativas. Três projectos do OP fizeram parte das actividades académicas. O primeiro projecto é designado “Politipédia” e prende-se com a criação de uma enciclopédia virtual de Ciência Política a partir do antigo projecto “Respublica” sob coordenação do Professor Doutor José Adelino Maltez. O segundo projecto visava a preparação de painéis para uma exposição designada “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”, realizada no Padrão dos Descobrimentos. Com o terceiro projecto pretendia-se efectuar uma apresentação pública para expor a alguns deputados da Assembleia da República. O OP também nos ajudou a seguir um projecto individual, propondo-nos a realização de um artigo. Realizámos outras actividades académicas que não se envolviam nestes grandes projectos e, para além destas, foi-nos permitido realizar tarefas administrativas que nos ajudaram a compreender o funcionamento da instituição. Desta forma, o objectivo de compreender o funcionamento de uma associação científica foi alcançado.

ABSTRACT

KEYWORDS: Observatório Político (OP), project, activity

This internship report describes the activities carried out in a seven month internship in Observatório Político (OP), in the ambit of the master in Political Science and International Relations, specialization area in Area Studies and with the purpose of acquisition the master's degree. The objective of the internship was to understand how a scientific association devoted to Political Studies works, hence the choice of Observatório Político as the internship place. Our research question is: "How does an association of Political Studies works everyday to fulfill its objectives?". Being a non-profit-making association devoted to Political Studies, OP is involved in a great variety of scientific projects in which we took part of. We carried out both academic and administrative activities. Three OP projects made part of the academic activities. The first project is called "Polítipédia" and deals with the creation of a virtual encyclopedia of Political Science, taken from the former project "Respublica" under coordination of Professor José Adelino Maltez. The second project aimed at the preparation of panels for an exhibit called "Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962", held in Padrão dos Descobrimentos. With the third project we prepared a public presentation to show to some of the deputies of the Parliament. OP also helped us to follow an individual project, suggesting the making of an article. We engaged in other academic activities that were not involved in these major projects and, besides those, we were allowed to engage in administrative tasks that helped us understand the way the institution works. Therefore, the objective of understanding the way a scientific association works was accomplished.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Parte I: Enquadramento.....	3
Capítulo I: O Estágio no âmbito do Mestrado.....	3
Capítulo II: Caracterização da Instituição de Acolhimento.....	6
Capítulo III: Metodologia.....	11
Parte II: Actividades Desenvolvidas.....	13
Capítulo I: Actividades Académicas.....	13
I. 1. Projecto: Politipédia.....	13
I. 2. Projecto Nacional Público: Exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”.....	16
I. 2.1. Leituras Exploratórias.....	16
I. 2.2. Descrição do Projecto.....	17
I. 3. Projecto Nacional Público: Apresentação na Assembleia da República.....	18
I. 3.1. Leituras Exploratórias.....	18
I. 3.2. Descrição do Projecto.....	20
I. 4. Projecto Individual: Realização de um Artigo Científico.....	22
I. 4.1. Leituras Exploratórias.....	22
I. 4.2. Descrição do Projecto.....	29
I. 5. Outras Actividades Académicas.....	31
Capítulo II: Actividades Administrativas.....	38
Parte III: Considerações Finais.....	41
Capítulo I: Recomendações.....	41
Capítulo II: Conclusão.....	44

Bibliografia.....	46
Anexos.....	i
A1: Página Inicial do Politipédia (29/8/2013).....	i
A2: Folheto de Apresentação da Exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”	ii
A3: Apresentação na Assembleia da República: “Redes Sociais – Renovação dos Espaços de Politização”	v
A4: <i>Abstract</i> do Artigo “Youth unemployment, high education and access to ICTs: What were the reasons of the ‘Arab Spring’”	x
A5: Bibliografia sobre <i>Millenium Development Goals</i>	xi
A6: Opções de Financiamento para as Actividades de Investigação.....	xiv
A7: Análise dos Inquéritos da <i>Spring Research School</i>	xxiii
A8: Projectos de Investigação em Direitos Humanos.....	xxvii
A9: CVs dos Investigadores para a Exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”	xxxix
A10: Trabalho de Grupo Apresentado no Curso de Diplomacia na América Latina.....	xlii
A11: Exemplos de Planificações no Observatório Político.....	xlvii
A12: Descrição do Curso de Diplomacia na América Latina (Site do OP) (29/8/2013).....	xlix
A13: Lista de Autores dos Vários Tipos de Publicações OP	l
A14: Regras de Publicação dos <i>Working Papers</i>	lii

Introdução

Este relatório foi realizado no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Estudos Políticos de Área, com a finalidade de obtenção do grau académico de mestre. O relatório pretende ser um registo da actividade da estagiária Ana Isabel Madeira na instituição Observatório Político – Associação de Investigação em Estudos Políticos no período de 16 de Abril a 16 de Outubro de 2012. O estágio tinha como objectivo compreender o funcionamento de uma associação científica dedicada aos Estudos Políticos, daí a escolha desta instituição para o realizar. A nossa questão de partida é: Como funciona no quotidiano uma associação de Estudos Políticos para cumprir os seus objectivos?”.

O Observatório Político (OP) oferece dois tipos de estágios: os curriculares, que contemplam o trabalho administrativo da instituição e os académicos, que proporcionam aos estagiários o envolvimento em actividades de investigação. Neste sentido, as actividades a ser realizadas no Observatório Político enquadram-se naquilo que são as tarefas a desempenhar para a obtenção de um nível de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. O estágio realizado no Observatório Político durante sete meses corresponde ao que na instituição de acolhimento se designa por estágio académico.

As actividades foram desenvolvidas não só em projectos académicos, mas também em funções administrativas, pois embora a instituição de acolhimento tenha estagiários próprios para as essas funções, estas também fizeram parte das nossas actividades numa segunda fase para nos proporcionar um aumento de competências na instituição e nos integrarmos no funcionamento da mesma.

Este relatório está dividido em três partes: uma de enquadramento; uma segunda parte descreve as actividades desenvolvidas durante o estágio e uma terceira parte de considerações finais.

A primeira parte do relatório inicia-se com um capítulo de enquadramento deste estágio no mestrado em Estudos Políticos de Área, tanto ao nível do motivo da escolha de um estágio nesta instituição, como ao nível das actividades desenvolvidas no estágio. O segundo capítulo descreve a instituição de acolhimento, o Observatório Político,

salientando as actividades mais importantes aí desenvolvidas. O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada neste relatório, embora a metodologia de cada actividade esteja nos capítulos dedicados a cada uma.

A segunda parte do relatório descreve as actividades desenvolvidas no estágio. Estas dividem-se em actividades académicas e administrativas. Dentro das actividades académicas foram destacados quatro projectos pela sua importância para a instituição e/ou por um maior envolvimento da estagiária. Para três delas foram necessárias leituras exploratórias para desenvolver posteriormente os projectos, de forma que estas leituras são descritas num capítulo introdutório à descrição destes projectos. Descrevem-se ainda outras actividades académicas desenvolvidas. O segundo capítulo descreve as actividades administrativas a que nos dedicámos.

Finalmente, a terceira parte divide-se em recomendações à instituição, com uma reflexão da nossa parte sobre o funcionamento da mesma, e as conclusões do nosso trabalho.

Do relatório consta também uma bibliografia das obras e artigos consultados nas diferentes actividades. Em anexo, mostra-se o trabalho realizado por nós em relação às actividades descritas, naquilo que foi possível publicar em consenso com a instituição.

Parte I – Enquadramento

Capítulo I. O Estágio no âmbito do Mestrado

Sendo este um relatório de estágio desenvolvido no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Estudos Políticos de Área, é importante explicar de que forma as actividades desenvolvidas se relacionam com o mestrado em causa.

As actividades desenvolvidas no estágio lidaram com vários temas, essencialmente a Índia e seu envolvimento com Portugal aquando da independência daquele Estado, o Médio Oriente e o Norte de África e relação da ‘primavera árabe’¹ com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), a História política portuguesa nos séculos XIX e XX e as redes sociais na Internet. Houve uma grande componente de estudo das TICs, seja em termos teóricos, nomeadamente na actividade de realização de um artigo científico, seja na prática, utilizando computadores e essencialmente a Internet para realizar as actividades. As TICs são estudadas em Ciência Política pelas transformações que proporcionaram na sociedade, nomeadamente em termos políticos. São estudadas em relação a conceitos de democracia digital e participação política na *Web*.

As TICs não são um tema premente nos Estudos de Área em geral, no entanto a perspectiva com que foram olhadas, nomeadamente na realização de um artigo científico, relacionou o estudo das TICs com os Estudos de Área.

Para entender como os Estudos Políticos de Área se relacionam com as actividades desenvolvidas no âmbito das TICs, é necessário primeiro explicar o que se estuda e qual a perspectiva deste estudo. Os Estudos Políticos de Área são uma parte temática dos Estudos de Área, relacionando estes com as metodologias usadas na Ciência Política. Os Estudos de Área nasceram como disciplina científica no final da II Guerra Mundial e no

¹ A ‘primavera árabe’ é um termo controverso para designar a explosão de revoltas que aconteceram, primeiro na Tunísia a 17 de Dezembro de 2010, e que depois se espalharam por muitos dos Estados árabes. O termo provém do anterior termo ‘Primavera de Praga’, que pressupôs uma série de políticas de liberalização e abertura. Apesar da ‘primavera árabe’ não se ter iniciado na Primavera, o termo vingou porque se pensava que os processos a que estávamos a assistir eram os mesmos vividos na Checoslováquia nos anos 60. Com o desenrolar dos processos e as eleições em alguns dos Estados árabes, percebeu-se que não era bem assim. Aqui utilizamos este termo entre aspas para designar estes movimentos de protesto por não haver outro melhor que o substitua.

contexto da Guerra Fria e respondiam à necessidade de compreender outros povos e outras culturas. Desta forma, foram-se multiplicando os departamentos e institutos temáticos – Centro de Estudos da África, Centro de Estudos da Ásia, etc. As primeiras regiões que despertaram a atenção dos alunos americanos fora dos EUA foram a União Soviética e a América Latina, seguidas da China e da Ásia em geral e do Médio Oriente. Mais tarde, as dinâmicas de descolonização em África trouxeram também o interesse por esta área geográfica².

Os Estudos de Área, focando-se na descoberta de novas culturas, nasceram com uma perspectiva mais antropológica. Mas cedo outras disciplinas das humanidades e das ciências sociais se interessaram também por estudar outros povos através da sua cultura, religião e língua para entender melhor a dinâmica envolvente, trazendo essa perspectiva para a sua disciplina mas não deixando de utilizar a metodologia própria da disciplina. Foi o que aconteceu entre os Estudos de Área e a Ciência Política, que criaram os Estudos Políticos de Área³.

De tal maneira os Estudos de Área eram centrados nas dinâmicas da Guerra Fria que, quando esta chegou ao fim, parecia também que os Estudos de Área iriam acabar. Não pareciam fazer sentido num mundo na era da globalização e do transnacionalismo⁴. No entanto, ainda nos anos 90 começaram a surgir novas dinâmicas de organização dos Estados-nação em blocos regionais, essencialmente económicos, mas que juntam países muitas vezes com uma cultura semelhante, o que proporcionou novos temas de trabalho aos Estudos de Área.

² Ver SZANTON, David L. – «The Origin, Nature, and Challenges of Area Studies in the United States, in The Politics of Knowledge: Area Studies and the Disciplines». *Edited by David Szanton*, University of California Press, 2004. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://www.aipt.org/jasc/Resources/General/Japan.Resources.Area%20Studies.pdf>. e LUDDEN, David – «Area Studies in the Age of Globalization». In *FRONTIERS: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*. Winter 2000, pp. 1-22. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://www.forumea.org/documents/Articles.pdf>.

³ Ver KATZENSTEIN, Peter – «Area and Regional Studies in the United States». In *Political Science and Politics*. Vol. 34, No. 4, 2001, pp. 789-791. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://instituty.fsv.cuni.cz/~kozak/katzenstein-area.pdf>. JOHNSON, Chalmers - «Preconception vs. Observation, or the Contributions of Rational Choice Theory and Area Studies to Contemporary Political Science». In *Political Science and Politics*. Vol. 30, No. 2, 1997, pp. 170-174. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://kkozak.wz.cz/chalmers%201997.pdf>. e BATES, Robert H. – «Area Studies and the Discipline: A Useful Controversy?». In *Political Science and Politics*. Vol. 30, No. 2, 1997, pp. 166-169. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3638435/bates_areastudies.pdf?seque.

⁴ SZANTON, David L., *op. cit.*

Algumas críticas aos Estudos de Área incluem o facto da unidade de análise se centrar no Estado-nação ou em unidades territoriais consideradas estáveis⁵ e de os estudos estarem centrados nos EUA (Estados Unidos da América) e na Europa, que se vêem como cultura que explica as outras e construindo a teoria a partir da sua realidade cultural⁶. Hoje em dia existem dois movimentos de estudiosos que podem aplacar estas duas principais críticas: os investigadores Ocidentais visitam cada vez mais a região que estudam e novos estudiosos dessas regiões estudam os seus países de origem nos países Ocidentais⁷.

Contextualizando, as nossas actividades no OP lidaram essencialmente com o tema das TICs numa das actividades – Realização de um Artigo Científico (Parte II, Capítulo I, Ponto 4) –, em que se conseguiu uma relação com os Estudos Políticos de Área e com as TICs, estudando os Estados árabes.

Em relação às actividades do estágio, elas enquadram-se no mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais visto terem sido realizadas numa associação de Estudos Políticos. A maioria das actividades foi essencialmente académica, inseridas em temáticas curriculares do nosso mestrado. As Metodologias de Investigação foram utilizadas em todas as actividades académicas, na recolha de informação sobre determinado tema e recolha bibliográfica. Os Estudos Asiáticos ajudaram na recolha de informação sobre a Índia no Projecto Nacional Público de construção de uma exposição (Parte II, Capítulo I, Ponto 2). Também as Teorias de Regionalização estiveram presentes no estágio em actividades como a Realização de um Artigo Científico (Parte II, Capítulo I, Ponto 4) e no Curso de Diplomacia na América Latina (Parte II, Capítulo I, Ponto 5), em que se pressupõe o objecto de estudo através de áreas regionais.

As actividades administrativas permitem entender o funcionamento deste tipo de instituição e ajudam-nos a responder à nossa questão de partida: “Como funciona no quotidiano uma associação de Estudos Políticos para cumprir os seus objectivos?”.

⁵ KATZENSTEIN, Peter, *op. cit.*

⁶ SZANTON, David L., *op. cit.*

⁷ LUDDEN, David, *op. cit.*

Capítulo II. Caracterização da Instituição de Acolhimento

O Observatório Político é uma associação científica sem fins lucrativos dedicada à investigação em Estudos Políticos, nomeadamente a Ciência Política e outras disciplinas na área das Ciências Sociais (Relações Internacionais, Estudos Políticos de Área, etc.). Criada em 2009 pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, tornou-se autónoma da Universidade que a criou e é hoje uma plataforma de investigação independente. No seu *website* pode ler-se: “Independente de estruturas político-partidárias, do poder político e dos órgãos de soberania, o Observatório Político tem-se empenhado no desenvolvimento sustentado de uma plataforma de estudo, análise e investigação dedicada à política, apostando na cooperação alargada com a sociedade e a comunicação social, para além dos serviços de ciência e tecnologia.”⁸

Sendo uma associação sem fins lucrativos, o Observatório Político financia-se através das inscrições dos sócios, designados “membros associados”. Os membros associados podem ou não ser investigadores. Estes últimos contribuem para a actividade de investigação da associação que já conta com mais de 100 membros investigadores na área da Ciência Política, alguns deles doutorados. A associação também os apoia no seu percurso científico, disponibilizando informação sobre financiamento para bolsas de investigação, sobre cursos de Ciência Política em Portugal e no estrangeiro, ou publicando os seus artigos. Para além destes membros associados existem alguns sócios honorários, normalmente altas personalidades da investigação na área da Ciência Política, que são propostos pela Direcção e aprovados em Assembleia-Geral.

Há também possibilidade de instituições estarem ligadas ao OP. Este colabora a nível nacional e internacional com outras instituições que têm uma linha de acção orientada para a Ciência Política através de protocolos. Entre estas instituições contam-se Universidades, Centros e Institutos de investigação.

Por motivo de residência ou de estudo e investigação, existem membros do Observatório Político em várias partes do mundo. Recentemente foi criada uma

⁸ Observatório Político, 2012, *Quem Somos*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/sobre-nos/quem-somos>.

designação para os membros associados destacados no estrangeiro, “Correspondentes@OP”. Criando um espaço de reflexão sobre sociedades diferentes da portuguesa, com sistemas políticos diversos, sendo o Observatório Político um espaço privilegiado para que estes correspondentes criem ideias científicas sobre sociedades políticas distintas. Desta forma, os membros do OP promovem a instituição internacionalmente por exemplo participando em conferências internacionais em nome da instituição. É um espaço do OP ainda em construção e que se está a afirmar com a interacção dos membros associados no estrangeiro.

O Observatório Político tem uma publicação própria, a Revista Portuguesa de Ciência Política |Portuguese Journal of Political Science| (RPCP), com periodicidade anual e uma tiragem de 750 exemplares, da qual já foram publicados os números 0 e 1, estando em curso a publicação do nº 2 e nº 3. A RPCP tem um Call for Papers permanentemente aberto a qualquer investigador que queira submeter um artigo. É composta pelo Conselho Editorial e pelo Conselho Académico. Ao Conselho Editorial “compete elaborar os planos editoriais, analisar e propor a inclusão de artigos, preparar os artigos para publicação e contribuir para a divulgação da RPCP.”⁹ O Conselho Académico define a estratégia editorial e os seus conteúdos.

Para além da RPCP, o Observatório Político edita com a colaboração da editora Fonte da Palavra, a Colecção de Estudos Políticos que “(...) visa a publicação de teses, ensaios, estudos, coletâneas de textos e recolhas documentais na área da Ciência Política que resultam da actividade de investigação dos membros do Observatório Político. (...)”¹⁰ Esta colecção conta já com quatro títulos individuais ou conjuntos, estando mais dois no prelo. Existem ainda os “*Working Papers*”, publicados por via electrónica no *website* do Observatório Político e com periodicidade quinzenal. São documentos de pequena dimensão que dão oportunidade aos investigadores associados e doutorados de dissertarem sobre as suas áreas de interesse e os projectos em que estão envolvidos no momento. Trata-se normalmente da exposição de um trabalho de investigação em curso

⁹ Observatório Político, 2012, *Revista Portuguesa de Ciência Política*. [Consultado em: 18/9/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/revista/apresentacao>.

¹⁰ Observatório Político, 2012, *Colecção de Estudos Políticos do Observatório Político*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/colecao-observatorio-politico>.

e “(...) podem ser textos baseados em reflexões teóricas, em discussões metodológicas ou na apresentação de resultados empíricos. (...)”¹¹

Recentemente foi criada outra publicação, uma *newsletter* designada “OPen Arena”, onde se apresentam as actividades em que o Observatório Político está envolvido. Tem uma periodicidade trimestral e tem como objectivo uma maior interacção entre os membros associados e o OP. Descreve várias actividades e inclui pequenos artigos, como “(...) perguntas e respostas científicas entre membros do OP; resenhas de livros publicados na coleção ou editados pelos seus membros; agenda realizada e em curso, uma secção de pontualidades informativas dos correspondentes (...)”¹².

Para além das publicações, esta associação é responsável por outras actividades ligadas à investigação científica em Ciência Política. Isto inclui cursos de formação avançada, seminários de internacionalização do ensino, organograma de investigação, conferências e congressos de âmbito nacional e internacional, um programa de estágio e serviço de traduções.

Foram já quatro cursos ministrados pelo Observatório Político: o “*Curso de Segurança e Defesa*”, o “*Curso de Diplomacia na América Latina*”, o “*Curso de Direitos Humanos: Entre Princípios e Práticas*” e o “*Curso de Organização e Comunicação Institucional*”. Trabalhando em parceria com Universidades e outros Institutos, o Observatório Político consegue uma oferta lectiva sobre determinados temas em cursos de formação avançada de cerca de 30 horas lectivas. Por exemplo, o “*Curso de Diplomacia na América Latina*” teve o apoio da Casa da América Latina e do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) pertencente à Universidade de Letras da Universidade de Lisboa. Brevemente o Observatório Político conta leccionar um “*Curso de Introdução à Política*” e um “*Curso de Crise e Segurança*”.

Também em colaboração com Universidades portuguesas e estrangeiras, o Observatório Político propõe seminários na área da Ciência Política. Funcionando como projectos de intercâmbio de estudantes do 1º Ciclo de estudos de Ciência Política, a Escola de Outono/Inverno (em parceria com o *Institut d’Etudes Politiques – Sciences Po*

¹¹ Observatório Político, 2012, *Working Papers*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/publicacoes/working-papers>.

¹² Observatório Político, 2012, *OPen Arena*. [Consultado em: 14/6/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/publicacoes/open-arena>.

Paris, Campus de Poitiers) e a *Spring Research School* (em parceria com o *Georgia Institute of Technology*) aceitaram estudantes. O objectivo é que estes estudantes estrangeiros tenham contacto com a investigação que é feita em Portugal na área da Ciência Política.

A investigação em redes pressupõe a criação de Redes Internacionais em que investigadores estrangeiros possam contribuir em “(...) ações, projetos e pesquisas, participação conjunta em congressos internacionais, painéis diversos, cujas temáticas versam e acentuam o peso das relações culturais históricas nas redes de poder políticas que envolvem estas comunidades. (...)”¹³ Duas destas redes já estão criadas, a RELESI (Rede em Língua Portuguesa de Ensino Superior e Investigação) e a REIA (Rede de Estudos Ibero-americana) e outras duas estão em fase de consolidação, a HERA (Humanidades na Área de Investigação Europeia) e a RESCUE (Rede de Estudos em Segurança e Estratégia).

O Observatório Político já participou como instituição em numerosos congressos e conferências desde 2009 e é outra parte importante da actividade da associação. Com a finalidade de promover a investigação científica dentro da instituição, os congressos permitem uma troca de experiências sobre o estado actual da investigação entre diversos centros de estudo e associações científicas.

Esta associação conta também com um programa de estágios que dão formação a estudantes na área da Ciência Política. Existem dois tipos de estágios, os curriculares e os académicos. O nosso estágio insere-se no âmbito dos estágios académicos. Os estágios curriculares são a tempo inteiro e remunerados e visam dar formação na área administrativa da instituição. Os estágios académicos são a tempo parcial e visam a formação na área da investigação em Ciência Política. Recentemente foram criados estágios arquivistas para trabalhar no projecto “Espólio e Arquivo Tito de Moraes” que conta com funções de tratamento documental e arquivístico. Todos os estágios têm a duração de três meses, à excepção do nosso que, com um pedido especial, a instituição concordou em estender para sete meses para corresponder a um estágio passível de obtenção do grau de mestre.

O projecto “Espólio e Arquivo Tito de Moraes” nasceu de um protocolo assinado entre o OP e a Associação Tito de Moraes para o tratamento do espólio de Tito de

¹³ Observatório Político, 2012, *Redes*. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/investigacao/redes-2>.

Morais¹⁴. Os documentos encontram-se na sede do Observatório Político e estão a ser tratados em grande parte pelos estagiários. Segundo o OP, “(...) o projeto pretende preservar a memória documental de Manuel Tito de Moraes, criando de raiz um arquivo que siga regras rigorosas de conservação, manutenção e preservação do espólio documental. (...)”¹⁵.

Por fim, o Observatório Político proporciona um serviço de traduções com “(...) traduções para Árabe, Castelhana, Francês, Inglês, Italiano e Português, com revisão de texto incluída. (...)”¹⁶ Este serviço é prestado aos membros associados sendo os tradutores-intérpretes “(...) escolhidos nas Associações de Tradutores Profissionais, quando existem nos respectivos países de origem (...)”¹⁷, segundo a instituição.

Desta forma, o funcionamento da instituição passa por um lado burocrático e administrativo e também com o desenvolvimento de actividades académicas. Foi-nos proporcionado desenvolver tarefas nos dois tipos de actividade o que nos proporcionou um melhor conhecimento do funcionamento do OP.

¹⁴ Tito de Moraes nasceu em 1910 e foi um opositor ao Estado-Novo. Foi preso e torturado pela PIDE e viveu no exílio. Um dos membros fundadores do Partido Socialista, ingressou também na Frente Patriótica de Libertação Nacional. “(...) Foi várias vezes deputado e ocupou também o cargo de Presidente da Assembleia da República (1983-1985). (...)”. Ver Observatório Político, 2012, *Projeto Espólio e Arquivo Tito de Moraes do Observatório Político*. [Consultado em: 14/6/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/investigacao/gruposprojeto-espolio-e-arquivo-tito-morais-do-observatorio-politico>.

¹⁵ Observatório Político, 2012, *Projeto Espólio e Arquivo Tito de Moraes do Observatório Político*. [Consultado em: 14/6/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/investigacao/gruposprojeto-espolio-e-arquivo-tito-morais-do-observatorio-politico>.

¹⁶ Observatório Político, 2012, *Serviço de Traduções*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/servico-de-traducoes>.

¹⁷ *Ibidem*.

Capítulo III. Metodologia

O estágio no Observatório Político surgiu da procura do nosso objecto de estudo que consistia em encontrar uma associação científica com o objectivo de entender o seu funcionamento quotidiano. A parte curricular do mestrado abre-nos o horizonte para as possibilidades académicas que podemos escolher. Mas um estágio permite que nos integremos no mercado de trabalho. Foi com este objectivo que escolhemos um estágio: entender o lado profissional de um mestrado em Estudos Políticos.

Sendo um mestrado numa área científica em Ciência Política e Relações Internacionais faria sentido escolher uma associação centrada na investigação em Estudos Políticos com o objectivo de compreender como funciona na prática uma instituição dedicada a esta área científica. Assim, a escolha do OP permite responder à pergunta de partida que nos propomos: “Como funciona no quotidiano uma associação de Estudos Políticos para cumprir os seus objectivos?”.

Quando entrámos na instituição foi-nos proposto que ingressássemos num tipo de estágio diferente do que estávamos à espera: que em vez dos estágios curriculares, que visavam o trabalho administrativo da associação, ingressássemos num dos primeiros estágios académicos que a instituição estava a organizar. Esta proposta foi aceite e o estágio foi estendido para sete meses – quando originalmente seria de três meses –, permitindo, neste período alargado, um olhar mais profundo sobre as actividades da associação. Eventualmente, o estágio abarcou um período de férias dos investigadores, o que também da nossa parte permitiu o contacto com o lado administrativo da instituição.

Quando ingressámos na instituição, deparámo-nos com actividades no campo académico ligadas a diversos temas na área dos Estudos Políticos. Foram incluídas também actividades de gestão administrativa. Por isso, a metodologia de cada uma das actividades, necessariamente diferente, encontra-se descrita em cada um dos capítulos dedicados às actividades ao longo deste relatório, permitindo uma maior compreensão do mesmo. As actividades dividem-se em actividades académicas e actividades administrativas, descritas na Parte II do relatório. As actividades académicas contam com um projecto próprio do Observatório Político (Capítulo I, Ponto 1), dois projectos

nacionais públicos (Parte II, Capítulo I, Pontos 2 e 3) e um projecto individual com o apoio do OP (Parte II, Capítulo I, Ponto 4). Desenvolvemos ainda outras actividades académicas descritas na Parte II, Capítulo I, Ponto 5 e actividades administrativas (Parte II, Capítulo II), que nos ajudaram a responder à nossa pergunta de partida.

Parte II – Actividades Desenvolvidas

Capítulo I. Actividades Académicas

Para a maioria das actividades académicas descritas neste relatório, foi necessário consultar obras e artigos científicos sobre os vários temas. Estes são tão variados como as redes sociais, contexto internacional nos anos de 1960s e os protestos da ‘primavera árabe’. Por isso há várias secções nos diversos projectos sobre leituras exploratórias.

I.1. Projecto: Politipédia

Estivemos envolvidas num projecto de investigação de relevo científico para o Observatório Político designado Politipédia. Este projecto consiste na criação de uma enciclopédia *on-line* de Ciência Política (ver anexo A1), baseada no anterior projecto Respublica sob coordenação do Professor Doutor José Adelino Maltez. O Respublica pretendia ser uma enciclopédia de Ciência Política em português *on-line*, mas eventualmente foi abandonado, encontrando-se actualmente o *website* incompleto relativamente à informação que se encontrava na posse do Professor Doutor Maltez. O Respublica é um reportório de Ciência Política com informação maioritariamente portuguesa a partir do século XIX, nomeadamente da monarquia constitucional, iniciando-se com a revolução de 1820. Contém uma breve história portuguesa desde 1820 até aos anos 90 do século passado. Para além disso, funciona exactamente como uma enciclopédia de Ciência Política portuguesa: tem pequenos retratos biográficos da classe política do período referido, uma descrição de todos os partidos e movimentos políticos, uma lista das revoluções e tumultos ocorridos, uma descrição dos regimes políticos, constituição dos governos, eleições realizadas e respectivos resultados, biografias de autores portugueses de Ciência Política e um anuário de acontecimentos políticos em Portugal. Em relação à área da Ciência Política, contém uma listagem de autores universais de Ciência Política e uma lista e descrição de conceitos políticos.

A nossa participação neste projecto traduziu-se essencialmente em seleccionar a informação do Respublica para o novo *website* do Politipédia e complementar com nova informação. A base do *website* Politipédia, ou seja, a sua página inicial e os principais *links* a esta página estavam já criados e tivemos que organizar a informação de forma coerente e lógica antes de a seleccionar.

O *website* Politipédia ambiciona ter toda esta informação completa. Neste sentido é um projecto sempre em actualização uma vez que todos os anos existe informação relevante para complementar o *site*. Entrámos para este projecto a 25 de Junho de 2012 e, á data de entrega deste relatório, ainda fazemos parte dele, embora numa fase diferente da descrita.

A primeira fase do projecto do Politipédia consistiu em transportar informação para o *website* a partir da informação disponível no *site* Respublica. Várias pessoas foram participando nesta tarefa para além de nós, especialmente outros estagiários do Observatório Político. Este carregamento obedeceu a uma ordem relacionada com o tipo de informações:

- Regimes Políticos – A primeira informação a ser carregada foi sobre os regimes políticos do século XIX em Portugal, segundo a definição do Professor Doutor Adelino Maltez: Vintismo, Joanismo, Cartismo, Miguelismo, Devorismo, Setembrismo, Cabralismo, Regeneração, Fusão, Rotativismo e Monarquia Terminal. Tratou-se de um trabalho moroso porque foi o congregar de informação conjunta de várias partes do *site*. Foi necessário juntá-la e reescrevê-la para que ficasse coerente e mantivesse o mesmo estilo em todos os regimes. Para todas as páginas foi necessário também formatá-las da mesma forma para que a apresentação em cada uma das páginas do Politipédia fosse idêntica, e ainda alterar o texto segundo o novo acordo ortográfico. As formatações foram realizadas no programa Wordpress. O texto foi principalmente revisto no programa *Lince* ou outros similares acessíveis através da Internet.
- Classe Política – Após os regimes políticos, foi transportada para o *site* a biografia das personalidades que constituíram a classe política portuguesa dos séculos XIX e XX, organizada por ordem alfabética.

- Partidos e Movimentos Políticos – A fase seguinte foi a selecção dos partidos e movimentos políticos portugueses no mesmo período, também organizados por ordem alfabética.
- Leis Eleitorais – Seguiram-se as Leis eleitorais.
- Governos - Após estas, os Governos e sua composição neste período.
- Autores Universais – Após o transporte e tratamento de informação para o *site* dos temas de Ciência Política portuguesa (à excepção do anuário, uma parte do *website* organizada por anos com os acontecimentos importantes em Portugal descritos para cada ano) chegou a vez dos considerados Autores Universais organizados por ordem alfabética que inclui as suas notas biográficas. Estes autores incluem pessoas que escreveram e publicaram no âmbito da Ciência Política em Estados que não o português. No Respublica estes autores estavam divididos entre autores brasileiros, britânicos, espanhóis, franceses, germânicos, italianos, norte-americanos e russos. Por isso, no Politipédia, os Autores Universais são apenas destas nacionalidades.
- Conceitos Políticos – Uma das actividades incluídas nesta tarefa foi a actualização para o *site* dos Conceitos Políticos, entendidos como expressões utilizadas no âmbito da Ciência Política e das Relações Internacionais, normalmente de autores que se dedicam a estudos nestas áreas. É uma componente forte do *website*, ocupando muito do seu espaço. Estiveram várias pessoas incumbidas desta tarefa, incluindo nós, e a orientação do trabalho teve que ser alterado a meio do processo porque a página não tinha dimensão suficiente para a organização que lhe estávamos a dar. Cada página do *website* tem um número limitado de caracteres, o que significou uma alteração na organização das páginas e mais horas de trabalho.
- Portugal Contemporâneo – O anuário, designado Portugal Contemporâneo, foi também uma tarefa realizada por várias pessoas, incluindo nós. É uma descrição dos acontecimentos mais importantes em Portugal, organizados por ordem cronológica, a partir de 1820.

I.2. Projecto Nacional Público: Exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”

I.2.1. Leituras Exploratórias

A preparação da exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962” no Padrão dos Descobrimentos passou por uma fase de recolha de informação. O OP teve acesso ao acervo documental da exposição, de onde se realizou a maior parte do trabalho de pesquisa. Para além disso, analisámos parcialmente o conteúdo de dois livros e um artigo, dos quais se segue a descrição. O livro de António Costa Pinto, *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*¹⁸ foi relevante porque dá a visão geral do que se pretendia encontrar, entre os acontecimentos na Índia Portuguesa nesta época conturbada e os acontecimentos no resto do mundo, com uma tendência para a descolonização. Isto permitiu criar um paralelismo entre o que foram tendências da Guerra Fria neste período, com os acontecimentos na Índia Portuguesa. Também o artigo de Elizabeth Cobbs, *Decolonization, the Cold War, and the Foreign Policy of the Peace Corps*¹⁹, retrata a descolonização inserida na temática da Guerra Fria e do que foram os conflitos entre os EUA e a URSS a propósito da descolonização dos estados africanos.

Carlos Alexandre Morais mostra, numa perspectiva pessoal, o que foram os acontecimentos em Goa, Damão e Diu aquando da invasão pela União Africana²⁰. Estes acontecimentos despoletaram os incidentes que são abordados na exposição.

¹⁸ PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

¹⁹ COBBS, Elizabeth A. – «Decolonization, the Cold War, and the Foreign Policy of the Peace Corps». In *Diplomatic History*. Oxford. Vol. 20, No. 1, 1996, pp. 79-105.

²⁰ MORAIS, Carlos Alexandre de – *A Queda da Índia Portuguesa - Crónica da Invasão e do Cativo*. 2ª Edição. Lisboa: Estampa, 1995.

I.2.2. Descrição do Projecto

Estivemos envolvidas no projecto nacional público em parceria com o Padrão dos Descobrimentos que visava a realização de uma exposição no Padrão dos Descobrimentos entre os dias 30 de Setembro de 2012 e 27 de Janeiro de 2013: “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”. Parte do folheto da exposição encontra-se em anexo (A2).

Este projecto consistiu na recolha de “(...) fotografias, documentação e recordações de militares portugueses que foram feitos prisioneiros de guerra na sequência da ocupação indiana, em Dezembro de 1961 (...)”²¹ e “(...) cujo espólio foi recolhido por Fernanda Paraíso, comissária da exposição com o apoio da Associação Nacional de Prisioneiros de Guerra (ANPG). (...)”²². A exposição celebrou os “(...) 50 anos do regresso do último contingente militar da Índia Portuguesa. (...)”²³

A exposição contava com vários painéis e expositores, assim como fotografias. Nos expositores encontravam-se objectos pessoais dos homens que foram feitos prisioneiros de guerra na Índia quando se iniciou a guerra pela independência deste país. Os homens retratados faziam parte do último contingente militar da Índia Portuguesa. Desde passaportes, cartões militares, partes dos uniformes, insígnias e até diários dos prisioneiros e fotografias pessoais podiam ser encontrados nos expositores. Foram objectos pessoais dados à organização da exposição pelos próprios. As fotografias documentam os seus momentos vividos na prisão como forma de expor como passavam o seu dia-a-dia. Os painéis da exposição contam a história destes prisioneiros, porque se encontravam na Índia na altura dos acontecimentos e incluíam também fragmentos dos seus diários. O Observatório Político realizou quatro destes painéis.

A parte do projecto da responsabilidade do OP consistia em contextualizar histórica e politicamente as relações entre a Índia e Portugal e o enquadramento internacional nos anos que abarcavam a exposição. Assim, foram realizados quatro painéis para a exposição sobre portugueses estacionados na Índia e que ficaram retidos,

²¹ Folheto de apresentação da exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”. Ver Anexo (A2).

²² Observatório Político, 2012. *Open Arena*, nº 1, p. 10. [Consultado em: 24/6/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/publicacoes/open-arena>.

²³ Folheto de apresentação da exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”. Ver Anexo (A2).

feitos prisioneiros de guerra, aquando da independência deste Estado. Ficámos a trabalhar em um destes painéis, designado “Prisioneiros Num Mundo em Mudança”, que traçava o enquadramento internacional da época, o contexto internacional de Guerra Fria e de independência da Índia nos acontecimentos de 1954-1962. Para isso foi necessária a recolha de material bibliográfico e algumas reuniões intercalares com alguns dos investigadores envolvidos. A Professora Doutora Cristina Sarmento, a Mestre Joana Ferreira, a Mestre Ana Guardiã e a Mestre Patrícia Oliveira foram as investigadoras com quem nós mais estivemos em contacto para este projecto.

I. 3. Projecto Nacional Público: Apresentação na Assembleia da República

I. 3.1. Leituras Exploratórias

A apresentação sobre redes sociais na Assembleia da República necessitou de algum trabalho de retaguarda sobre redes sociais. Assim, foi necessária uma pesquisa bibliográfica sobre a teorização da comunidade científica em relação a este tema.

O artigo de Scott McClurgh²⁴ enfatiza a importância das redes sociais de indivíduos (não na Internet, mas em relações cara-a-cara) na participação política individual. Foi um artigo elucidativo para entender a participação política, mas também para perceber que já existiam estudos sobre “redes sociais” antes do advento da Internet.

A comunidade científica que estuda as “redes sociais na Internet” – ou como designado num conjunto de autores “computer-supported social networks (CSSNs)”²⁵ –

²⁴ MCCLURGH, Scott D. – «Social Networks and Political Participation: The Role of Social Interaction in Explaining Political Participation». *Political Research Quarterly*. Vol. 56, No. 4, 2003, pp. 448-465. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em:

http://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=ps_pubs&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fscholar.google.pt%2Fscholar%3Fhl%3Den%26as_vis%3D1%26q%3DSocial%2BNetworks%2Band%2BPolitical%2BParticipation%253A%2BThe%2BRole%2Bof%2BSocial%2BInteraction%2Bin%2BExplaining%2BPolitical%2BParticipation%26btnG%3D%26as_sdt%3D1%252C5%26as_sdt%3D#search=%22Social%20Networks%20Political%20Participation%3A%20Role%20Social%20Interaction%20Explaining%20Political%20Participation%22.

²⁵ WELLMAN, Barry, SALAFF, Janet, DIMITROVA, Dimitrina, GARTON, Laura, GULIA, Milena, HAYTHORNTHWAITE, Caroline - «Computer Networks as Social Networks: Collaborative Work, Telework, and Virtual Community». *Annual Review of Sociology*. Vol. 22, 1996, p. 213. [Consultado em: 3/12/2012].

estuda essencialmente as transformações nas relações sociais com a advento destas redes. Não há unanimidade entre os autores no reconhecimento de que este novo tipo de relação seja melhor ou pior que as relações antigas. Com mais ou menos dados, os vários autores chegam a conclusões diferentes. O artigo acima citado, que conta com a participação de diversos autores, trata exactamente destas mudanças nas interacções sociais quando estas são feitas através de redes sociais na Internet. Estes são da opinião que, mesmo quando se constroem relações mais fortes com outras pessoas como, por exemplo, entre colegas de trabalho, as relações sociais nestas redes são mais fragmentárias. Em outro artigo com um autor comum²⁶ discute-se a questão das novas relações nas redes sociais serem positivas ou negativas. Os autores concluem que as redes sociais têm influência nas relações sociais mas, na sua maioria, esta é positiva porque quem usa mais a *Web* é quem também tem mais interacções sociais e não deixou de as ter, pelo contrário, aumentaram as suas interacções sociais por estar ligado à Internet. Ainda outro artigo também com vários autores trata destas novas interacções sociais no trabalho²⁷. O objectivo do artigo é compreender como se alteraram as interacções sociais dentro da empresa e quais as motivações dos funcionários em relação à rede social em sistema de intranet. Conclui-se que as pessoas começaram a utilizar esta rede social, não para se manter em contacto com os colegas que já conheciam, mas sim para melhorarem as relações com os colegas que não conheciam tão bem. As motivações para a utilização da rede social no trabalho eram, em maior nível, a interacção social com os outros a nível pessoal, em menor nível, o facto de essa interacção ser importante para subir na carreira profissional e ainda em menor nível para adquirir apoio para os seus projectos.

Disponível em: http://www.itu.dk/stud/speciale/specialeprojekt/Litteratur/Wellman_1996%20-%20computer%20networks%20as%20social%20networks.pdf.

²⁶ WELLMAN, Barry, HAASE, Anabel Quan, WITTE, James, HAMPTON, Keith – «Does the Internet Increase, Decrease, or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment». *Centre for Urban and Community Studies - University of Toronto*. Toronto. No. 6, 2001. [Consultado em: 5/12/2012]. Disponível em: <http://www.urbancentre.utoronto.ca/pdfs/researchbulletins/06.pdf>.

²⁷ DIMICCO, Joan, MILLEN, David R., GEYER, Werner, DUGAN, Casey, BROWNHOLTZ, Beth, MULLER, Michael – «Motivations for Social Networking at Work». *CSCW'08*. Proceedings of the 2008 ACM conference on Computer supported cooperative work, pp. 711-720. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em: <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1460674>.

Um artigo não relacionado com as transformações das interacções sociais²⁸, por exemplo, aborda a análise das tendências de hoje nas redes sociais para fazer perspectivar como serão as funções de navegação na Internet no futuro.

Na apresentação em si, fez-se uma pequena referência à noção de redes, através da definição de Castells²⁹ e deu-se uma definição de redes sociais de um artigo científico³⁰. Apresentaram-se também uma série de dados sobre tecnologias de informação nos Estados árabes, dados presentes no artigo científico (ver Parte II, Capítulo I, Ponto 4). Exibiram-se dados sobre subscrição de Internet nos Estados da União Europeia através do relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) já utilizado anteriormente no artigo realizado por nós³¹. Procuraram-se também dados sobre implantação do Facebook nos mesmos Estados Europeus³². Por fim compararam-se os dados dos Estados da União Europeia referentes à presença dos respectivos Paramentos nas redes sociais, consultando os seus Portais da Internet. Utilizaram-se também dois pequenos artigos para descortinar vantagens da presença dos Paramentos na Internet³³.

I.3.2. Descrição do Projecto

Foi solicitada uma consultadoria científica ao OP, a pedido da Assembleia da República, sobre redes sociais. O objectivo era informar alguns deputados do Parlamento

²⁸ BRESLIN, John, DECKER, Stefan – «The Future of Social Networks on the Internet: The Need for Semantics». *IEEE Computer Society*. Vol. 11, No. 6, 2007, pp. 86-90. [Consultado em: 5/12/2012]. Disponível em: http://www.johnbreslin.org/files/publications/20071100_ic_2007.pdf.

²⁹ CASTELLS, Manuel – *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

³⁰ BOYD, Danah M., ELLISON, Nicole B. – «Social network sites: Definition, history, and scholarship». *Journal of Computer-Mediated Communication*. Volume 1, Nº 13, 2007, Article 11. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>.

³¹ *United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People*. New York: United Nations, 2012. [Consultado em: 30/5/2012]. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan048065.pdf>.

³² Portal dos Socialbakers, 2012. [Consultado em: 6/12/2012]. Disponível em: <http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/>.

³³ ECKENBERG, Havi – «Social Media: 5. Parliamentary Use in the United Kingdom». *Library of Parliament*. No. 2010-11-E, 2010. [Consultado em: 6/12/2012]. Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2010-11-e.htm>. e ZUINI, Priscila - «Como lidar com Clientes Insatisfeitos nas Redes Sociais». *Exame.com*, 1/11/2012. [Consultado em: 6/12/2012]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/dicas-de-especialista/noticias/como-lidar-com-clientes-insatisfeitos-nas-redes-sociais>.

em relação a vantagens, desvantagens e razões porque os Parlamentos se encontram nas redes sociais e que tipos de interacções podem efectuar com os cidadãos, uma vez que alguns deputados estariam interessados em colocar a Assembleia da República nas redes sociais. Assim, preparámos com a Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento e com a Mestre Patrícia Oliveira uma apresentação pública com dados sobre as oportunidades e ameaças de uma instituição como a Assembleia da República se encontrar nas redes sociais. Foram também apresentados dados numéricos sobre redes sociais nos Estados Árabes (muito importante por causa dos movimentos da ‘primavera árabe’), nos Estados Europeus (pertencentes à União Europeia) e informação sobre redes sociais nos parlamentos dos Estados Europeus (se se encontram ou não nas redes sociais).

Para tal, foi necessário realizar uma pequena investigação sobre os temas que a comunidade científica está a estudar ao nível das redes sociais. A pesquisa foi feita através da Internet, em motores de busca, nomeadamente o Jstor³⁴ e catálogos de bibliotecas. Foram também compilados alguns dados sobre a existência ou não de redes sociais nos diversos parlamentos europeus utilizando também a Internet, através dos portais dos parlamentos na Europa. A pesquisa levou a uma síntese sobre o porquê das pessoas se encontrarem nas redes sociais, o que lhes interessa nestas redes e o porquê dos parlamentos europeus que têm ligação a estas redes, se encontrarem nelas.

A apresentação realizou-se no dia 11 de Dezembro de 2012 e intitulava-se “Redes Sociais – Renovação dos Espaços de Politização”. A apresentação ficou a cargo da Professora Doutora Cristina Sarmiento. Esta actividade foi desenvolvida depois de concluído o estágio oficial no Observatório Político. A apresentação encontra-se em anexo (A3).

³⁴ Portal do Jstor. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.jstor.org/>.

I. 4. Projecto Individual: Realização de um Artigo Científico

I.4.1. Leituras Exploratórias

Para o artigo científico *Youth unemployment, high education and access to ICTs: What were the reasons of the 'Arab Spring'*, uma das actividades a que nos dedicámos, foram utilizados, para os dados empíricos, os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre E-Government: *United Nations E-Government Survey 2010: Leveraging e-government at a time of financial and economic crisis*³⁵ e *United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People*³⁶. Os dados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foram consultados através de um relatório do *United Nations Development Programme*³⁷ e os dados das taxas de desemprego e do índice de Gini³⁸ através do Banco Mundial³⁹. Outros dados foram consultados no *The World Factbook* da CIA (*Central Intelligence Agency*)⁴⁰.

Posteriormente foi realizada uma análise dos Estados árabes para compreender se haveria especificidades que explicassem o facto de as suas populações terem ou não participado em acções de protesto que se relacionassem com os protestos da 'primavera árabe'. Para isso, considerou-se o livro de Mathieu Guidère sobre as revoltas nos estados árabes⁴¹ e novamente o *The World Factbook* para uma perspectiva de todos estes 24 Estados. Este *website*, para além de ter a descrição dos eventos recentes em todos os Estados do mundo, dá acesso também a uma série de estatísticas em relação a estes

³⁵ *United Nations E-Government Survey 2010: Leveraging e-government at a time of financial and economic crisis*. New York: United Nations, 2010. [Consultado em: 30/5/2012]. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un-dpadm/unpan038853.pdf>.

³⁶ *United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People*. New York: United Nations, 2012. [Consultado em: 30/5/2012]. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan048065.pdf>.

³⁷ *Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos*. New York: UNDP, 2011. [Consultado em: 17/7/2013]. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf.

³⁸ O índice de Gini mede a desigualdade da distribuição de rendimento de uma determinada população.

³⁹ Ver The World Bank Group, 2013, *Unemployment, total (% of total labor force)*. [Consultado 22/7/2013]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS>. e The World Bank Group, 2013, *GINI index*. [Consultado 22/7/2013]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>.

⁴⁰ Central Intelligence Agency, 2013, *The World Factbook*. [Consultado em: 23/7/2013]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>.

⁴¹ GUIDÈRE, Mathieu – *O Choque das Revoluções Árabes. Da Argélia ao Líbano, 22 países sob tensão*. Nova edição actualizada em 2012. Paris: Edições 70, 2012.

Estados, nomeadamente as estatísticas do desemprego jovem, que são importantes para compreender os movimentos da ‘primavera árabe’.

O livro de Mathieu Guidère é exactamente sobre as revoltas nos Estados árabes, uma leitura mais extensiva do que aquela feita por este artigo científico. O livro faz uma análise do que é a política recente em cada um dos Estados árabes para tentar entender este efeito de contágio dos protestos de um Estado para outro.

Foram também consultados artigos científicos especificamente sobre protestos da ‘primavera árabe’ e sua relação com as TICs. O artigo de Richard Kahn e Douglas Kellner⁴² dá-nos o enquadramento dos primeiros movimentos sociais organizados através da Internet. Para além dos activistas, os terroristas também usam a rede para organizar os seus intentos, assim como alguns governos autoritários utilizam a *Net* como uma forma de controlo sobre a sua população.

O artigo de Amichai Magen, “*On Political Order and the ‘Arab Spring’*”, olha para os eventos da ‘primavera árabe’ como o “desenrolar de três grandes processos políticos e históricos: democratização, adaptação/sucessão autoritária e falhanço do Estado.”⁴³ Sara Bentivegna trata, no seu artigo “*Rethinking Politics in the World of ICTs*”⁴⁴, da relação entre as TICs e a política, de como as novas tecnologias alteraram a arena política possibilitando novas formas das pessoas se organizarem em movimentos sociais e associações cívicas. Há duas visões sobre a relação das TICs e da política: uma mais optimista que acredita que as novas tecnologias aumentam a possibilidade de participação política dos cidadãos; outra mais céptica que acha que esta relação não altera os padrões de participação política⁴⁵. O artigo de Markus Sabadello, “*The Role of*

⁴² KAHN, Richard, KELLNER, Douglas - «New media and internet activism: from the ‘Battle of Seattle’ to blogging». In *New Media Society*. Vol. 6, Nº 1, 2004, pp. 87-95. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://webarchives.cdlib.org/wayback.public/NYUL_ag_6/20090329042805/http://nms.sagepub.com/cgi/print/6/1/87.pdf.

⁴³ MAGEN, Amichai - «On Political Order and the “Arab Spring”». In *Israel Journal of foreign Affairs*. Jerusalem. Vol. VI, Nº 1, 2012, p. 10. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://israelcfr.com/documents/6-1/6-1-2-Magen.pdf>.

⁴⁴ BENTIVEGNA, Sara - «Rethinking Politics in the World of ICTs». In *European Journal of Communication*. Vol. 21, 2006, pp. 331-343. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.uk.sagepub.com/mcquail6/Online%20readings/6b%20Bentivegna.pdf>.

⁴⁵ Pippa Norris também refere esta distinção no seu livro, já citado *Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*.

*New Media for the Democratization Processes in the Arab World*⁴⁶, foca-se nas revoluções do Egito e da Tunísia para testar se as novas tecnologias foram determinantes no despoletar dos protestos da ‘primavera árabe’.

Sahar Khamis e Katherine Vaughn⁴⁷ centram-se no estudo das TICs no Egito para entenderem como elas foram importantes no desfecho dos protestos neste Estado árabe. O artigo de Youmans e York⁴⁸ explora o uso das TICs pelos activistas, especialmente no Egito e na Síria. Para além disso, expõe as formas como os governos autoritários destes Estados refreiam o exercício dos activistas na *Net*. O artigo “*The Arab Spring and the Role of ICTs*”⁴⁹ explora o papel que as tecnologias de informação tiveram nos protestos, especialmente nos dois primeiros Estados onde se assistiram os protestos da ‘primavera árabe’, a Tunísia e o Egito. Julia Skinner⁵⁰ traça um quadro teórico sobre as redes sociais e movimentos de protesto através de três paradigmas: físico, cognitivo e de informática social (interacção entre as pessoas).

O artigo “*Cyber Activism in Egypt Through Facebook*”⁵¹ utiliza métodos quantitativos e qualitativos para estudar dois protestos que ocorreram no Egito – o movimento 6 de Abril e o de 4 de Maio – organizados através do *Facebook*. Hermida,

⁴⁶ SABADELLO, Markus - «The Role of New Media for the Democratization Processes in the Arab World». In *SAFRAN (Schlaininger Arbeitspapiere für Friedensforschung, Abrüstung und nachhaltige Entwicklung)*. Stadtschlaining. Paper 09, March 2012, pp. 11-19. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://projectdanube.org/wp-content/uploads/2011/06/The-Role-of-New-Media-for-the-Democratization-Processes-in-the-Arab-World-Article.pdf#page=11>.

⁴⁷ KHAMIS, Sahar, VAUGHN, Katherine - «Cyberactivism in the Egyptian Revolution: How Civic Engagement and Citizen Journalism». In *Arab Media and Society*. Vol. 14, 2011, p. 1-37. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://agoraist.com/2012-fall/wp-content/uploads/2013/01/20120313094800_Khamis_Cyberactivism_updated.pdf.

⁴⁸ YOUMANS, William Lafi, YORK, Jillian C. - «*Social Media and the Activist Toolkit: User Agreements, Corporate Interests, and the Information Infrastructure of Modern Social Movements*». In *Journal of Communication*. Vol. 62, Nº 2, 2012, pp. 315-329. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.2012.01636.x/full>.

⁴⁹ ALLAGUI, Ilhem, KUEBLER, Johanne - «The Arab Spring and the Role of ICTs - Editorial Introduction». In *International Journal of Communication*. Vol. 5, 2011, pp. 1435-1442. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.arifyildirim.com/ilt508/ilhem.allagui.pdf>.

⁵⁰ Em SKINNER, Julia - «Social Media and Revolution: The Arab Spring and the Occupy Movement as Seen through Three Information Studies Paradigms». In *Sprouts: Working Papers on Information Systems*. Vol. 11, Nº 169, 2011, pp. 1-26. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://sprouts.aisnet.org/1269/2/social_media_and_revolution-v.pdf.

⁵¹ AL EZZI, Mustafa et al. - «Cyber Activism in Egypt Through Facebook». In *IAMCR. JRE Section*, 2008, pp. 1-26. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://jre.uct.ac.za/wp-content/uploads/2012/02/Cyber_Activism_in_Egypt_through_Facebook.pdf.

Lewis e Zamith⁵² estudaram um caso particular no Twitter durante a ‘primavera árabe’ para concluir que as notícias que circulavam na Internet provinham mais de fontes não oficiais, ou seja, de cidadãos que punham informação no Twitter, do que por outras fontes jornalísticas. Rasha Owais explora as mudanças nos *media* árabes durante os protestos da ‘primavera árabe’ no seu artigo “*Arab Media during the Arab Spring in Egypt and Tunisia: Time for Change*”⁵³. A mudança mais flagrante é que as pessoas passaram a recorrer mais às redes sociais para se informarem da situação dos seus países, do que através dos *media* nacionais, tal como a concluíram também Hermida, Lewis e Zamith.

Um artigo de Albrecht Hofheinz⁵⁴ explora o conceito de ‘primavera árabe’ antes dos acontecimentos que ficaram a ser conhecidos como tal. O autor fala das alterações no Médio Oriente em 2005, depois das eleições no Iraque e de mudanças em outros Estados, e como a Internet já era importante na divulgação da informação nos Estados árabes.

Seyla Benhabib reflecte sobre o movimento da ‘primavera árabe’. Para a autora, os árabes “estão a lutar por liberdades democráticas, uma esfera pública livre e para aderirem ao mundo contemporâneo depois de décadas de mentiras, isolamento e decepção.”⁵⁵ Os movimentos foram perpetrados por activistas jovens e muito informados através das redes sociais. O artigo de jornal, Ron Nixon⁵⁶ põe a ênfase nos grupos americanos que ajudaram a financiar os protestos da ‘primavera árabe’ e o confronto

⁵² HERMIDA, Alfred, LEWIS, Seth C., ZAMITH, Rodrigo - «Sourcing the Arab Spring: A Case Study of Andy Carvin’s Sources During the Tunisian and Egyptian Revolutions». In *Paper presented at the International Symposium on Online Journalism in Austin, TX*. April 2012, pp. 1-21. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://journalistsresource.org/wp-content/uploads/2013/01/Hermida.pdf>.

⁵³ OWAIS, Rasha - «Arab Media during the Arab Spring in Egypt and Tunisia: Time for Change». In *Middle East Media Educator*. Vol. 1, Nº 1, pp. 9-13. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=meme&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fscholar.google.pt%2Fscholar%3Fstart%3D170%26q%3Darab%2Bspring%26hl%3Den%26as_sdt%3D0%2C5#search=%22arab%20spring%22.

⁵⁴ HOFHEINZ, Albrecht - «The Internet in the Arab World: Playground for Political Liberalization». In *International Politics and Society*. Berlin. Vol. 5, 2005, pp. 78-96. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://fes.de/ipp/IPG3_2005/07HOFHEINZ.PDF.

⁵⁵ BENHABIB, Seyla - «The Arab Spring: Religion, revolution and the public sphere». In *Public Sphere Forum*. Brooklyn. Nº 2, 2011, p. 1. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.eurozine.com/pdf/2011-05-10-benhabib-en.pdf>.

⁵⁶ NIXON, Ron - «U.S. Groups Helped Nurture Arab Uprisings» *The New York Times* [Em linha]. April 14, 2011. Consult. 17 Abril 2013. Disponível em: <http://www.theatrum-belli.com/media/01/01/928269120.pdf>.

com os regimes autoritários que se vive nos Estados árabes. O artigo de Rosemary Hollis⁵⁷ trata das políticas da UE nos Estados árabes após a erupção da ‘primavera árabe’. Embora a UE tenha tentado impôr o seu modelo organizativo a estes Estados, o seu modelo falhou até por dificuldades em aplicar o seu modelo internamente.

Fouad Ajami reflecte sobre as principais diferenças entre os protestos nos diferentes Estados árabes num pequeno artigo intitulado “*The Arab Spring at One – A Year of Living Dangerously*”⁵⁸. George Friedman, por seu lado, reflecte sobre as principais mudanças políticas após os protestos em alguns Estados árabes no seu artigo “*Re-Examining the Arab Spring*”⁵⁹. Filipe Campante e Davin Chor regressam às origens dos protestos e mostram no seu artigo⁶⁰ a importância da educação nos jovens que seguiram e participaram nestes movimentos de protesto. Bauer e Schiller⁶¹ argumentam sobre aquilo que se modificou desde os primeiros protestos até ao ano de 2012. Houve Estados onde os líderes caíram, outros onde foram realizadas reformas e outros ainda cujos acontecimentos desenrolaram em guerra civil. Cédric Dupond e Florence Passy⁶² põem uma série de questões que podem ter influenciado o aparecimento destes protestos em cadeia: luta contra regimes autoritários, apoio político, económico e militar exterior entre outros. Michael Ross⁶³ traça o perfil dos Estados árabes tendo em conta se as suas

⁵⁷ HOLLIS, Rosemary - «No friend of democratization: Europe's role in the genesis of the ‘Arab Spring’». In *International Affairs*. Vol. 88, Nº 1, 2012, pp. 81-94. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://www.intercoll.net/bdf/docs/a8_1hollis.pdf.

⁵⁸ AJAMI, Fouad - «The Arab Spring at One: A Year of Living Dangerously». In *Foreign Affairs*. Vol. 91, Nº 56, 2012, pp. 1-5. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://dss.ucsd.edu/~phsmith/documents/Ajami_2012_ForeignAffairs.pdf.

⁵⁹ FRIEDMAN, George - «Re-Examining the Arab Spring». In *Stratfor Global Intelligence*. Aug. 15 2011, pp. 1-5. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://www.relooney.info/SI_Milken-Arabia/Arab-Spring_106.pdf.

⁶⁰ CAMPANTE, Filipe R., CHOR, David - «Why was the Arab World Poised for Revolution? Schooling, Economic Opportunities, and the Arab Spring». In *The Journal of Economic Perspectives*. Vol. 26, Nº 2, 2012, pp. 1-31. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://www.mysmu.edu/faculty/davinchor/Campante_Chor_JEP.pdf.

⁶¹ BAUER, Michael, SCHILLER, Thomas - «The Arab Spring in 2012». In *Center for Applied Policy Research*. Nº 1, Jan 2012, pp. 1-3. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.cap.lmu.de/download/2012/CAPerspectives-2012-01.pdf>.

⁶² DUPONT, Cédric, PASSY, Florence - «The Arab Spring or How to Explain those Revolutionary Episodes?». In *Swiss Political Science Review*. Vol. 17, Nº 4, 2011, pp. 447-451. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://graduateinstitute.ch/webdav/site/iheid/shared/Winter/2012/Presentations_Cours/dupont_passy_debate_arab_spring_proof_read.pdf.

⁶³ ROSS, Michael L. - «Will Oil Drown the Arab Spring: Democracy and the Resource Curse». In *Foreign Affairs*. Vol. 90, Nº 2, 2011, pp. 17-22. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/HarpersMagazine-2011-11-0083665.pdf>.

economias são dependentes ou não do petróleo e do gás natural. Isto porque o autor conclui que os regimes são diferentes, mais repressivos se o Estado for dependente do petróleo que nos outros, o que teve consequências no resultado dos protestos. Em Estados dependentes do petróleo não houve mudança de regime à excepção da Líbia que caiu em guerra civil.

Numa via um pouco diferente, Taha Özhan⁶⁴ fala-nos do papel da Turquia nos protestos árabes porque os activistas tomam a Turquia como exemplo a seguir, exemplo de um Estado islâmico com liberdades alargadas. Da mesma forma a Turquia pode agir activamente na reforma dos Estados árabes. Katerina Dalacoura expõe os eventos da ‘primavera árabe’ no seu artigo “*The 2011 Uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications*”⁶⁵. Tem a preocupação de referir que os acontecimentos em cada Estado foram diferentes e que os protestos tiveram, portanto, conclusões diferentes. Discute também a implicação destes protestos para a Europa e como eles se enquadram numa série de protestos a nível mundial contra os mercados financeiros e o aumento do custo de vida.

Utilizando várias variáveis: salário médio, distribuição da riqueza, nível de desemprego, variáveis demográficas, conectividade digital, nível de censura e economia dependente do petróleo –, Hussain e Howard⁶⁶ estudam os factores que mais contribuíram para o despoletar dos protestos da ‘primavera árabe’. Sharon Erickson Nepstad⁶⁷ estudou os movimentos de resistência ao regime em três Estados: Tunísia, Egipto e Síria. Conclui que o facto de o exército se manter fiel ou não ao regime desencadeou resultados diferentes em relação aos protestos. Quando os movimentos

⁶⁴ ÖZHAN, Taha - «The Arab Spring and Turkey: The Camp David Order vs. the New Middle East». In *Insight Turkey*. Vol. 13, Nº 4, 2011, pp. 55-64. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://file.insightturkey.com/Files/Pdf/insight_turkey_vol_13_no_4_2011_ozhan.pdf.

⁶⁵ DALACOURA, Katerina - «[The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications](#)». In *International Affairs*. Vol. 88, Nº 1, 2012, pp. 63-79. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2012.01057.x/pdf>.

⁶⁶ HUSSAIN, Muzammil M., HOWARD, Philip N. - «[What Best Explains Successful Protest Cascades? ICTs and the Fuzzy Causes of the Arab Spring](#)». In *International Studies Review*. Vol. 15, Nº 1, 2013, pp. 48-66. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/misr.12020/pdf>.

⁶⁷ NEPSTAD, Sharon Erickson - «Nonviolent Resistance in the Arab Spring: The Critical Role of Military-Opposition Alliances». In *Swiss Political Science Review*. Vol. 17, Nº 4, 2011, pp. 485-491. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/20440595/983325993/name/Nonviolent+resistance+in+the+arab+spring.pdf>.

conseguiram o apoio do exército houve uma maior propensão para alterar o regime político.

O artigo de opinião de Yassine Temlali, “*The “Arab Spring” Rebirth or Final Throes of Pan-Arabism?*”⁶⁸, explora a questão da identidade e de um sentimento de unidade da nação árabe em relação ao que se assistiu nos protestos. É um pan-arabismo diferente do que se assistiu no início do século XX, com ideias de maior liberdade e democracia. Oliver Roy refere as transformações no mundo árabe⁶⁹, argumentando que a ascensão ao poder através de eleições da Irmandade Muçulmana no Egipto e do partido Ennahda na Tunísia não é um caminho para a democracia do estilo Ocidental. A subida ao poder dos islamitas é um sinal que os árabes estão a seguir o seu próprio caminho para uma sociedade mais livre, de uma forma não secular e não liberal.

Zsolt Sereghy⁷⁰ explora os acontecimentos no Líbano durante a ‘primavera árabe’ para entender se o Líbano se inclui na lista dos Estados árabes que participaram nos protestos. O autor argumenta que as reivindicações dos protestantes nos outros Estados (maior liberdade e direitos humanos) já foram alcançadas pelo Líbano, pelo que os protestos no Líbano na mesma altura foram de outra natureza. Finalmente, Maya Bhardwaj⁷¹ centra-se nos conflitos da Líbia e da Síria, traçando um quadro teórico dos factores que constituem uma guerra civil. Há altura da escrita do artigo, a Síria ainda não tinha características de um Estado em guerra civil, segundo a definição da autora, o que lhe permite traçar diferenças quanto aos acontecimentos nestes dois Estados.

⁶⁸ TEMPLALI, Yassine - «The “Arab Spring” Rebirth or Final Throes of Pan-Arabism?». In *Perspectives: Political Analysis and Commentary from the Middle East*. Vol. 2, Nº 6, 2011, pp. 46-49. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://c1.hbs.boell-net.de/downloads/Perspectives_02-06_Yassine_Temlali.pdf.

⁶⁹ Em ROY, Olivier - «The Transformation of the Arab World». In *Journal of Democracy*. Vol. 23, Nº 3, 2012, pp. 5-18. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/23403/ROY-JOD-2012_PostPrint.pdf.

⁷⁰ Em SEREGHY, Zsolt - «Will the Arab Spring Make a Stop at Beirut’s Gates?». In *SAFRAN (Schlaininger Arbeitspapiere für Friedensforschung, Abrüstung und nachhaltige Entwicklung)*. Stadtschlaining. Paper 09, March 2012, pp. 35-42. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://projectdanube.org/wp-content/uploads/2011/06/The-Role-of-New-Media-for-the-Democratization-Processes-in-the-Arab-World-Article.pdf#page=11>.

⁷¹ Em BHARDWAJ, Maya - «Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War». In *The Washington University International Review*. Vol. 1, 2012, pp. 76-96. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://pages.wustl.edu/files/pages/imce/migration/wuir_spring_2012.pdf#page=76.

I. 4.2. Descrição do Projecto

Para a realização do artigo científico dedicado à relação entre as TICs e os protestos da ‘primavera árabe’ partiu-se da análise os dados sobre *E-Government Index* e o número de telefones móveis e de subscrições de Internet em cada um dos Estados árabes, ou seja, os que constituem a Liga Árabe.

O índice *E-Government* é calculado fazendo a proporção entre três índices, que a ONU chama de *Online-Service*, *Telecommunication Infrastructure* e *Human Capital*. Cada um destes três índices é, por sua vez, composto por vários dados e é feita a proporção desses dados para formar o índice.

O índice *On-line Service* é calculado fazendo a proporção entre os quatro estádios da oferta governamental. Este índice é referente à oferta de serviços nos *sites* governamentais. Esta oferta é calculada em quatro estádios e é transformada numa percentagem (de *sites* governamentais que disponibilizam essa oferta em cada país). A ONU define os seguintes estádios da forma que se segue. No estádio 1, “os *sites* governamentais oferecem informação sobre políticas públicas, governança, leis, regulamentos, documentação relevante e tipos de serviços governamentais. Têm *links* para sites dos ministérios e outros serviços governamentais.”⁷² No estádio 2, os *sites* oferecem comunicação entre o governo e o cidadão, como *downloads* e aplicações de serviços governamentais. Têm capacidade de áudio e de vídeo, assim como disponibilizam o *site* em várias línguas. No estádio 3 os cidadãos podem pedir ou são-lhes dados *inputs* sobre políticas, programas e regulamentos governamentais. É pedida a identificação do cidadão para aceder a certos conteúdos dos *sites*. Os *sites* processam transacções não financeiras: *e-voting*, preenchimento de impostos, pedido de certificados, licenças e autorizações. Também incluem transacções financeiras. No último estádio, os *sites* governamentais são pró-activos ao pedir informações e opiniões aos cidadãos. Uma visão menos centrada no Governo e mais centrada nos cidadãos em que os serviços têm como alvo o cidadão através de eventos e grupos estruturados para

⁷² *United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People*. New York: United Nations, 2012, p. 123, nº 2. [Consultado em: 30/5/2012]. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan048065.pdf>.

fornecer serviços a nível individual. “Os governos criam um ambiente de *empowerment* aos cidadãos para estes estarem envolvidos nas actividades governamentais e terem uma voz nas suas decisões.”⁷³

O índice *Telecommunication Infrastructure* é calculado pela proporção de cinco dados específicos em cada país: número de utilizadores estimados de Internet por 100 habitantes; número de telefones fixos por 100 habitantes; número de telefones móveis por 100 habitantes; número de subscrições de Internet fixa por 100 habitantes e número de Internet de banda larga por 100 habitantes.

Finalmente, o índice *Human Capital* faz a proporção entre dois dados da população de cada país: taxa de alfabetismo entre adultos e rácio dos alunos no primeiro, segundo e terceiro ciclos.

Olhando para os dados em bruto, a primeira parte do artigo conta com uma análise simplificada destes dados através de uma divisão dos países em três grupos: aqueles que têm um índice *E-Government* fraco, os que têm um índice mediano e os que têm um índice relativamente elevado.

A segunda parte do artigo baseou-se em artigos e livros sobre os Estados árabes e faz uma análise empírica da situação política destes Estados, relacionando aqueles que tiveram protestos com os que não tiveram através dos dados anteriores. Os Estados foram novamente divididos em três: Estados que não tiveram protestos; Estados que tiveram protestos e Estados que na sequência dos protestos tiveram uma efectiva mudança governamental.

Conclui-se que as TICs tiveram influência ao trazer as pessoas para a rua e numa situação de contágio de Estado para Estado naquilo que foi a ‘primavera árabe’. Os Estados com um índice mais baixo e com menos penetração de telefones móveis e Internet não conseguem ter um agrupamento da população em manifestações, para além de alguns Estados apresentarem confrontos não relacionados com a ‘primavera árabe’.

Este primeiro artigo foi submetido a uma edição da revista IRIE (*International Review of Information Ethics*) subordinada ao tema "*New ICTs and Social Media: Revolution, Counter-Revolution and Social Change*" para ser publicado em Dezembro de

⁷³ *Ibidem*. P. 124, nº 1.

2012. Embora o *Abstract* tenha sido aceite, o artigo não o foi, por isso, empenhámo-nos em melhorar este artigo, com a orientação do Professor Doutor Carlos Batista⁷⁴, para posterior publicação.

Esta nova versão do artigo tem mais claramente definido o objecto de estudo e a pergunta de partida. A pergunta a que nos propomos é a seguinte: “Quais foram os factores que levaram aos protestos da ‘primavera árabe’?” Para respondermos a esta pergunta, recolhemos dados sobre algumas variáveis quantitativas, para poderem ser mensuráveis, e construímos um modelo para testar se a ausência ou presença destas variáveis influenciou ou não o desenvolvimento de protestos nos Estados árabes. As variáveis quantitativas que usámos foram: índice de *E-Government* para os anos de 2010 e 2012, número de telefones móveis por 100 habitantes para os anos de 2010 e 2012, número de subscrições de Internet por 100 habitantes para os anos de 2010 e 2012, IDH para o ano de 2011, percentagem de população com pelo menos o ensino secundário, Índice de Gini, taxa de desemprego total e taxa de desemprego jovem e se a economia é ou não dependente do petróleo.

Para além da construção do modelo, o artigo conta com um enquadramento sobre os acontecimentos da ‘primavera árabe’ nos 23 (vinte e três) Estados árabes em estudo e a descrição das transformações – ou não – nestes mesmos Estados.

Esta nova fase do artigo está ainda a ser trabalhada e ainda não foi proposta para publicação. O *Abstract* encontra-se em anexo (A4)

I.5. Outras Actividades Académicas

Para além destes projectos houve outras actividades ligadas à investigação que se traduziram especialmente no apoio aos investigadores associados do Observatório

⁷⁴ Carlos Marcos Batista é um investigador e professor na Universidade de Brasília. Licenciou-se em Economia pela Universidade de Brasília. Tirou o mestrado em Economia Agroalimentar pelo *Centre International de Hautes Etudes Agronomiques Méditerranéennes* de Montpellier. Tem um doutoramento em Economia Rural e do Desenvolvimento pela *Université de Montpellier I*. A sua área de investigação centra-se na Ciência Política, especialmente Economia e Política, cujos temas incluem a América Latina, TICs e metodologia. Está envolvido em vários projectos que incluem o estudo dos *websites* de serviços públicos e de informação ao cidadão. Ver CAPOL – UNB. [Consultado em: 14/12/2012]. Disponível em: <http://capolunb.wordpress.com/academica/docentes/carlos-marcos-batista/>.

Político. Nesta secção serão descritas as várias actividades académicas fora de projectos do OP em que estivemos envolvidas.

- Recolha bibliográfica sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – O investigador associado do Observatório Político, doutorando Paulo Barcelos, solicitou às duas primeiras estagiárias académicas, das quais nos incluímos, aquando da sua entrada em estágio no OP, para realizarem uma recolha de bibliografia visando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Esta recolha destinava-se a apoiar os estudos do investigador na área dos Direitos Humanos na vertente do primeiro ODM – erradicação da pobreza extrema e da fome. A recolha bibliográfica sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio utilizou única e exclusivamente a Internet (nos motores de busca do Google Scholar⁷⁵, do Jstor⁷⁶ e da B-On⁷⁷). Como é um tema muito vasto e o investigador que pediu esta recolha trabalha com o primeiro objectivo (“Erradicar a pobreza extrema e a fome”⁷⁸) relacionado com os direitos humanos, foi no primeiro objectivo que nos centrámos. Nos motores de busca constaram as palavras chave “Millennium Development Goals Poverty Human Rights” e os diversos artigos foram contabilizados num ficheiro, indicando o nome do artigo e as suas referências (onde este pode ser encontrado electrónicamente). O resultado desta recolha encontra-se em anexo (A5).
- Pesquisa de opções de financiamento para as actividades de investigação – Sendo uma Associação de Estudos Políticos sem fins lucrativos, o Observatório Político conta com investigadores associados que não auferem um salário. Assim, a melhor opção para quem faz da investigação uma actividade permanente é através de bolsas para investigação que os diferentes institutos das várias especialidades das ciências oferecem. Neste sentido o Observatório Político dá apoio aos investigadores das áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais, através do seu *website*, informando-os sobre os vários institutos que oferecem bolsas. A nossa função foi a actualização da informação que se encontra no *website* da instituição, ou seja, verificar se existiam mais institutos (nacionais e internacionais) a que os

⁷⁵ Portal do Google Scholar. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://scholar.google.pt/>.

⁷⁶ Portal do Jstor. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.jstor.org/>.

⁷⁷ Portal da B-On. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.b-on.pt/>.

⁷⁸ UNICEF, 2013, *Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. [Consultado em: 22/3/2013]. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf.

investigadores pudessem recorrer e, numa fase posterior, organizar um ficheiro com as regras para candidaturas a bolsas, fases de candidatura às várias bolsas e mais informação relevante sobre os diferentes institutos. O ficheiro final encontra-se em anexo (A6).

A exploração de opções de financiamento em Portugal e no estrangeiro foi também realizada exclusivamente através da Internet. Para procurar instituições ou institutos que oferecessem bolsas nas áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais através de Portugal fez-se uma pesquisa rápida num motor de busca através da palavra chave “bolsas”. Para a segunda fase do trabalho agruparam-se os tipos de bolsas e as regras para a obtenção destas bolsas em cada instituição. Foram utilizados os *sites* institucionais das instituições que oferecem bolsas. As indicações dos *sites* foram organizadas no ficheiro que se criou.

A primeira pesquisa foi realizada através do *site* do Observatório Político que disponibiliza uma lista destes institutos. Dos portais dos diferentes institutos retiraram-se as regras para o financiamento oferecido por estas diferentes instituições, a saber: *Fullbright*⁷⁹, *European Science Foundation*⁸⁰ e em Portugal, a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia)⁸¹, a Fundação Calouste Gulbenkian⁸², a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento⁸³ e o ICCTI (Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional)⁸⁴. Para além destas, encontraram-se outros institutos e fundações que oferecem bolsas a investigadores que estudem determinadas temáticas. Por exemplo, a Fundação Tinker⁸⁵ oferece bolsas a quem faz estudos sobre a América Latina. Através do Portal do *Eurocid*⁸⁶ encontraram-se muitos outros institutos internacionais que oferecem bolsas em áreas temáticas. Não foi possível fazer uma listagem de todos os institutos nacionais e internacionais que podem conceder bolsas a investigadores portugueses na área da Ciência Política e

⁷⁹ Portal do Fullbright, 2010. [Consultado em: 12/6/2012]. Disponível em: <http://www.fulbright.pt/>.

⁸⁰ Portal da European Science Foundation, 2012. [Consultado em: 18/6/2012]. Disponível em: <http://www.esf.org/>.

⁸¹ Portal da FCT, 2012. [Consultado em: 18/7/2012]. Disponível em: <http://www.fct.pt/>.

⁸² Portal da Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. [Consultado em: 15/6/2012]. Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/>.

⁸³ Portal da FLAD, 2012. [Consultado em: 15/6/2012]. Disponível em: <http://www.flad.pt/>.

⁸⁴ Portal do ICCTI, 2012. [Consultado em: 20/6/2012]. <http://www.iccti.mct.pt/>.

⁸⁵ Portal da Fundação Tinker, 2012. [Consultado em: 19/6/2012]. <http://www.tinker.org/>.

⁸⁶ Portal do Eurocid, 2012. [Consultado em: 22/6/2012]. Disponível em: <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio>.

das Relações Internacionais, mas deu-se uma perspectiva geral dos institutos em Portugal e algumas oportunidades no estrangeiro, com o conjunto das regras de admissão para bolsas.

- Análise dos inquéritos sobre a *Spring Research School* – Quando se realizou a primeira edição da *Spring Research School* – um projecto de intercâmbio de alunos do 1º Ciclo de estudos de Ciência Política e/ou Relações Internacionais entre o OP e o *Georgia Institute of Technology* –, foi distribuído um inquérito aos estudantes americanos que participaram no projecto. O inquérito visava a avaliação da qualidade do curso em geral e dos oradores e organização em particular, tentando também compreender se os temas foram relevantes para estes estudantes. O trabalho da estagiária visou a análise destes inquéritos. A maioria das questões eram de opção para avaliação do curso ('muito mau', 'mau', 'médio', 'bom' e 'muito bom') existindo também uma questão de resposta aberta com comentários/sugestões. As primeiras respostas foram transformadas em gráficos circulares percentuais e a última pergunta foi analisada dividindo os comentários positivos e os negativos e expondo cada um dos pontos positivos e negativos. Foi uma alternativa viável visto o curso ter somente 20 (vinte) estudantes.

Para a análise dos inquéritos foram utilizados tanto métodos quantitativos como um método qualitativo. Havia oito questões de resposta fechada e uma de resposta aberta. Das oito questões de resposta fechada, havia cinco hipóteses de resposta ('muito mau', 'mau', 'médio', 'bom' e 'muito bom' ou 'muito baixo', 'baixo', 'médio', 'alto' e 'muito alto', dependendo se se tratava de perguntas sobre satisfação do curso ou sobre conhecimentos de Portugal, respectivamente). Cada resposta foi contabilizada e foram calculadas as respectivas percentagens e apresentadas no relatório com recurso a gráficos de barras ou circulares. Para a última resposta, a única que permitia uma resposta aberta, os comentários foram divididos em positivos e negativos e apresentou-se uma listagem de todos os comentários feitos no relatório. Este relatório encontra-se em anexo (A7).

- Procurar projectos de investigação em Direitos Humanos – O investigador Paulo Barcelos incumbiu-nos de uma tarefa relacionada com a sua área de estudo, os Direitos Humanos. O trabalho consistia em recolher informação sobre centros de investigação com linhas de investigação em Direitos Humanos em Portugal, fazer

uma lista dos investigadores a trabalhar nesta área e obter informação sobre os centros ou instituições que estão a financiar estes projectos. Era pedida também uma recolha bibliográfica dos estudos realizados sobre Direitos Humanos até à data em Portugal.

Utilizou-se novamente a Internet para uma recolha dos projectos de investigação sobre Direitos Humanos realizados em Portugal. Para isso, várias vezes foram utilizados os motores de busca do Google⁸⁷. Procurou-se em todos os centros do país da área das ciências sociais, os que lidavam com os Direitos Humanos. Através desta pesquisa foi possível fazer uma listagem dos investigadores a trabalhar na área. Poucas vezes se referia quem financiava os projectos. Através dos motores de busca é também difícil fazer uma recolha bibliográfica sobre Direitos Humanos em Portugal, de forma que este ficheiro ficou muito incompleto nas suas duas últimas vertentes (ver anexo A8).

Através da base de dados da FCT dos centros de investigação a operar em Portugal⁸⁸, cedida pelo investigador Paulo Barcelos, procuraram-se informações sobre estes centros. Pesquisando nos portais dos diversos centros de investigação retirou-se a lista daqueles que tinham linhas de investigação em Direitos Humanos. Nos *sites* dos vários centros era já disponibilizada uma lista dos investigadores a trabalhar na área e, por vezes, os trabalhos já publicados pelo centro na área de Direitos Humanos. Assim, pesquisou-se no *website* do CES (Centro de Estudos Sociais)⁸⁹, do Centro de Direitos Humanos⁹⁰, do CEHUM (Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho)⁹¹, do Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos⁹², do IFL (Instituto de Filosofia da Linguagem)⁹³, que conta com investigadores a estudar os Direitos Humanos. Também o CEDIS (Centro de Investigação & Desenvolvimento

⁸⁷ Portal do Google. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <https://www.google.pt/>.

⁸⁸ FCT, 2012, Avaliação de Unidades de I&D – 2007. [Consultado em: 6/7/2012]. Disponível em: <http://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2007/resultados>.

⁸⁹ Portal do CES, 2012. [Consultado em: 6/7/2012]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/>.

⁹⁰ Portal do Ius Gentium Conimbrigae, 2012. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/igc/>.

⁹¹ Portal do CEHUM, 2012. [Consultado em: 6/7/2012]. Disponível em: <http://ceh.ilch.uminho.pt/>.

⁹² Portal do DH – Centro de Investigação Interdisciplinar, 2012. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.dh-cii.uminho.pt/pt/home/apresentacao>.

⁹³ Portal do IFL, 2010. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.ifl.pt/>.

sobre Direito e Sociedade)⁹⁴, mais ligado à área do Direito fez parte da nossa pesquisa. O Centro de Investigação da Universidade de Lisboa tem vários grupos de investigação, um deles dedicado aos estudos dos Direitos Emergentes (através do *website* da FCT⁹⁵). O CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX⁹⁶) também tem um grupo de investigadores a trabalhar sobre Direitos Humanos. Foi mais difícil investigar sobre o financiamento dos projectos, pois normalmente essa informação não está nos *websites* dos centros. Também não foi possível sem contactos e só através da Internet traçar uma bibliografia do que já foi realizado nos estudos de Direitos Humanos em Portugal até hoje.

- Elaboração de Curriculum Vitae (CV) de investigadores – Para a exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”, o Padrão dos Descobrimentos necessitou de sínteses dos CVs de referência dos investigadores que participaram no projecto. Assim, preparámos um ficheiro (ver anexo A9) com esta síntese, contendo os graus académicos e as principais linhas de investigação dos seguintes investigadores: Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, Doutor Manuel Filipe Canaveira, Doutora Maria João Cabrita, Doutor José Adelino Maltez, Doutor Pedro Fonseca, Mestre Raquel Duque, Mestre Eduardo Pereira Correia, Mestre Paulo Barcelos, Mestre Patrícia Oliveira, Mestre Ana Filipa Guardiã, Dra. Teresa Furtado e Dra. Ana Madeira. Para muitos investigadores a informação necessária estava disponível no próprio *website* do OP⁹⁷. No entanto, alguns investigadores não tinham até à data o CV no *site* (José Adelino Maltez e Pedro Fonseca) ou não faziam parte do grupo de investigadores OP (Ana Madeira e Ana Filipa Guardiã). Para os dois primeiros utilizou-se o *website* do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)⁹⁸, onde são docentes. A estagiária Ana Madeira fez o seu próprio CV, assim como a Mestre Ana Filipa Guardiã.
- Curso de formação avançada em Diplomacia na América Latina – O Observatório Político organizou um Curso de Diplomacia na América Latina com o apoio da Casa da

⁹⁴ FD, 2001, Unidades de Investigação. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/jurist/unidades.htm>.

⁹⁵ Portal da FCT, 2012. [Consultado em: 18/7/2012]. Disponível em: <http://www.fct.pt/>.

⁹⁶ Portal do CEIS20, 2012. [Consultado em: 18/7/2012]. Disponível em: <http://www.ceis20.uc.pt/ceis20/home/>.

⁹⁷ Observatório Político, 2012, *Investigadores Doutorados*. [Consultado em: 24/7/2012]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/investigadores/investigadores-doutorados>.

⁹⁸ Portal do ISCSP, 2012. [Consultado em: 24/7/2012]. Disponível em: <http://www.iscsp.utl.pt/>.

América Latina e do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Designa-se como um curso de formação avançada de 30 (trinta) horas lectivas. O curso decorreu entre 15 de Outubro e 3 de Dezembro de 2012. Os investigadores associados do OP especializados em questões da América Latina leccionaram neste curso com seminários de 15 (quinze) seminários de duas horas cada. As sessões de seminário incluíram temas como “Os Presidentes da América Latina”, “Relações Latino-Americanas no Mundo”, “Cimeiras Internacionais” e mesmo “Assessoria em Organizações Internacionais”, entre outros.

Embora no final do nosso estágio, e apoiando a instituição na primeira fase de candidaturas (ver Parte II, Capítulo II), nós frequentámos e concluímos este curso a convite da Directora do Observatório Político. Para além da participação nas aulas, era necessário realizar um trabalho em grupo, discutindo uma questão actual sobre a América Latina e apresentá-lo à turma. O curso, no final, dava direito à obtenção de um diploma. O trabalho realizado encontra-se em anexo (A10).

Capítulo II. Actividades Administrativas

Para além das actividades académicas foram realizadas algumas actividades administrativas, como já foi referido. Esta foi uma oportunidade para nos confrontarmos com a actividade profissional e com o funcionamento diário de uma instituição, parte importante de qualquer estágio e designadamente deste, uma vez que esta instituição se dedica aos Estudos Políticos, correspondendo à área de especialização deste mestrado.

- Preparação de logística para a *Spring Research School* – Nos dias 21 e 22 de Maio de 2012 realizou-se a primeira edição da *Spring Research School*, um projecto de intercâmbio desenvolvido pelo Observatório Político e a *Sam Nunn School for International Affairs*. Este projecto trouxe alunos do *Georgia Institute of Technology* a Portugal e tem como objectivo proporcionar a estes estudantes novas experiências académicas e culturais através do contacto com estudantes e investigadores portugueses. Para além do já referido tratamento da informação dos inquéritos para a *Spring Research School*, foi-nos solicitado que apoiássemos na logística para a recepção dos alunos americanos, nomeadamente na preparação de pastas para os alunos com informação do curso, de folhas de presença para os dois dias e de *name tags* para os oradores.
- Apoio aos investigadores – Há trabalhos extremamente simples mas fundamentais para muitos investigadores, nomeadamente aqueles que não se encontram normalmente no OP. Entre eles contam-se impressões de artigos ou doutros ficheiros do investigador ou digitalizações diversas para os trabalhos destes investigadores.
- Planificações – Por vezes a Direcção do Observatório Político planeia as actividades semanais e mensais em bruto. A partir deste planeamento (ver anexo A11) é necessário elaborar um ficheiro organizado da informação esquematizada pela Direcção que possa ser reenviado para todos os investigadores. Isso inclui calendarizações (para as próximas edições dos programas de estágio, por exemplo) e planeamento de actividades, com prazos a cumprir ou com marcações de reuniões.
- Gestão de correspondência – Muito do trabalho administrativo passa pela comunicação com o exterior: enviar e responder a cartas, nomeadamente através do correio electrónico e assegurar o atendimento do telefónico para pedidos de

patrocínio para conferências e outras actividades organizadas pelo Observatório Político; cartas de agradecimento a particulares ou instituições que colaboraram com o Observatório Político em diversos projectos; marcações de reuniões com investigadores e solicitações dos investigadores. A formatação das cartas faz parte das actividades administrativas dos estagiários. Todas as cartas e respectivos envelopes, bem como o correio electrónico, têm a morada e o logotipo da instituição. O correio electrónico tem também a assinatura de quem o envia, incluindo a dos próprios estagiários.

- Organização de Conferência – No dia 16 de Julho de 2012 realizou-se uma conferência no Observatório Político que contou com o professor Kevin Mulcahy como orador. A conferência do professor Mulcahy intitulava-se “*Olympic Games Opening Ceremonies as a Political Culture*”. Para a organização da conferência foi necessário reorganizar o escritório do Observatório Político para criar condições para a sua realização: preparar a mesa do orador com *name tag*, montagem do *data show* para a apresentação, preparação de uma mesa para *coffee break* com produtos previamente solicitados como patrocínio à conferência.
- Organização de um Curso – O Curso de Diplomacia na América Latina foi realizado pelo Observatório Político em parceria com a Casa da América Latina e com o CLEPUL (Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa). O curso teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre os dias 15 de Outubro e 3 de Dezembro de 2012. As inscrições abriram no mês de Agosto, e a responsabilidade da primeira parte das candidaturas coube-nos a nós, uma vez que a maioria dos membros da Direcção do OP se encontrava em férias. As actividades incluíram a activação de candidaturas, o recebimento dos pagamentos de inscrição e recepção dos respectivos comprovativos bem como a elaboração de uma ficha pessoal para entregar aos alunos, das folhas de presença e dos diplomas formatados (ver anexo A12).
- Gestão das publicações – Consistiu na realização de um ficheiro (ver anexo A13) com os nomes dos autores que participaram nos três tipos de publicação OP: na RPCP (Revista Portuguesa de Ciência Política), *Working Papers* (disponíveis no website do Observatório Político) e Colecção Observatório Político (livros de investigadores que o Observatório Político se encarrega de publicar).

- Planificação dos *Working Papers* – O Observatório Político publica no seu *site* pelo menos uma vez por mês um *Working Paper*, normalmente de um investigador associado. É uma forma de investigadores mestrandos e doutorandos publicarem um trabalho sobre as investigações que estão a realizar e é também uma forma de os investigadores doutorados apresentarem a sua linha de investigação nesse momento. Elaborámos um ficheiro (ver anexo A14) com as regras de apresentação destes *Working Papers* (formatação, número de páginas, etc.) e, neste momento, essa informação já se encontra no *website* do Observatório Político, para conhecimento de todos os investigadores.

Quando as regras ainda não se encontravam publicadas no *site* do Observatório Político eram os estagiários que procediam à formatação destes *Working Papers*. Isso ainda acontece, ou por falta de tempo do investigador, ou mais comumente porque não há muitos investigadores que escrevam segundo o novo acordo ortográfico e, por isso, o artigo tem que ser revisto nesse sentido. A estagiária procedeu a duas formatações de *Working Papers* (#16 e #17).

Parte III – Considerações Finais

Capítulo I. Recomendações

Este capítulo pretende facultar algumas recomendações à instituição do que nos parece ser uma melhoria ao bom funcionamento da mesma. Para isso, utilizamos uma análise SWOT para destacar os pontos mais fortes e mais fracos da instituição, assim como as suas oportunidades e ameaças, para seguidamente darmos as nossas recomendações.

Iniciando com os pontos fortes, o Observatório Político tem modos de funcionamento que são uma mais valia para a instituição. Desde já referir o ambiente informal que se vive dentro da associação, o que abona no bom ambiente de trabalho que se vive no seu quotidiano, sem, contudo, deixar de ser profissional. A associação é inovadora e criativa, adaptando-se a várias situações e resolvendo os seus problemas à medida que surgem. O facto de ter investigadores em várias áreas de conhecimento também permite ao OP desenvolver uma série de actividades a nível científico, nomeadamente, organizar cursos de formação avançada a quem se encontra dentro ou fora dos níveis académicos da Ciência Política e das Relações Internacionais. Ao nível da investigação é uma instituição empreendedora a nível científico e académico que lhe permite apropriar-se de todos os instrumentos que tenha ao seu dispor para realizar os seus intentos. No seu funcionamento do dia-a-dia, a instituição funciona bem e proporcionou um bom espaço de aprendizagem a nível do estágio.

Não carece, no entanto, de pontos fracos. O espaço da sede não permite a todos os investigadores associados e doutorados dedicarem-se à prática da actividade científica. Sendo que nem todos os investigadores se deslocam regularmente ao Observatório Político e apenas alguns trabalham activamente no espaço a eles reservado, esta falta de espaço não se faz notar. Mas é medida que a instituição se for expandindo – e todos os sinais apontam nesse sentido – poderá vir a ser um problema. Existem outros dois pontos fracos mais específicos. Um deles tem a ver com a biblioteca. Um dos serviços a que se propõe a instituição passa por providenciar os livros da biblioteca a investigadores que

deles necessitem. O OP tem um bom espaço de biblioteca e bons livros na área a que se dedica, celebrando protocolos com várias bibliotecas que permitem a doação de livros ao OP. Mas não há uma listagem destes livros e nem todos os investigadores sabem se determinado livro está disponível ou mesmo se existe na biblioteca do OP. Outro ponto fraco é o de não haver registos das cartas enviadas e recebidas.

As oportunidades que descortinamos no OP são duas muito relevantes. O contacto com o exterior, sobretudo em termos de parcerias, parece-nos a grande oportunidade que o OP tem conseguido captar. Desde parcerias nacionais a internacionais, as oportunidades têm surgido e OP beneficia, por vezes com alguns riscos para a instituição, mas o trabalho tem sido conseguido até ao momento. Outra oportunidade é o facto de, da Direcção fazer parte um corpo de investigadores jovens, para além dos investigadores doutorados mais experientes. Estes investigadores mais jovens trazem algum dinamismo e inovação a uma instituição também jovem e que podem vir a desenvolver um bom trabalho pela mesma.

Uma ameaça que a instituição tem passa pelas suas publicações, nomeadamente a “Colecção Observatório Político”. Isto porque a edição é feita pelo OP e quase não existe distribuição para além da sede da instituição.

Desta forma, temos algumas recomendações a fazer. Deveria ser realizado um registo informático das cartas recebidas e enviadas e, eventualmente correio electrónico. Para tal, dever-se-ia dar uma referência a cada carta como forma de facilitar a sua identificação. Isto permitiria um registo a qualquer pessoa dentro da instituição dos contactos com outras instituições e pessoas singulares.

Deveria criar-se um catálogo para a biblioteca. Este podia consistir numa base de dados informática para registo dos livros na biblioteca, o que permitiria a qualquer investigador associado encontrar um livro de que necessita.

Devido ao crescimento acelerado do OP sugere-se a criação de um espaço reservado para a prática da actividade científica.

A um outro nível, é necessário estender contactos a livrarias para conseguir uma maior distribuição dos livros da “Colecção Observatório Político” e mesmo da Revista Portuguesa de Ciência Política. Para além de ajudar à divulgação da instituição em si,

poderia alargar o espectro de pessoas interessadas nos livros e na revista a pessoas que não sejam da área dos Estudos Políticos.

Capítulo II. Conclusão

Este relatório de estágio relata as actividades desenvolvidas por nós no Observatório Político durante sete meses.

Um estágio configura-se como uma oportunidade para aquisição de conhecimentos e aprendizagens sobre o saber fazer, possibilitando uma primeira aproximação com a prática profissional e as relações de trabalho. Com este estágio tornou-se possível compreender como funciona uma associação científica dedicada aos Estudos Políticos. Após a sua conclusão e reflectindo sobre o nosso percurso podemos concluir que este objectivo foi amplamente alcançado.

O estágio permitiu alcançar como funcionava o Observatório Político, tanto na sua vertente mais académica e científica, como na administrativa e de funcionamento da instituição, uma vez que as actividades realizadas foram muito variadas. Em termos administrativos convivemos com o dia-a-dia da instituição, no seu contacto com os associados, empresas e entidades exteriores a esta, assim como internamente na organização do trabalho e apoio aos investigadores. Em relação à vertente académica, estivemos envolvidos em numerosos projectos com temáticas diferentes, o que permitiu um olhar alargado sobre actividades fundamentais de funcionamento de uma associação dedicada aos Estudos Políticos.

O balanço geral das actividades desenvolvidas é bastante positivo. Primeiro, a orientação dada para cada uma das actividades foi suficiente para o desenvolvimento das mesmas. Ao mesmo tempo, foi dado espaço para a realização de actividades mais autónomas, nomeadamente a nível científico.

Segundo, o esforço aplicado nas actividades foi claramente um contributo para o trabalho da instituição. Esta associação científica tem vários projectos em curso ao mesmo tempo e nós estivemos quase sempre envolvidos simultaneamente em mais que um projecto, o que permitiu também compreender a dinâmica da instituição. Para além disso, muito dos projectos deram-nos valências a nível profissional que permitiram o nosso desenvolvimento neste campo.

Terceiro, e como já foi referido, o objectivo primordial do estágio – compreender como funciona uma associação científica ligada à área dos Estudos Políticos – foi alcançado na sua plenitude.

O estágio não decorreu sem que existissem alguns obstáculos à prossecução das actividades. Para além de algumas falhas técnicas e informáticas que atrasaram alguns trabalhos, para algumas actividades foi difícil encontrar informação (por exemplo, na actividade “Procurar projectos de investigação em Direitos Humanos”). Outros obstáculos mais pontuais foram surgindo mas conseguiram ser resolvidos segundo a orientação de investigadores do OP.

Por tudo isto o trabalho foi positivo e o estágio proveitoso para nós e também para a instituição.

Bibliografia

- AJAMI, Fouad - «The Arab Spring at One: A Year of Living Dangerously». In *Foreign Affairs*. Vol. 91, Nº 56, 2012, pp. 1-5. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://dss.ucsd.edu/~phsmith/documents/Ajami_2012_ForeignAffairs.pdf.
- AL EZZI, Mustafa et al. - «Cyber Activism in Egypt Through Facebook». In *IAMCR. JRE Section*, 2008, pp. 1-26. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://jre.uct.ac.za/wp-content/uploads/2012/02/Cyber_Activism_in_Egypt_through_Facebook.pdf.
- ALLAGUI, Ilhem, KUEBLER, Johanne - «The Arab Spring and the Role of ICTs - Editorial Introduction». In *International Journal of Communication*. Vol. 5, 2011, pp. 1435-1442. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.arifyildirim.com/ilt508/ilhem.allagui.pdf>.
- BATES, Robert H. – «Area Studies and the Discipline: A Useful Controversy?». In *Political Science and Politics*. Vol. 30, No. 2, 1997, pp. 166-169. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3638435/bates_areastudies.pdf?seque.
- BAUER, Michael, SCHILLER, Thomas - «The Arab Spring in 2012». In *Center for Applied Policy Research*. Nº 1, Jan 2012, pp. 1-3. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.cap.lmu.de/download/2012/CAPerspectives-2012-01.pdf>.
- BENHABIB, Seyla - «The Arab Spring: Religion, revolution and the public sphere». In *Public Sphere Forum*. Brooklyn. Nº 2, 2011, pp. 1-4. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.eurozine.com/pdf/2011-05-10-benhabib-en.pdf>.
- BENTIVEGNA, Sara - «Rethinking Politics in the World of ICTs». In *European Journal of Communication*. Vol. 21, 2006, pp. 331-343. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.uk.sagepub.com/mcquail6/Online%20readings/6b%20Bentivegna.pdf>.
- BHARDWAJ, Maya - «Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War». In *The Washington University International Review*. Vol. 1, 2012, pp. 76-96. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://pages.wustl.edu/files/pages/imce/migration/wuir_spring_2012.pdf#page=76.
- BOYD, Danah M., ELLISON, Nicole B. – «Social network sites: Definition, history, and scholarship». *Journal of Computer-Mediated Communication*. Volume 1, Nº 13, 2007, Article 11. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>.
- BRESLIN, John, DECKER, Stefan – «The Future of Social Networks on the Internet: The Need for Semantics». *IEEE Computer Society*. Vol. 11, No. 6, 2007, pp. 86-90. [Consultado em: 5/12/2012]. Disponível em: http://www.johnbreslin.org/files/publications/20071100_ic_2007.pdf.

CAMPANTE, Filipe R., CHOR, David - «Why was the Arab World Poised for Revolution? Schooling, Economic Opportunities, and the Arab Spring». In *The Journal of Economic Perspectives*. Vol. 26, Nº 2, 2012, pp. 1-31. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://www.mysmu.edu/faculty/davinchor/Campante_Chor_JEP.pdf.

CAPOL – UNB. [Consultado a 14/12/2012]. Disponível em: <http://capolunb.wordpress.com/academica/docentes/carlos-marcos-batista/>.

CASTELLS, Manuel – *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Central Intelligence Agency, 2013, *The World Factbook*. [Consultado em: 23/7/2013]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>.

COBBS, Elizabeth A. – «Decolonization, the Cold War, and the Foreign Policy of the Peace Corps». In *Diplomatic History*. Oxford. Vol. 20, No. 1, 1996, pp. 79-105.

DALACOURA, Katerina - «[The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications](#)». In *International Affairs*. Vol. 88, Nº 1, 2012, pp. 63-79. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2012.01057.x/pdf>.

DIMICCO, Joan, MILLEN, David R., GEYER, Werner, DUGAN, Casey, BROWNHOLTZ, Beth, MULLER, Michael – «Motivations for Social Networking at Work». *CSCW'08*. Proceedings of the 2008 ACM conference on Computer supported cooperative work, pp. 711-720. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em: <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1460674>.

DUPONT, Cédric, PASSY, Florence - «The Arab Spring or How to Explain those Revolutionary Episodes?». In *Swiss Political Science Review*. Vol. 17, Nº 4, 2011, pp. 447-451. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://graduateinstitute.ch/webdav/site/iheid/shared/Winter/2012/Presentations_Cours/dupont_passy_debate_arab_spring_proof_read.pdf.

ECKENBERG, Havi – «Social Media: 5. Parliamentary Use in the United Kingdom». *Library of Parliament*. No. 2010-11-E, 2010. [Consultado em: 6/12/2012]. Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2010-11-e.htm>.

FCT, 2012, *Avaliação de Unidades de I&D – 2007*. [Consultado em: 6/7/2012]. Disponível em: <http://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2007/resultados>.

FD, 2001, *Unidades de Investigação*. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/jurist/unidades.htm>.

Folheto de apresentação da exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962”.

FRIEDMAN, George - «Re-Examining the Arab Spring». In *Stratfor Global Intelligence*. Aug. 15 2011, pp. 1-5. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://www.relooney.info/SI_Milken-Arabia/Arab-Spring_106.pdf.

GUIDÈRE, Mathieu – *O Choque das Revoluções Árabes. Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão*. Nova edição actualizada em 2012. Paris: Edições 70, 2012.

HERMIDA, Alfred, LEWIS, Seth C., ZAMITH, Rodrigo - «Sourcing the Arab Spring: A Case Study of Andy Carvin's Sources During the Tunisian and Egyptian Revolutions». In *Paper presented at the International Symposium on Online Journalism in Austin, TX*. April 2012, pp. 1-21. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://journalistsresource.org/wp-content/uploads/2013/01/Hermida.pdf>.

HOFHEINZ, Albrecht - «The Internet in the Arab World: Playground for Political Liberalization». In *International Politics and Society*. Berlin. Vol. 5, 2005, pp. 78-96. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://fes.de/ipg/IPG3_2005/07HOFHEINZ.PDF.

HOLLIS, Rosemary - «No friend of democratization: Europe's role in the genesis of the 'Arab Spring'». In *International Affairs*. Vol. 88, Nº 1, 2012, pp. 81-94. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://www.intercoll.net/bdf/docs/a8_1hollis.pdf.

HUSSAIN, Muzammil M., HOWARD, Philip N. - «What Best Explains Successful Protest Cascades? ICTs and the Fuzzy Causes of the Arab Spring». In *International Studies Review*. Vol. 15, Nº 1, 2013, pp. 48-66. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/misr.12020/pdf>.

JOHNSON, Chalmers - «Preconception vs. Observation, or the Contributions of Rational Choice Theory and Area Studies to Contemporary Political Science». In *Political Science and Politics*. Vol. 30, No. 2, 1997, pp. 170-174. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://kkozak.wz.cz/chalmers%201997.pdf>.

KAHN, Richard, KELLNER, Douglas - «New media and internet activism: from the 'Battle of Seattle' to blogging». In *New Media Society*. Vol. 6, Nº 1, 2004, pp. 87-95. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://webarchives.cdlib.org/wayback.public/NYUL_ag_6/20090329042805/http://nms.sagepub.com/cgi/reprint/6/1/87.pdf.

KATZENSTEIN, Peter – «Area and Regional Studies in the United States». In *Political Science and Politics*. Vol. 34, No. 4, 2001, pp. 789-791. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://instituty.fsv.cuni.cz/~kozak/katzenstein-area.pdf>.

KHAMIS, Sahar, VAUGHN, Katherine - «Cyberactivism in the Egyptian Revolution: How Civic Engagement and Citizen Journalism». In *Arab Media and Society*. Vol. 14, 2011, p. 1-37. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://agoraist.com/2012-fall/wp-content/uploads/2013/01/20120313094800_Khamis_Cyberactivism_updated.pdf.

LUDDEN, David – «Area Studies in the Age of Globalization». In *FRONTIERS: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*. Winter 2000, pp. 1-22. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://www.forumea.org/documents/Articles.pdf>.

MAGEN, Amichai - «On Political Order and the “Arab Spring”». In *Israel Journal of foreign Affairs*. Jerusalem. Vol. VI, Nº 1, 2012, pp. 9-21. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://israelcfr.com/documents/6-1/6-1-2-Magen.pdf>.

MCCLURG, Scott D. – «Social Networks and Political Participation: The Role of Social Interaction in Explaining Political Participation». *Political Research Quarterly*. Vol. 56, No. 4, 2003, pp. 448-465. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em: http://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=ps_pubs&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fscholar.google.pt%2Fscholar%3Fhl%3Den%26as_vis%3D1%26q%3DSocial%2BNetworks%2Band%2BPolitical%2BParticipation%253A%2BThe%2BRole%2Bof%2BSocial%2BInteraction%2Bin%2BExplaining%2BPolitical%2BParticipation%26btnG%3D%26as_sdt%3D1%252C5%26as_sdt%3D#search=%22Social%20Networks%20Political%20Participation%3A%20Role%20Social%20Interaction%20Explaining%20Political%20Participation%22.

MORAIS, Carlos Alexandre de – *A Queda da Índia Portuguesa - Crónica da Invasão e do Cativo*. 2ª Edição. Lisboa: Estampa, 1995.

NEPSTAD, Sharon Erickson - «Nonviolent Resistance in the Arab Spring: The Critical Role of Military-Opposition Alliances». In *Swiss Political Science Review*. Vol. 17, Nº 4, 2011, pp. 485-491. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/20440595/983325993/name/Nonviolent+resistance+in+the+arab+spring.pdf>.

NIXON, Ron - «U.S. Groups Helped Nurture Arab Uprisings» *The New York Times* [Em linha]. April 14, 2011. Consult. 17 Abril 2013. Disponível em: <http://www.theatrum-belli.com/media/01/01/928269120.pdf>.

Observatório Político, 2012, *Colecção de Estudos Políticos do Observatório Político*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriolitico.pt/colecao-observatorio-politico>.

Observatório Político, 2012, *Investigadores Doutorados*. [Consultado em: 24/7/2012]. Disponível em: <http://www.observatoriolitico.pt/investigadores/investigadores-doutorados>.

Observatório Político, 2012, *OPen Arena*. [Consultado em: 14/6/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriolitico.pt/publicacoes/open-arena>.

Observatório Político, 2012, *Projecto Espólio e Arquivo Tito de Moraes do Observatório Político*. [Consultado em: 14/6/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriolitico.pt/investigacao/gruposprojeto-espolio-e-arquivo-tito-morais-do-observatorio-politico>.

Observatório Político, 2012, *Quem Somos*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriolitico.pt/sobre-nos/quem-somos>.

Observatório Político, 2012, *Redes*. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriolitico.pt/investigacao/redes-2>.

Observatório Político, 2012, *Revista Portuguesa de Ciência Política*. [Consultado em: 18/9/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/revista/apresentacao>.

Observatório Político, 2012, *Serviço de Traduções*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/servico-de-traducoes>.

Observatório Político, 2012, *Working Papers*. [Consultado em: 18/3/2013]. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/publicacoes/working-papers>.

OWAIS, Rasha - «Arab Media during the Arab Spring in Egypt and Tunisia: Time for Change». In *Middle East Media Educator*. Vol. 1, Nº 1, pp. 9-13. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=meme&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fscholar.google.pt%2Fscholar%3Fstart%3D170%26q%3D+arab%2Bspring%26hl%3Den%26as_sdt%3D0%2C5#search=%22arab%20spring%22.

ÖZHAN, Taha - «The Arab Spring and Turkey: The Camp David Order vs. the New Middle East». In *Insight Turkey*. Vol. 13, Nº 4, 2011, pp. 55-64. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://file.insightturkey.com/Files/Pdf/insight_turkey_vol_13_no_4_2011_ozhan.pdf.

PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Portal da B-On. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.b-on.pt/>.

Portal da European Science Foundation, 2012. [Consultado em: 18/6/2012]. Disponível em: <http://www.esf.org/>.

Portal da FCT, 2012. [Consultado em: 18/7/2012]. Disponível em: <http://www.fct.pt/>.

Portal da FLAD, 2012. [Consultado em: 15/6/2012]. Disponível em: <http://www.flad.pt/>.

Portal da Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. [Consultado em: 15/6/2012]. Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/>.

Portal da Fundação Tinker, 2012. [Consultado em: 19/6/2012]. <http://www.tinker.org/>.

Portal do CEHUM, 2012. [Consultado em: 6/7/2012]. Disponível em: <http://ceh.ilch.uminho.pt/>.

Portal do CEIS20, 2012. [Consultado em: 18/7/2012]. Disponível em: <http://www.ceis20.uc.pt/ceis20/home/>.

Portal do CES, 2012. [Consultado em: 6/7/2012]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/>.

Portal do DH – Centro de Investigação Interdisciplinar, 2012. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.dh-cii.uminho.pt/pt/home/apresentacao>.

Portal do Eurocid, 2012. [Consultado em: 22/6/2012]. Disponível em: <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio>.

Portal do Fulbright, 2010. [Consultado em: 12/6/2012]. Disponível em: <http://www.fulbright.pt/>.

Portal do Google. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <https://www.google.pt/>.

Portal do Google Scholar. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://scholar.google.pt/>.

Portal do ICCTI, 2012. [Consultado em: 20/6/2012]. <http://www.iccti.mct.pt/>.

Portal do IFL, 2010. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.ifl.pt/>.

Portal do ISCSP, 2012. [Consultado em: 24/7/2012]. Disponível em: <http://www.iscsp.utl.pt/>.

Portal do Ius Gentium Conimbrigae, 2012. [Consultado em: 12/7/2012]. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/igc/>.

Portal do Jstor. [Consultado em: 26/9/2013]. Disponível em: <http://www.jstor.org/>.

Portal dos Socialbakers, 2012. [Consultado em: 6/12/2012]. Disponível em: <http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/>.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. New York: UNDP, 2011. [Consultado em: 17/7/2013]. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf.

ROSS, Michael L. - «Will Oil Drown the Arab Spring: Democracy and the Resource Curse». In *Foreign Affairs*. Vol. 90, Nº 2, 2011, pp. 17-22. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/HarpersMagazine-2011-11-0083665.pdf>.

ROY, Olivier - «The Transformation of the Arab World». In *Journal of Democracy*. Vol. 23, Nº 3, 2012, pp. 5-18. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/23403/ROY-JOD-2012_PostPrint.pdf.

SABADELLO, Markus - «The Role of New Media for the Democratization Processes in the Arab World». In *SAFRAN (Schlaininger Arbeitspapiere für Friedensforschung, Abrüstung und nachhaltige Entwicklung)*. Stadtschlaining. Paper 09, March 2012, pp. 11-19. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://projectdanube.org/wp-content/uploads/2011/06/The-Role-of-New-Media-for-the-Democratization-Processes-in-the-Arab-World-Article.pdf#page=11>.

SEREGHY, Zsolt - «Will the Arab Spring Make a Stop at Beirut's Gates?». In *SAFRAN (Schlaininger Arbeitspapiere für Friedensforschung, Abrüstung und nachhaltige Entwicklung)*. Stadtschlaining. Paper 09, March 2012, pp. 35-42. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://projectdanube.org/wp-content/uploads/2011/06/The->

[Role-of-New-Media-for-the-Democratization-Processes-in-the-Arab-World-Article.pdf#page=11.](#)

SKINNER, Julia - «Social Media and Revolution: The Arab Spring and the Occupy Movement as Seen through Three Information Studies Paradigms». In *Sprouts: Working Papers on Information Systems*. Vol. 11, Nº 169, 2011, pp. 1-26. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://sprouts.aisnet.org/1269/2/social_media_and_revolution-v.pdf.

SZANTON, David L. – «The Origin, Nature, and Challenges of Area Studies in the United States, in The Politics of Knowledge: Area Studies and the Disciplines». Edited by David Szanton, University of California Press, 2004. [Consultado em: 17/10/2012]. Disponível em: <http://www.aipt.org/jasc/Resources/General/Japan.Resources.Area%20Studies.pdf>.

TEMLALI, Yassine - «The “Arab Spring” Rebirth or Final Throes of Pan-Arabism?». In *Perspectives: Political Analysis and Commentary from the Middle East*. Vol. 2, Nº 6, 2011, pp. 46-49. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: http://c1.hbs.boell-net.de/downloads/Perspectives_02-06_Yassine_Templali.pdf.

The World Bank Group, 2013, *GINI index*. [Consultado 22/7/2013]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>.

The World Bank Group, 2013, *Unemployment, total (% of total labor force)*. [Consultado 22/7/2013]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS>.

UNICEF, 2013, *Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. [Consultado em 22/3/2013]. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf.

United Nations E-Government Survey 2010: Leveraging e-government at a time of financial and economic crisis. New York: United Nations, 2010. [Consultado em: 30/5/2012]. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un-dpadm/unpan038853.pdf>.

United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People. New York: United Nations, 2012. [Consultado em: 30/5/2012]. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan048065.pdf>.

WELLMAN, Barry, HAASE, Anabel Quan, WITTE, James, HAMPTON, Keith – «Does the Internet Increase, Decrease, or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment». *Centre for Urban and Community Studies - University of Toronto*. Toronto. No. 6, 2001. [Consultado em: 5/12/2012]. Disponível em: <http://www.urbancentre.utoronto.ca/pdfs/researchbulletins/06.pdf>.

WELLMAN, Barry, SALAFF, Janet, DIMITROVA, Dimitrina, GARTON, Laura, GULIA, Milena, HAYTHORNTHWAITTE, Caroline - «Computer Networks as Social Networks: Collaborative Work, Telework, and Virtual Community». *Annual Review of Sociology*. Vol. 22, 1996, pp. 213-238. [Consultado em: 3/12/2012]. Disponível em:

http://www.itu.dk/stud/speciale/specialeprojekt/Litteratur/Wellman_1996%20-%20computer%20networks%20as%20social%20networks.pdf.

YOUMANS, William Lafi, YORK, Jillian C. - «Social Media and the Activist Toolkit: User Agreements, Corporate Interests, and the Information Infrastructure of Modern Social Movements». In *Journal of Communication*. Vol. 62, Nº 2, 2012, pp. 315-329. [Consultado em: 17/4/2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.2012.01636.x/full>.

ZUINI, Priscila - «Como lidar com Clientes Insatisfeitos nas Redes Sociais». *Exame.com*, 1/11/2012. [Consultado em: 6/12/2012]. Disponível em:

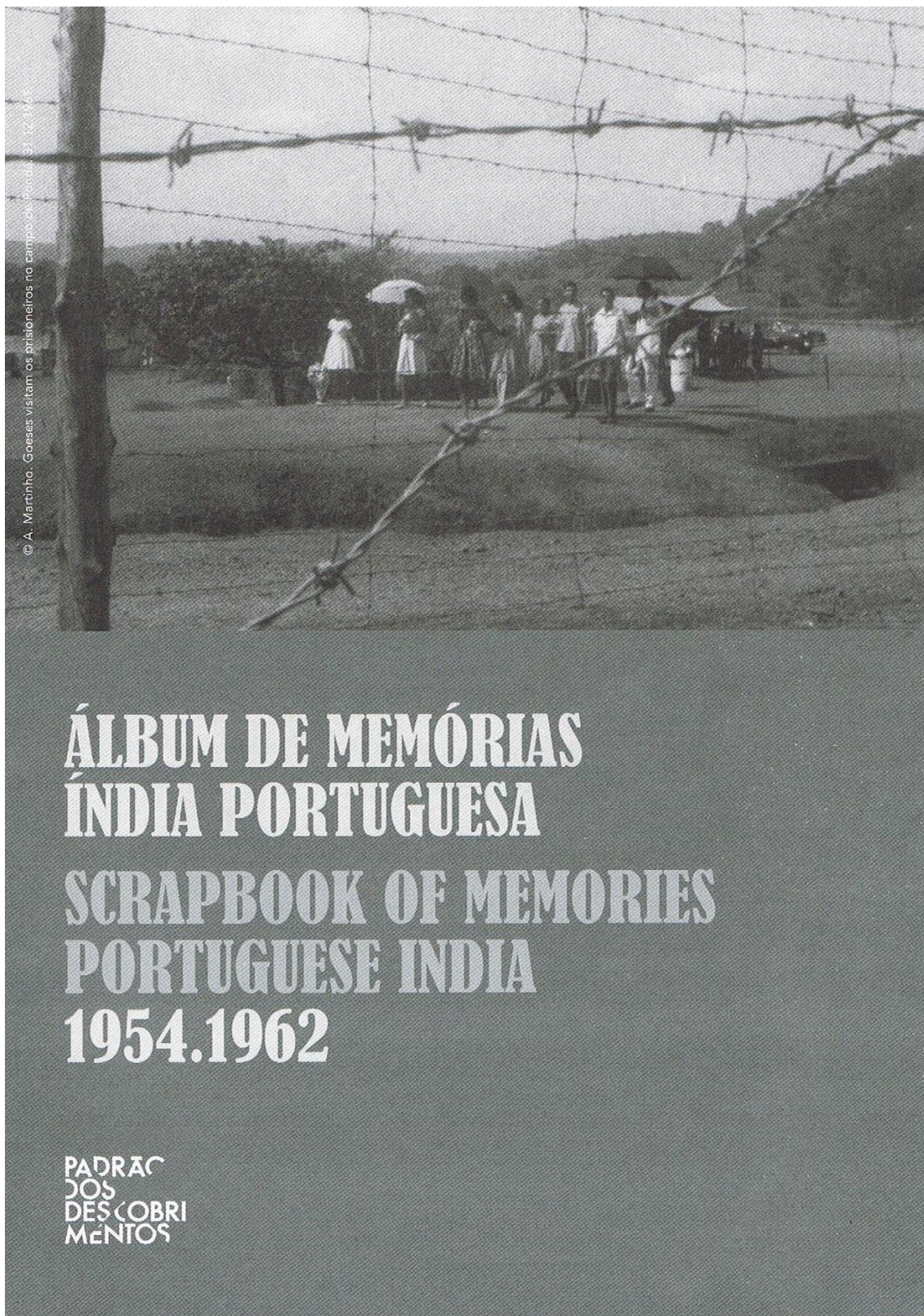
<http://exame.abril.com.br/pme/dicas-de-especialista/noticias/como-lidar-com-clientes-insatisfeitos-nas-redes-sociais>.

Anexos

A1: Página Inicial do Politipédia (29/8/2013)

The screenshot shows the homepage of the website www.politipedia.pt. The browser's address bar displays the URL. The website features a dark red header with the logo and name "POLITIPÉDIA". Below the header is a navigation menu with the following items: Home, Politipédia, História Política, Regimes Políticos, Classe Política, and Pensamento Político. A search bar with the placeholder text "Pesquisar" is located below the navigation menu. The main content area is divided into two columns. The left column features a large image of the Portuguese Parliament building (Assembleia da República) with the text "I República" and "ATOS ELEITORIAS ENTRE 1911-1926" overlaid. The right column is currently empty. Below the main content area is a section titled "EM FOCO" with a small image of books and the text: "O site POLITIPÉDIA – Repertório Português de Ciência Política, conhecido como site". To the right of this section are social media sharing icons and the text: "Veja todas as informações sobre este projecto em construção de um sistema". On the far right, there is a section titled "ATUALIZAÇÕES RECENTES" with a list of recent updates: "Post #22", "História Política", "Pensamento Político", "Regimes Políticos", and "Cabralismo (1842 – 1851)". The footer of the page displays the URL www.politipedia.pt.

A2: Folheto de Apresentação da Exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962” (páginas ii-iv)



PRISIONEIRO NUM MUNDO EM MUDANÇA

Temos hoje tendência para sobrevalorizar o confronto político e diplomático entre os EUA e a URSS – Guerra Fria – que deu relevo ao dissídio ideológico entre o mundo demo-liberal ocidental e o comunismo do Leste europeu, facto que remete para uma zona de penumbra as outras facetas da vida mundial. Um desses aspectos foi o processo de descolonização.

Os povos até então colonizados ou na estrita dependência política e económica das potências europeias, reclamaram a autodeterminação e reivindicaram a sua presença no concerto das nações independentes.

A cronologia dos acontecimentos na segunda metade da década de quarenta e no decurso dos anos 50 confirma o movimento emancipador. Apesar dos esforços das metrópoles europeias para preservarem as suas possessões ultramarinas, as independências das nações asiáticas e africanas sucederam-se paulatinamente com o beneplácito das duas novas superpotências. Com efeito, entre o fim do Raj britânico (1947) e a independência da Argélia (1962), os grandes impérios coloniais europeus do século XIX acabaram.

A ocupação dos enclaves portugueses de Goa, Damão e Diu pelas tropas da União Indiana em 17 de Dezembro de 1961, vive neste contexto de «tendência histórica». Assim se via à época a independência das antigas colónias e protectorados europeus, o que explica ter a Assembleia Geral da ONU recusado condenar a acção do governo de Nova Deli – apesar dos direitos que muitos juristas reconheceram ao governo de Lisboa – a queixa ao Tribunal Internacional de Justiça, foi declarada juridicamente legítima. O Direito Internacional Público, por mais valioso que fosse para a defesa da civilização e da ordem internacional, não bastava para deter as pretensões dos países que integravam o Movimento dos Não-Alinhados, do qual a União Indiana, juntamente com o Egipto de Nasser e a Jugoslávia de Tito, tinha sido uma das fundadoras em Julho de 1956.

Observatório Político

Cristina Montalvão Sarmiento
Manuel Filipe Canaveira
Pedro Fonseca

Raquel Duque
Joana Ferreira
Isabel Madeira

EXPOSIÇÃO

Album de Memórias. Índia Portuguesa 1954.1962
Padrão dos Descobrimentos
30 de Setembro – 30 de Dezembro 2012

COMISSARIADO CIENTÍFICO

Fernanda Paraíso

COORDENAÇÃO

Margarida Kol de Carvalho
Maria Cecília Cameira

TEXTOS/OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Cristina Montalvão Sarmento
Ana Filipa Guardiã
Isabel Madeira
Joana Ferreira
José Adelino Maltez
Manuel Filipe Canaveira
Maria João Cabrita
Patrícia Oliveira
Paulo Barcelos
Pedro Fonseca
Raquel Duque
Teresa Furtado

CONCEÇÃO PLÁSTICA E REALIZAÇÃO

António Viana

CONSTRUÇÃO E MONTAGEM

Oficina de Museus

TRADUÇÃO

Kennis Translations

DESIGN GRÁFICO

RMAC Brand Design

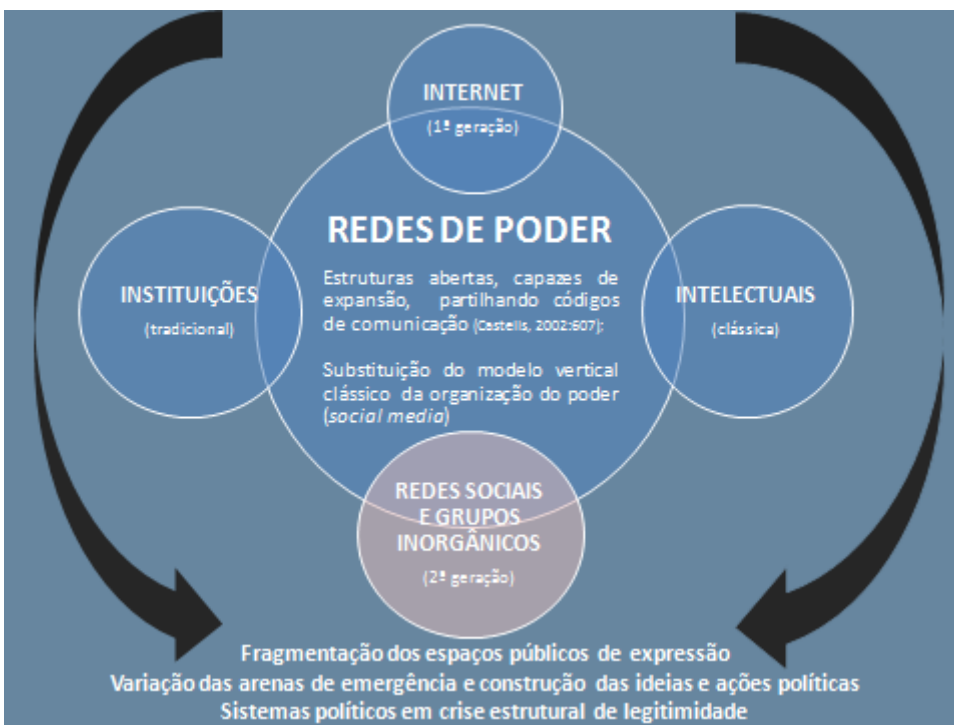
Padrão dos Descobrimentos
Av. Brasília, 1400 - 038 Lisboa
info@padraodosdescobrimentos.pt
www.padraodosdescobrimentos.pt

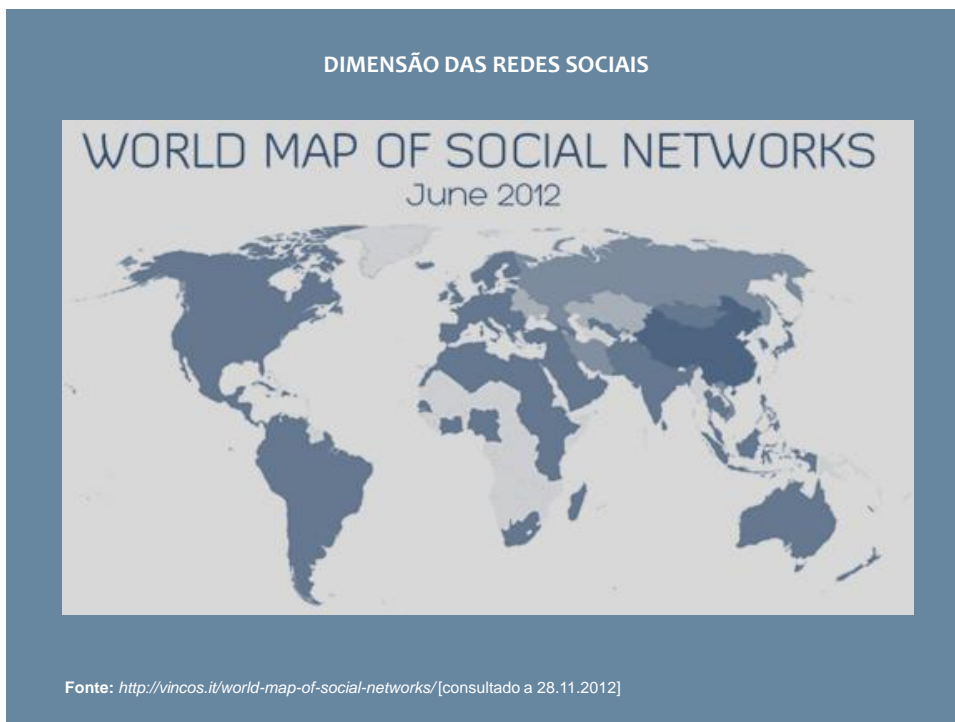
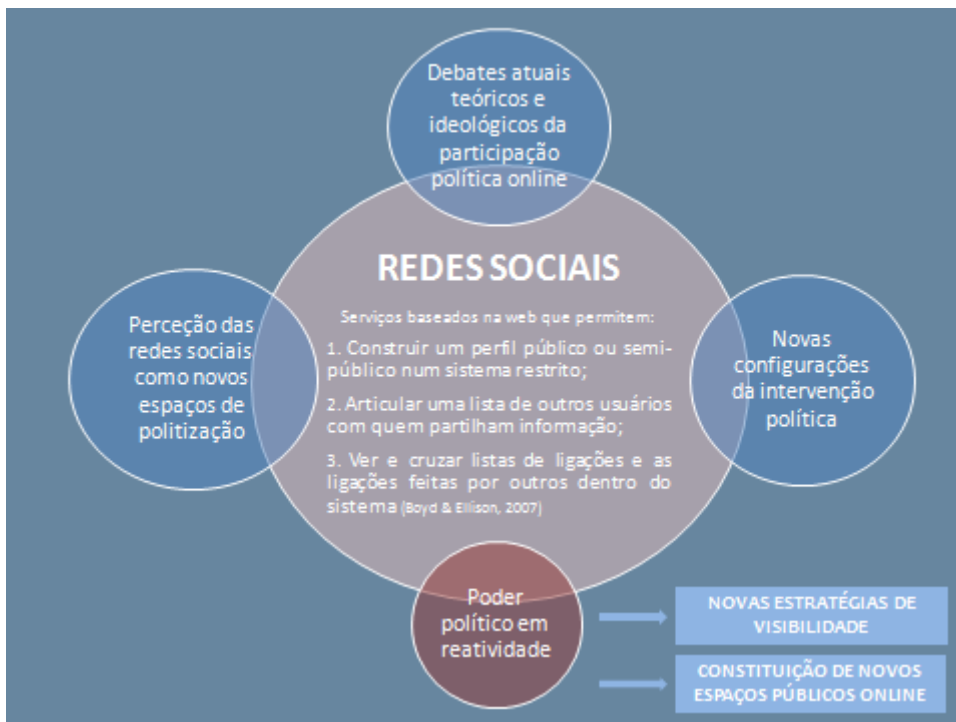


PADRÃO
DOS
DESCOBRI
MENTOS



A3: Apresentação na Assembleia da República: “Redes Sociais - Renovação dos Espaços de Politização (com Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento e Mestre Patrícia Oliveira) (páginas v-ix)



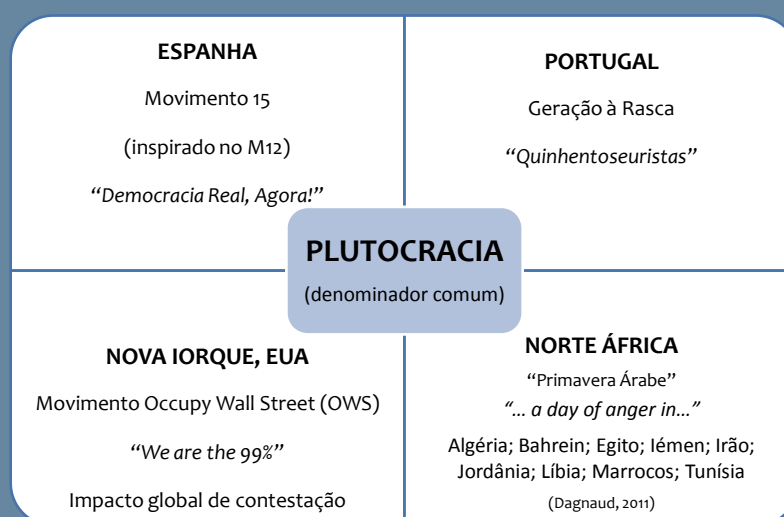


UTILIZAÇÃO DA INTERNET E DO FACEBOOK NA UNIÃO EUROPEIA

Países	Utilizadores de Internet por 100 habitantes	Taxa de penetração do Facebook
Alemanha	81,85	30,89%
Áustria	72,70	35,83%
Bélgica	79,26	47,01%
Bulgária	46,23	34,66%
Chipre	52,99	51,68%
Dinamarca	88,72	55,24%
Eslováquia	79,42	37,01%
Eslovénia	70,00	36,94%
Espanha	66,53	37,69%
Estónia	74,10	38,45%
Finlândia	86,89	42,91%
França	80,10	39,16%
Grécia	44,40	35,43%
Hungria	65,27	43,02%
Irlanda	69,85	49,71%
Itália	53,68	38,18%
Letónia	68,42	18,23%
Lituânia	62,12	30,90%
Luxemburgo	90,62	45,65%
Malta	63,00	53,62%
Países Baixos	90,72	44,84%
Polónia	62,32	25,24%
Portugal	51,10	43,52%
Reino Unido	85,00	54,11%
República Checa	68,82	36,28%
Roménia	39,93	23,98%
Suécia	90,00	54,28%
União Europeia	63,20	62,00%

Fontes: United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People. New York, United Nations

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA ATRIBUÍDA ÀS REDES SOCIAIS (2011 / 2012)



Mendonça, Sarmento e Oliveira (2012) *Considering the Preexisting Values on the Ruling about Plutocracy*. IPSA .

DADOS OFICIAIS DOS UTILIZADORES 1ª GERAÇÃO NOS PAÍSES ÁRABES

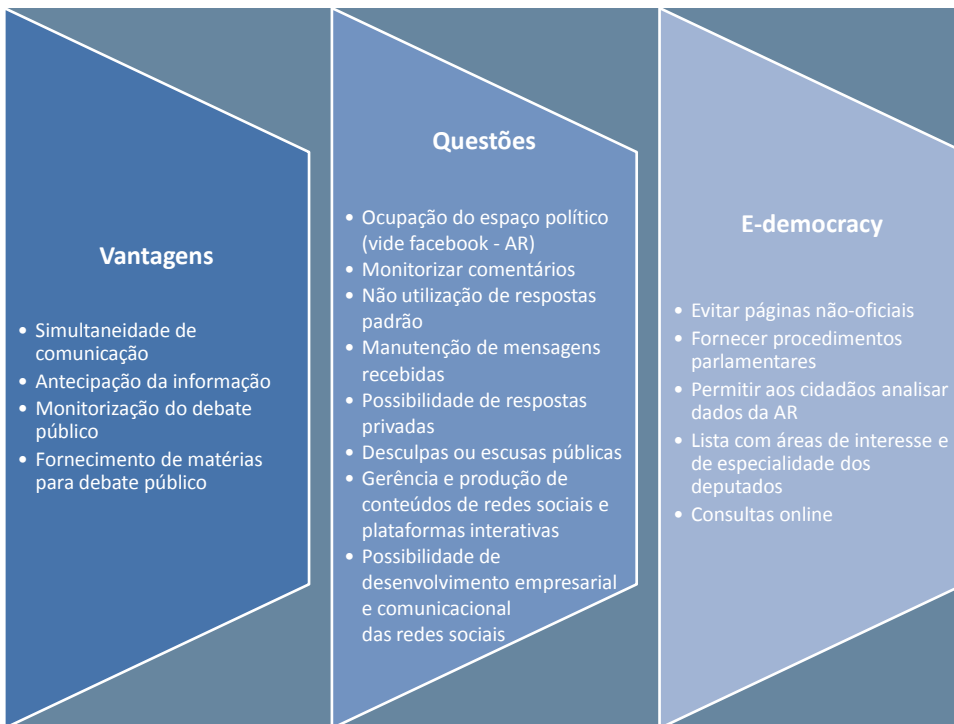
Países	Utilizadores de Internet por 100 habitantes
Arábia Saudita	41,00
Argélia	12,50
Bahrain	55,00
Egito	26,74
EAU	78,00
Iémen	10,85
Jordânia	38,00
Koweit	38,25
Líbano	31,00
Líbia	14,00
Marrocos	49,00
Omã	62,60
Síria	20,70
Tunísia	36,80

Fonte: United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the People. New York, United Nations

REDES SOCIAIS E PARLAMENTOS EUROPEUS

País Europeu	Sim	Não
Alemanha		X
Áustria		X
Bélgica	X	
Bulgária	X	
Chipre		X
Dinamarca		X
Eslováquia		X
Eslovénia	X	
Espanha		X
Estónia	X	
Finlândia	X	
França	X	
Grécia		X
Hungria		X
Irlanda	X	
Itália		X
Letónia	X	
Lituânia		X
Luxemburgo		X
Malta		X
Países Baixos	X	
Polónia		X
Portugal		X
Reino Unido	X	
República Checa		X
Roménia		X
Suécia		X
UE	X	

Fonte: Observatório Político (Madeira, 2012)



A4: Abstract do Artigo “Youth unemployment, high education and access to ICTs: What were the reasons of the ‘Arab Spring’”

Youth unemployment, high education and access to ICTs: What were the reasons of the ‘Arab Spring’

Ana Madeira, Carlos Batista, Cristina Sarmento

Abstract

The importance of ICTs, and especially social networks, is widely recognized in the uprisings that got to be known as ‘Arab spring’. But what were its determinant motives? This article aims to uncover the main reasons that unleashed the happenings of the ‘Arab spring’.

By studying empirical data on Internet and mobile phone subscriptions in the Arab states, the influence of ICTs in unleashing the uprisings are put to the test. And through a factorial analysis model it is possible to see the main causes of these protests.

Although the Arab states show low economic performances and dictatorial regimes, they also present many differences in other indicators. The specificities between states are important to understand when and how these processes of revolt appear. How does a state based in tribalism, like Libya, could unleash the same process as a more modern European-style state, like Tunisia? The article’s objective is to know - by means of comparison between economical data, social indicators and present/absent Information and Communication Technologies (ICTs) indexes in the states studied – if there is a clear connection between the protests and the use and expansion of ICTs. And also, through the factorial analysis model, to know what are the main causes that unleashed the ‘Arab spring’: high youth unemployment rates, dictatorial regimes, high educated population.

A5: Bibliografia sobre *Millenium Development Goals* (páginas xi-xiii)

Livros:

- *The Elgar Companion to Development Studies*, David Clark, Edward Elgar Publishing, 2006 (Capítulo Sobre *John Rawls* e o desenvolvimento, pp. 494-499) (Capítulo sobre Social Justice, pp. 568-563)
- *Gender Mainstreaming in Poverty Eradication and the Millennium Development Goals*, Naila Kabeer, Commonwealth Secretariat, 2003
- *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millenium Development Goals*, Earthscan, 2005
- *The Millennium Development Goals: Raising the Resources to Tackle World Poverty*, Fantu Cheru e Colin Bradford, 2005, Zed Books
- *Efficiency in Reaching the Millennium Development Goals*, Ruwan Jayasuriya, Quentin Wodon, World Bank Working Paper no. 9,
- *Halving Hunger: Meeting the First Millennium Development Goal Through Business as Unusual*, Shenggen Fan, International Food Policy Research Institute, 2010
- *Freedom from Poverty As a Human Right: Who Owes What to the Very Poor?*, Thomas Pogge (ed.), UNESCO, Oxford University Press, 2007
- *Human Rights and Poverty Reduction*, Tammie O'Neil, 2009

Artigos:

- *How the Millennium Development Goals are Unfair to Africa*, William Easterly, Global Economy and Development, Working Paper 14, November 2007
- *Progress Toward the Millennium Development Goals in Africa*, David E. Sahn e David C. Stifel, June, 2002
- *An Immeasurable Crisis? A Criticism of the Millennium Development Goals and Why They Cannot Be Measured*, Amir Attaran, October 2005 Issue of PLoS Medicine
- *From Universal Values to Millennium Development Goals: Lost in Translation*, Ashwani Saith, Development and Change, Volume 37, Issue 6, pages 1167–1199, November 2006
- *The Millennium Development Goals and urban poverty reduction: great expectations and nonsense statistics*, David Satterthwaite, Environment and Urbanization 2003 15: 179
- *How to Monitor Poverty for the Millennium Development Goals*, Angus Deaton, Journal of Human Development, Vol. 4, No. 3, November 2003
- *Millennium Development Goals at Midpoint: Where do we stand and where do we need to go?*, September 2008, European Report on Development
- *Human Rights, the Millennium Development Goals, and the Future of Development Cooperation*, Paul J. Nelson, World Development Vol. 35, No. 12, pp. 2041–2055, 2007
- *Have We Already Met the Millennium Development Goal for Poverty?*
Author(s): Martin Ravallion
Source: Economic and Political Weekly, Vol. 37, No. 46 (Nov. 16-22, 2002), pp. 4638-4645
- *The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Results-based Management In an Imperfect World*, David Hulme, University of Manchester - Institute for Development Policy and Management (IDPM), December 5, 2007
- *Sectoral Aid Priorities: Are Donors Really Doing their Best to Achieve the Millennium Development Goals?*, Rainer Thiele, Peter Nunnenkamp, Axel Dreher, January 2006, Kiel Institute for World Economics, Kiel Working Paper No. 1266

- *Millennium development goals: are international targets now more credible?*, John Roberts, *Journal of International Development*, Volume 17, Issue 1, pages 113–129, January 2005
- *Disability, Poverty and the Millennium Development Goals: Relevance, Challenges and Opportunities for DFID*, Philippa Thomas, GLADNET Collection, Paper 256, 2005
- *How costly is it to achieve the Millennium Development Goal of halving poverty between 1990 and 2015?*, Nanak Kakwani e Hyun H. Son, International Policy Centre for Inclusive Growth, Working Paper 19, May 2006
- *A Human Rights Perspective on the Millennium Development Goals*, Philip Alston, *Poverty and Economic Development*. UN Millennium, 2004
- *How Will We Know the Millennium Development Goal Results When We See Them?*, Jody Zall Kusek, Ray C. Rist, and Elizabeth M. White, World Bank, 2003
- *What's Wrong With the Millennium Development Goals?*, Clemens, Michael; Moss, Todd, Center for Global Development, Washington, D. C; CGD, Sep. 2005, 4 p. tab
- *Achieving the Millennium Development Goals: What's Wrong with Existing Analytical Models?*, A Heuty, Center for Population and Development, 2006
- *Reasonable expectations and the first millennium development goal: how much can aid achieve?*, Carl-Johan Dalgaard e Lennart Erickson, *World Development* Vol. 37, No. 7, pp. 1170–1181, 2009
- *The Millennium Development Goals: the pledge of world leaders to end poverty will not be met with business as usual*, Sakiko Fukuda-Parr, *Journal of International Development*, Special Issue: DSA CONFERENCE 2003, Volume 16, Issue 7, pages 925–932, October 2004
- *Are Chronically Poor People being Left Out of Progress Towards the Millennium Development Goals? A quantitative analysis of older people, disabled people and orphans*, Edoardo Masset e Howard White, *Journal of Human Development*, Volume 5, Issue 2, 2004, Special Issue: Chronic Poverty
- *Is the Millennium Development Goal on Poverty Still Achievable? The Role of Institutions, Finance and Openness*, Katsushi S. Imai, Raghav Gaiha, Ganesh Thapa, *Oxford Development Studies*, Volume 38, Issue 3, 2010
- *Are Poverty Reduction Strategies Undercutting the Millennium Development Goals? An Empirical Review*, Makiko Harrison, Jeni Klugman, and Eric Swanson, Washington: World Bank, 2003
- *Aid and the Millennium Development Goal Poverty Target: How Much is Required and How Should it be Allocated?*, Edward Anderson e Hugh Waddington, *Oxford Development Studies*, Volume 35, Issue 1, 2007
- *A human rights view on the potential of social cash transfers for achieving the millennium development goals*, R Künnemann, Ralf Leonhard, *Brot für die Welt and EvANGELISChER ENTWICKLuNGSdIENST (EEd)*, 2008
- *Organic Agriculture, Poverty Reduction, and the Millennium Development Goals*, Sununtar Setboonsarng, ADB Institute Discussion Paper No. 54, August 2006
- *Heaven or Hubris: Reflections on the New 'New Poverty Agenda'*, Simon Maxwell, *Development Policy Review*, Volume 21, Issue 1, pages 5–25, January 2003
- *Dimensions of Poverty: Status and Solutions Towards the Millennium Development Goals*, D. J. Shaw, *Development Policy Review*, Volume 23, Issue 4, pages 499–523, July 2005
- *Progress towards millennium development goal 1 in Latin America and the Caribbean: the importance of the choice of indicator for undernutrition*, *Bull World Health Organ* vol.89 no.1 Genebra Jan. 2011
- *Political and social context of not attaining the Millennium Development Goal to reduce poverty*, Marco Palma-Solís, Diana Gil-González, Carlos Álvarez-Dardet e María Teresa Ruiz-Cantero, *Bull World Health Organ* vol.86 no.10 Genebra Oct. 2008
- *Making Good on the Millennium Development Goal (MDG) Poverty Challenge*, Arsenio M. Balisacan, 77th Meeting of the National Academy of Science and Technology, 26 February 2009

- *Decent Work, Human Rights and the Millennium Development Goals*, Gillian MacNaughton e Diane F. Frey, *Hastings Race and Poverty Law Journal*, Vol. 7, No. 2, 2010
- *Access to Justice and the Right to Adequate Food: Implementing Millennium Development Goal One*; Cohen, Marc J.; Brown, Mary Ashby, 6 *Sustainable Dev. L. & Pol'y* 54 (2005-2006)
- *World Poverty and Human Rights*, Thomas Pogge, *Ethics & International Affairs*, Volume 19, Issue 1, pages 1–7, March 2005
- *Exploring the politics of chronic poverty: From representation to a politics of justice?*, Sam Hickey, Sarah Bracking, *World Development*, Volume 33, Issue 6, June 2005, Pages 851–865
- *Conservation with social justice? The role of community conserved areas in achieving the Millennium Development Goals*, Neema Pathak, Ashish Kothari and Dilys Roe, *Environment and Development*, 2005
- *Poverty and Global Justice*, Nancy Kokaz, *Ethics & International Affairs*, Volume 21, Issue 3, pages 317–336, Fall 2007
- *Enhancing Poor People's Capabilities through the Rule of Law: Creating an Access to Justice Index*; Carfield, Maggi, 83 *Wash. U. L. Q.* 339 (2005)
- *Reaching the Millennium Development Goals: equality and justice as well as results*, Thomas Franklin, *Development in Practice*, Volume 18, Issue 3, 2008
- *Fair Trade: How Oxfam Presented a Systematic Approach to Poverty, Development, Human Rights, and Trade*; Aaronson, Susan Ariel; Zimmerman, Jamie M., 28 *Hum. Rts. Q.* 998 (2006)
- *Poverty, the next frontier in the struggle for human rights*, Pierre Sané, *International Social Science Journal*, Volume 56, Issue 180, pages 271–275, June 2004

A6: Opções de Financiamento para as Actividades de Investigação (páginas xiv-xxii)

Financiamento para Investigação

1 – Fullbright

As bolsas Fulbright destinam-se a estudantes licenciados e a professores e investigadores com doutoramento que pretendam estudar, fazer investigação ou leccionar em universidades norte-americanas.

Condições de elegibilidade:

- Possuir nacionalidade portuguesa. Os candidatos que não possuam nacionalidade portuguesa devem contactar a Comissão Fulbright ou a embaixada americana no seu país de nacionalidade (lista disponível em <http://fulbright.state.gov/fulbright/regionscountries/whereare>).
- Não ter beneficiado anteriormente de uma bolsa do Programa Fulbright para a mesma categoria de bolsa a que pretendem concorrer. Assim, um candidato que tenha recebido uma bolsa Fulbright para prosseguir estudos nos EUA, não pode candidatar-se a uma bolsa da categoria “bolsas para licenciados portugueses”, podendo, no entanto, candidatar-se a uma bolsa para professores/investigadores portugueses. Contudo, sendo o objectivo do programa Fulbright atribuir bolsas a um número crescente de pessoas e não múltiplas bolsas a uma mesma pessoa, um candidato que tenha usufruído anteriormente de uma bolsa não será considerado prioritário no processo de selecção.
- Não ter residido nos EUA durante um período igual ou superior a 5 anos, nos 6 anos anteriores à data do concurso.
- Não possuir dupla nacionalidade, portuguesa e norte-americana.
- Não possuir autorização de residência (green card) nos EUA.
- Não possuir visto que permita residir nos EUA, entre a altura do concurso à bolsa e o início da mesma.

Benefícios:

- Seguro de saúde e acidentes durante o período da bolsa.
- Acompanhamento do bolseiro durante a estadia nos EUA, por parte da Comissão Fulbright e do Council for International Exchange of Scholars (para professores e investigadores) ou do Institute of International Education (para estudantes).
- Emissão dos documentos necessários ao visto J-1
- Isenção do pagamento do visto
- Orientação antes da partida para os EUA
- Oportunidades de participação em seminários e outras actividades culturais e científicas organizados pelo Programa Fulbright, durante a estadia do bolseiro nos EUA, sujeitos a disponibilidade de fundos.

2 - European Science Foundation

Each year, the European Science Foundation (ESF) announces a series of calls for proposals which will give the opportunity to propose collaborative research projects and networking activities with a European dimension.

The calls span all fields of science through four main funding instruments, covering all types of scientific activities, from basic research and frontier science to networking and dissemination. Information about submitting proposals can be found below:

- **Exploratory Workshops**

Annual call, aimed at events to be held the year after, generally opens early March and closes end of April - see EW Homepage for details.

- **ESF Research Conferences**

Annual Call for proposals aimed at events to be held 1 or 2 years)) after - targeted disciplines may vary. Call opening and closing time generally between April and October - See Research Conferences Homepage for details.

- ESF is currently streamlining its activities to be in line with the needs of its Member Organisations. During this process, there are no plans to launch a Call for **EUROCORES Themes** proposals or **Research Networking Programmes** proposals.

For Grants and Calls within a running RNP or EUROCORES, please consult the pages of the relevant programme itself.

3 – FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia)

Normas para Atribuição e Gestão de Bolsas no âmbito de Projectos e Instituições de I&D

Candidatura, avaliação, concessão e renovação de bolsas

Com o objectivo de flexibilizar e racionalizar os processos de recrutamento de bolseiros e de descentralizar e desburocratizar a gestão, a atribuição de bolsas no âmbito de projectos, unidades de I&D e laboratórios associados financiados pela FCT deverá ser feita directamente por estas instituições beneficiárias.

Candidatos

Podem candidatar-se a bolsas de investigação atribuídas no âmbito de projectos e instituições de I&D cidadãos nacionais ou estrangeiros (de Estados Membros da União Europeia ou de países terceiros), residentes ou não em Portugal.

Abertura de concursos

As tipologias de bolsas a financiar no âmbito dos projectos e instituições de I&D são fixadas nas normas e formulários de candidatura respeitantes a cada um dos concursos, sendo actualmente dos seguintes tipos:

- Bolsas no âmbito de projectos de I&D:
 - Bolsas de Cientista Convidado (BCC)
 - Bolsas de Desenvolvimento de Carreira Científica (BDCC)
 - Bolsas de Pós-Doutoramento (BPD)
 - Bolsas de Investigação (BI)
 - Bolsas de Iniciação Científica (BIC)
 - Bolsas de Técnico de Investigação (BTI)
- Bolsas no âmbito de Instituições de I&D
 - Bolsas de Cientista Convidado (BCC)
 - Bolsas de Gestão de Ciência e Tecnologia (BGCT)
 - Bolsas de Pós-Doutoramento (BPD)
 - Bolsas de Investigação (BI)
 - Bolsas de Iniciação Científica (BIC)
 - Bolsas de Integração na Investigação (BII)
 - Bolsas de Técnico de Investigação (BTI)

Não podem ser concedidas bolsas de doutoramento (BD) ou de mestrado (BM) uma vez que a atribuição destes tipos de bolsas é contemplada pela FCT em concursos de candidatura individual anunciados publicamente da forma habitual.

Contudo, podem ser atribuídas bolsas de investigação a pessoas que estejam a preparar doutoramentos ou mestrados e que não usufruam de outras bolsas atribuídas pela FCT. Não obstante, não são elegíveis no âmbito do financiamento de projectos e do financiamento de Instituições de I&D, despesas relativas ao pagamento de propinas.

Especificamente para os projectos, os concursos podem ser abertos para um ou mais tipos de bolsas, de acordo com a previsão submetida na candidatura (tipologia, graduação dos candidatos) e de acordo com as recomendações do Painel de Avaliação. Qualquer necessidade de alteração destas condições pré-estabelecidas deverá ser solicitada à FCT antes da elaboração do referido edital, acompanhada de justificações fundamentadas para o efeito.

O recrutamento de bolseiros(as) no âmbito de projectos e instituições de I&D deve ser precedido de anúncios públicos afixados nos locais habituais para informação geral da instituição que atribui a bolsa, pré-definidos para o efeito por essa instituição, devendo-se assegurar uma divulgação mais ampla dos anúncios por

outros meios e nomeadamente pela publicação obrigatória no portal ERACareers.

Elegibilidade dos Concursos

No que concerne as formalidades acima referidas, salienta-se que não serão consideradas válidas bolsas atribuídas no âmbito de concursos cujo edital não tenha sido publicado no portal EraCareers uma vez que este é a peça fundamental do concurso.

Como resulta do artigo 6º do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, os elementos abaixo identificados devem obrigatoriamente constar do anúncio de abertura ou edital:

- Tipo de bolsa a concurso;
- Número de bolsas a atribuir;
- Área Científica;
- Publicitação das fontes de financiamento (deve ser expressa a menção de apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e, nos casos aplicáveis, o co-financiamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC)), acrescida da identificação da referência e título do projecto no âmbito do qual o concurso é realizado;
- Categorias dos destinatários e critérios de selecção (Habilitações académicas, experiência exigida em investigação e outros requisitos de admissão, incluindo factores preferenciais);
- Plano de trabalhos e objectivos a atingir;
- Legislação e regulamentação aplicável;
- Instituição de Acolhimento, local de execução física e orientador científico;
- Duração da(s) bolsa(s) e condições da(s) sua(s) renovação(s), quando aplicável;
- Valor do subsídio de manutenção mensal, outras componentes financeiras, periodicidade e modo de pagamento da(s) bolsa(s);
- Prazo de candidatura (não poderá ser inferior a 10 dias úteis) e forma de apresentação de candidaturas (contactos e documentação de suporte);
- Método de selecção (avaliação curricular, entrevista, etc.) e sua valoração;
- Composição do Júri de Selecção;

- Forma de publicitação/notificação dos resultados.
A FCT disponibiliza uma [minuta](#) de anúncio de abertura ou edital.
Especificamente para os projectos, mais uma vez reforçamos que qualquer alteração ao orçamento previsto na candidatura e aprovado pelo Painel de Avaliação (tipologia de bolsa, graduação dos candidatos ou dotação orçamental na rubrica) deverá, obrigatoriamente, ter sido previamente autorizada pela FCT.

4 – Fundação Calouste Gulbenkian

Bolsas e Subsídios a decorrer

A Fundação Calouste Gulbenkian deixou de conceder apoio à participação em congressos científicos internacionais e de atribuir bolsas de curta duração, por entender que há actualmente uma vasta oferta deste tipo de apoios no nosso país que permite satisfazer a procura qualificada que se tem verificado. A Fundação irá desenvolver outros programas em áreas com escassa oferta, que permitirão diversificar os apoios, privilegiando áreas que não sejam preferencialmente apoiadas pelo Estado.

5 – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Bolsas Papers - para apresentação de comunicações em conferências nos EUA
Este programa tem como objectivo a internacionalização do conhecimento científico produzido em Portugal.

Não serão considerados pedidos de apoio para apresentação de posters.

Serão aceites candidaturas individuais ou institucionais, de acordo com os requisitos abaixo indicados.

Os candidatos individuais às Bolsas para Apresentação de Comunicações em Conferências nos EUA deverão cumprir, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

- Terem nacionalidade portuguesa ou serem residentes em Portugal;
- Terem a Licenciatura concluída à data da candidatura;
- Dominarem a língua inglesa;
- Serem mestrandos, doutorandos, professores ou investigadores de instituições portuguesas de ensino superior e/ou centros de investigação
- Terem prova da aceitação da sua comunicação oral pela organização da conferência;
- Terem uma carta de recomendação da instituição portuguesa a que estão vinculados a apoiar a ida à conferência para apresentação da comunicação oral;

Nas candidaturas institucionais, provenientes de instituições de ensino superior e/ou de investigação, ou organizações não governamentais sem fins lucrativos, deve ser indicado o nome da pessoa e do departamento/faculdade/instituto responsável.

A bolsa terá um valor máximo de 1.200 euros.

Como concorrer:

A candidatura deverá obrigatoriamente ser apresentada em formulário on-line, disponível através do sistema de candidaturas online.

6 – Fundação Tinker

Eligibility for Institutional Grants

To be considered for a Tinker Institutional Grant, a proposal must be submitted by an organizational entity with 501(c)3 charitable status (or its equivalent, if the organization is based outside the United States). The project/program for which funding is sought must be geographically focused on Latin America.

The Foundation will not consider requests for:

- annual fund-raising appeals for organizations such as the United Way;
- support for building construction or major equipment purchases;
- individual research;
- funding of health or medical issues;
- production costs for film, television and radio projects;
- arts and humanities projects including art museum collections and exhibits; or
- endowments.

Note: The Foundation will not consider new funding requests from an organization until previously funded projects have been completed and the final reports have been received and approved.

Letter of Inquiry

We recognize the intensity of effort required to prepare a complete grant proposal. Potential applicants are encouraged to submit a brief letter of inquiry (LOI) to ascertain the Foundation's interest prior to submitting a full proposal.

The letter should include a brief summary of your organization and project (only 1-2 pages) and an approximate project budget. This should be sent to the Foundation **at least six weeks before the deadline** to allow time for consultation with a program officer prior to the proposal deadline. (Proposal deadlines are **March 1** and **September 15** for the Spring and Fall funding cycles, respectively.) Letters should be addressed to Renate Rennie, Chairman and President, and can be mailed in hard copy or sent by email to tinker@tinker.org.

Proposal Instructions for Institutional Grants

A complete application includes the following items, in duplicate (two copies each):

- Proposal cover sheet (Word document)
- Separate one-page summary of the proposal briefly describing the project's objectives, target audience or beneficiaries, proposed methodology and plan for dissemination of results. (Attach the summary to the proposal cover sheet.)
- Narrative section, ranging in length from 10 – 20 pages, providing details on:
 - The project's objectives and theoretical, practical and/or policy-related significance (as both a discrete endeavor and within the broader field). Provide background and contextual information on the issue;
 - Plan of work describing the activities to be conducted and indicating any factors that could serve to delay the plan, change the length of time required to complete the project, or alter the proposed budgetary designations;
 - Anticipated results of the project and long-term impact, and how these will be evaluated;
 - Specific plan for dissemination of the results (identify the target audience and the means by which it will be reached);
 - Qualifications of the project director and personnel (with curricula vitae as attachments).
- Names and addresses of up to three individuals who could serve as reviewers or references who are not directly involved with the project. Indicate briefly what perspective they can provide on issue or project.
- Itemized *annual* budget for the cost of the project. Indicate those expenses for which Tinker Foundation support is sought. (As a general rule, the Foundation does not pay for overhead or indirect costs. In those exceptional cases when it is considered absolutely necessary, a maximum of 10% of the project's direct costs may be included as overhead in the budget.)

One copy each of the following items should also be included:

- Copy of the organization's latest audited financial statement
- Complete list of the organization's staff and Board of Directors
- One page summary of the organization's background providing an historical overview; an annual report may also be included at your discretion.

Hard copies of the items listed above, without binders and in English, should be sent to the Foundation's Chairman and President, Ms. Renate Rennie. If there are any questions concerning these application procedures, please do not hesitate to contact the Foundation.

7 – ICCTI (Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional)

O Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) dirige, orienta e coordena as acções de cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia.

8 - Bolsas INVOTAN

Entidade responsável: Comissão INVOTAN

A INVOTAN gere, coordena e divulga as actividades científicas da NATO a nível nacional. Esta entidade disponibiliza os seguintes programas à comunidade científica:

Programa de Bolsas de Estudos Científicos da OTAN

Bolsas de investigação ou treino científico em Países da NATO. Em Portugal são concedidos dois tipos de bolsa:

- Tipo B - Bolsas Avançadas para investigadores com doutoramento ou grau equivalente e/ou experiência científica suficiente para realizar trabalho de investigação independente.
- Tipo C - Bolsas Seniores para investigadores que pretendam continuar trabalho de investigação em instituições de pesquisa ou realizar seminários num País da Aliança ou Parceiro.

Programa de Institutos de Estudos Avançados e Seminários de Investigação Avançada da OTAN (NATO ASIs/ARWs) - Bolsas de Viagem para os Participantes Portugueses

Bolsas de viagem para investigadores que pretendam participar nos cursos avançados e nos seminários de investigação avançada promovidos pela OTAN.

Projectos de Investigação em Colaboração (Collaborative Linkage Grants - CLG)

Programa de financiamento de projectos de investigação que sejam desenvolvidos conjuntamente por equipas de investigadores dos Países Parceiros e dos Países da NATO ou dos Países do Diálogo Mediterrânico. Está previsto financiamento para visitas mútuas dos investigadores participantes nos projectos.

Visitas de Peritos

Este programa financia a visita de especialistas dos Países da Aliança, dos Países Parceiros ou dos Países

do Diálogo Mediterrânico a projectos de I&D em curso. A duração das visitas pode variar de alguns dias a um mês.

Bolsa NATO Manfred Wörner

Bolsa anual concedida a um investigador ou a uma instituição que apresente um projecto de investigação de particular interesse para a Aliança.

9 - Fundação Eugénio de Almeida

Bolsa de Investigação sobre a Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli 2012

A Bolsa de Investigação foi criada para incentivar e distinguir a investigação e o estudo multidisciplinar do que tem sido a Cartuxa de Évora ao longo de 400 anos, promovendo assim um conhecimento mais amplo e aprofundado da Ordem Cartuxa e do Mosteiro enquanto património espiritual, artístico, histórico e cultural único em Portugal.

Bolsa Excelência Académica

A Bolsa é dirigida a alunos do Ensino Superior, naturais ou residentes na região de Évora, que tenham obtido aproveitamento escolar, no ano letivo anterior, com média aritmética igual ou superior a 17,00 valores.

Não são aceites candidaturas de alunos que frequentem o 1.º Ano do 1.º Ciclo do Ensino Superior.

Os interessados poderão obter mais informações na sede da Fundação Eugénio de Almeida (Pátio de S. Miguel, Apartado 2001, 7001-901 Évora).

Bolsa Eugénio de Almeida

A Fundação Eugénio de Almeida (FEA) afeta anualmente uma dotação financeira destinada a custear as propinas de alunos da Universidade de Évora (UE) de baixo rendimento económico e com aproveitamento escolar.

São princípios orientadores da Bolsa Eugénio de Almeida: o apoio social; a criação de oportunidades; a contratualização e a responsabilização; o retorno à comunidade; o enriquecimento curricular e a promoção da participação cívica.

Esta Bolsa está integrada no Fundo de Apoio Social aos Estudantes da Universidade de Évora (FASE-UE), no âmbito de um Protocolo de Colaboração entre a FEA e a UE.

O processo de candidaturas é gerido pela Universidade de Évora.

10 - Fundação Oriente

A Fundação Oriente disponibiliza as seguintes Bolsas de estudo:

- Bolsas de Doutoramento e Mestrado
- Bolsas de Investigação
- Bolsas para frequência de cursos anuais de Aperfeiçoamento de Língua e Cultura Portuguesas e de Línguas e Culturas Orientais
- Bolsas de curta duração

11 - Instituto Italiano de Cultura de Lisboa

O Instituto Italiano de Cultura de Lisboa (IIC) é o Serviço Cultural da Embaixada de Itália em Portugal. No âmbito de um protocolo estabelecido entre os dois países, o IIC pretende favorecer os intercâmbios e a circulação das ideias. Neste sentido oferece os seguintes apoios:

- Cuida as inscrições dos estudantes portugueses nas Universidades e nas outras instituições culturais como Academias de Belas Artes, Conservatórios de Música, cursos de pós-graduação etc.
- Oferece informações sobre a realidade cultural italiana; sobre a frequência de cursos universitários e de pósgraduação em Itália, bem como sobre as escolas públicas e particulares das mais diversas áreas (design, moda, artesanato, restauro, etc.).
- Oferece assistência aos investigadores e estudiosos nas investigações bibliográficas e científicas e favorece os contactos com as instituições científicas e culturais italianas.
- Lecciona cursos de língua e de cultura. 10 professores italianos com uma grande experiência de ensino aos estrangeiros acompanham os alunos na aprendizagem da língua e da cultura italiana com cursos progressivos ou com cursos intensivos.
- Permite recolha informatizada de referências.

Bolsas:

- Bolsas de estudo para aperfeiçoar a língua em Itália durante o Verão (reservadas aos alunos do Instituto).

- Bolsas de estudo de entidades privadas
- O IIC oferece aos seus alunos toda a informação sobre as oportunidades de bolsas de estudo para frequentar cursos em escolas de língua e cultura italiana e aperfeiçoar os seus conhecimentos.
- Bolsas de estudo do Governo Italiano
- Todos os anos mensuralidades de bolsas de estudo são oferecidas a licenciandos ou licenciados portugueses para o aperfeiçoamento nas várias disciplinas académicas. Toda a informação e a assistência para participar no concurso.

12 - Conselho Europeu de Investigação (CEI)

O Conselho Europeu de Investigação (CEI) financia todos os anos projectos de investigação de excelência em qualquer disciplina científica, que procure alargar os conhecimentos científicos e tecnológicos.

Os candidatos deverão enviar as suas propostas apenas quando o CEI abrir as candidaturas.

Destinatários

Investigadores independentes de qualquer nacionalidade e pelo menos 2 anos de experiência pós-doutoramento.

Critérios de selecção

- Projectos que venham a ser desenvolvidos numa instituição pública ou privada baseada na Europa (Estado-Membro da UE ou país associado)
- Projectos inovadores e de vanguarda nas áreas científica e tecnológica (incluindo as ciências sociais e humanidades)
- Excelência científica

Tipos de subsídios

- Iniciados - Para investigadores com 2 a 10 anos de experiência pós doutoramento
- Avançados - Para investigadores com experiência superior a 10 anos e com resultados significantes

Financiamento

Os subsídios do CEI são financiados através do programa "Ideas" do 7º Programa-Quadro para Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia.

Será estabelecido um acordo entre o CEI e a instituição de acolhimento (entidade legal) a quem serão entregues os financiamentos. Por sua vez, a instituição deve oferecer as condições apropriadas ao investigador para que este possa dirigir independentemente a investigação e gestão dos fundos durante o projecto.

13 – Instituto Universitário Europeu

Bolsas Max Weber

Candidaturas anuais

A Comissão Europeia, através do Instituto Universitário Europeu (IUE), oferece a cidadãos de todas as nacionalidades, a possibilidade de participarem no programa de pós doutoramento Max Weber na área das ciências sociais e humanidades.

Objectivos

O programa pretende ser uma oportunidade para doutorados que se encontrem nas primeiras fases das suas carreiras académicas e que pretendam prolongar as suas investigação e formação académica num ambiente multidisciplinar.

Destinatários

- Doutorados de todas as nacionalidades (devem ter defendido a sua tese há 5 anos ou menos [consultar excepções no regulamento])
- Estudantes de doutoramento de todas as nacionalidades que tenham sido aceites para defesa da sua tese antes do início do programa (1 de Setembro).

Áreas de estudo

- Economia
- História e civilização
- Direito
- Ciências sociais e políticas

Duração

As bolsas compreendem períodos de 12 ou 24 meses.

Valores (2011)

O valor mensal base da bolsa é de 2.000 EUR.

Bolsas Auto-Financiadas

Os pedidos de bolsas auto-financiadas serão considerados até Abril (ver data), desde que possam ser acomodados dentro do Programa Max Weber e serão seleccionados seguindo os mesmos critérios e procedimentos.

Critérios de selecção

- Êxitos e potencial das investigações (contribuição das publicações, teses e cartas de referência, plano de investigação)
- Interesses relativos à carreira e comprometimento com a carreira académica
- Capacidade da IUE proporcionar orientação
- Disponibilidade para contribuir para as actividades de investigação do programa de actividades Max Weber e dos departamentos do IUE

Local de afectação

Florença (Itália)

Bolsas Fernand Braudel

Candidaturas semestrais (Março/Setembro)

As bolsas Fernand Braudel oferecem a possibilidade a académicos com reputação internacional de prosseguirem as suas investigações através no Instituto Universitário Europeu (IUE).

Programa

As bolsas pretendem ser uma oportunidade para investigadores continuarem as suas pesquisas e estudos. Para além disso eles serão convidados a participar nas actividades dos departamentos, como seminários, *workshops* e colóquios e/ou a colaborar com os professores do IUE nas aulas e na orientação de teses.

Destinatários

Académicos com reputação internacional de todas as nacionalidades.

Duração

De 3 a 10 meses.

Valores

O valor da bolsa será de 3.000 EUR por mês.

14 - Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (EUISS)

Candidatura anual

O Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (EUISS) oferece bolsas para investigações em temas relacionados com as actividades do Instituto.

Destinatários

- Jovens investigadores que estejam a frequentar uma curso universitário, sobretudo aos níveis avançados, ou recém-doutorados
- Bons conhecimentos de inglês ou francês

Temas

Os candidatos devem desenvolver projectos nas seguintes áreas (ou relacionado):

- Integração europeia: PESC/PESD
- Missões PESD: avaliação e cenários futuros
- Governança global: multilateralismo, regionalismo e multipolaridade
- Desafios globais: crises humanitárias, proliferação, energia, etc
- Prevenção de violência/crises e respostas
- Direitos humanos e democracia na política externa da UE
- Desarmamento e não-proliferação de armas não convencionais
- Guerras assimétricas
- Indústria do armamento e espaço
- Assuntos regionais, como médio oriente, Cáucaso
- Balcãs e Turquia
- Rússia
- Os vizinhos europeus
- As relações euro-americanas
- América-Latina
- China e Índia
- UE e segurança em África

Responsabilidades

- Trabalhar, a tempo inteiro, nos seus projectos de investigação
- Cooperar nas actividades da EUISS
- Analisar temas relacionados com o seu projecto
- Elaborar um trabalho/tese de investigação, que deve ser entregue no final da estadia, que a EUISS poderá publicar

Duração

Máximo de 4 meses

Subsídio mensal

1.500 EUR

15 - Netherlands Institute for Advanced Study in the Humanities and Social Sciences (NIAS)

Candidaturas anuais (Março)

Netherlands Institute for Advanced Study in the Humanities and Social Sciences (NIAS) convida à apresentação de candidaturas para a atribuição de bolsas a investigadores experientes, já com trabalhos realizados.

As bolsas regulares são concedidas para a investigação avançada durante um ano lectivo completo ou para um semestre.

O NIAS não atribui bolsas de estudo para programas de formação ou para fins educacionais e não oferece cursos ou apoios financeiros para realizar estudos em outros lugares.

Duração

De 6 meses a 1 ano.

Condições gerais de admissão

Possuir um Doutoramento em humanidades ou ciências sociais.

Candidaturas

Bolsas Regulares NIAS, Bolsas Duo, Bolsas Lorentz, Bolsas Golestan.

Contacto

NIAS
Research Planning
Meijboomlaan 1
2242 PR Wassenaar
The Netherlands

16 - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)

Atribuição bianual

O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), em parceria com o Município de Cascais, atribui bianualmente, a cidadãos licenciados uma Bolsa de Investigação no âmbito da organização das Conferências do Estoril, à melhor proposta de projecto de investigação.

Objectivo

O prémio Bolsa de Investigação atribuído no âmbito das Conferências do Estoril, tem como objectivo incentivar e distinguir a investigação sobre a temática geral da interacção entre a globalização e as dinâmicas locais.

Destinatários

Jovens até aos 30 anos e titulares de, pelo menos, o grau de licenciatura ou equivalente.

Critérios de admissão

- Jovens até aos 30 anos
- Ter residência permanente ou temporária em Portugal no momento da candidatura
- Ter domínio da língua portuguesa
- Ser titular de, pelo menos, o grau de licenciatura ou equivalente

Nota: Os projectos de investigação terão de ser escritos em língua portuguesa, até um máximo de 2.000 palavras, e devem abordar um dos temas previamente definidos pelo Júri do prémio.

Bolsa

15.000 EUR

A atribuição desta bolsa oferece a um jovem investigador a possibilidade de colaborar na edição das Conferências do Estoril.

Candidaturas

Devem ser submetidas através do preenchimento do Formulário de Identificação e do Formulário de Projecto.

Nota: para mais informações contactar através do *email* (bolsa@conferenciasdoestoril.org).



Dados da Spring Research School

Análise dos inquéritos

Ana Filipa Magalhães

Ana Isabel Madeira

Os inquéritos realizados aos alunos americanos que atenderam a Spring Research School organizada pelo Observatório Político em 2012 mostram resultados positivos em todas as áreas.

Em relação à organização do material do programa, 48% dos alunos mostraram-se muito satisfeitos e 52% satisfeitos com a organização. Quanto à satisfação com o programa e o objetivo para o aluno, 62% mostraram-se muito satisfeitos e 29% satisfeitos. Já sobre a oportunidade de utilizar os conhecimentos aprendidos 71% responderam “Concordo Fortemente” e 24% “Concordo”.

Quanto à estrutura e organização, 100% dos alunos marcaram como “Concordo Fortemente” que as atividades da conferência os permitiam conhecer melhor a cultura portuguesa. 90% utilizaram também o nível mais alto do questionário para se referirem à ajuda dos organizadores. 52% recomendaria fortemente este programa a outras pessoas, enquanto que os restantes 48% concordam que também o recomendariam.

Em nenhuma das respostas acima se encontrou a resposta “Discordo Fortemente”.

Em geral o nível de conhecimento anterior sobre os assuntos falados na conferência era baixo. 28,5% tinha um conhecimento médio, 43% fraco e 28,5% muito fraco.

Os comentários foram sobretudo positivos – 12 em 18 comentários feitos. Apontaram o melhor conhecimento que conseguiram adquirir sobre Portugal, a simpatia dos organizadores, a boa organização e o bom formato das apresentações (curtas e com debate). Sobre apresentações mais específicas, apontaram o melhor conhecimento que adquiriram sobre o papel de Portugal na crise económica e a boa apresentação sobre linguagem, integração de imigrantes na sociedade portuguesa e secularização. Deram também nota positiva ao jantar.

Os aspetos negativos apontavam para alguma desorganização da conferência, o facto de alguns conferencistas não terem boa qualidade de apresentação e o formato da conferência (devia ter sido dado mais tempo aos conferencistas para apresentarem as suas investigações). Mais em particular, apontaram a falta de informação sobre a crise europeia para poderem compreender o papel de Portugal e preferiam um melhor debate sobre questões sociais em vez de históricas. Também acharam negativo o almoço do primeiro dia.

Alguns aspetos são referidos tanto positiva como negativamente, como o formato das conferências. Outras respostas estão em contradição, como a boa organização ou uma má organização. Parece que no geral os alunos ficaram satisfeitos com organização, organizadores e conteúdos das conferências, o que lhes permitiu conhecer melhor Portugal, do qual tinham um conhecimento fraco.

Gráficos

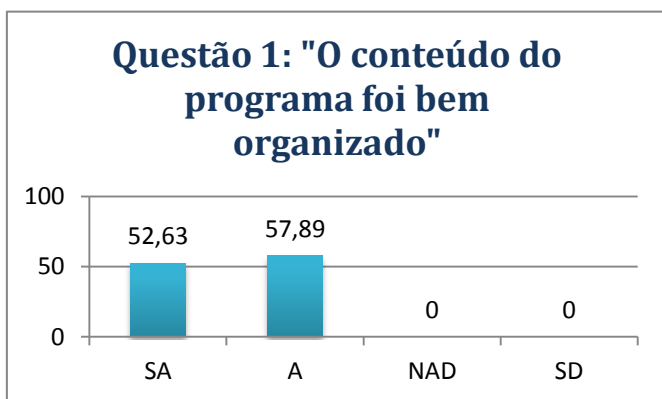


Gráfico 1

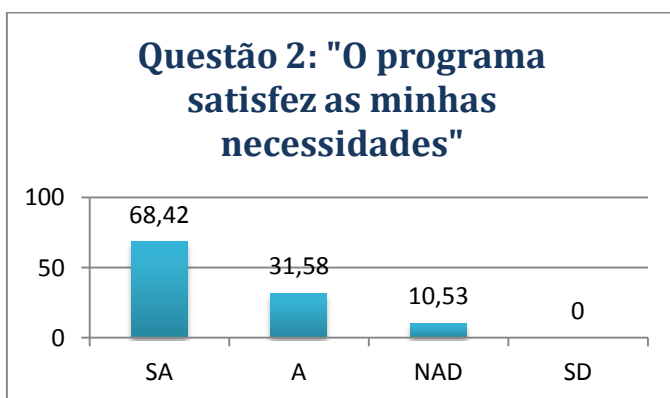


Gráfico 2



Gráfico 3

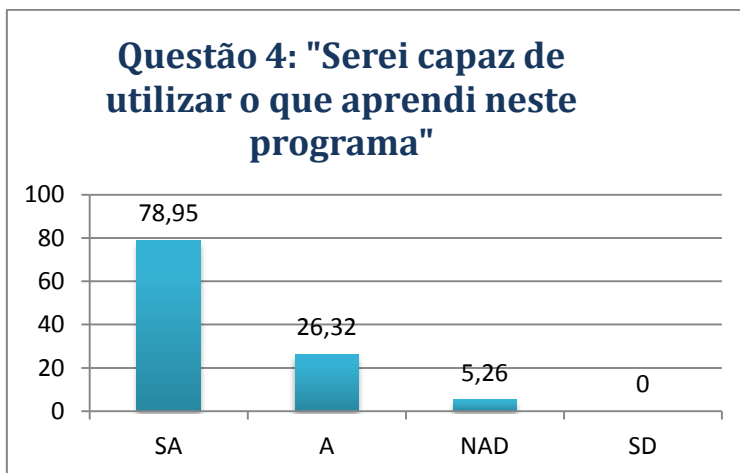


Gráfico 4

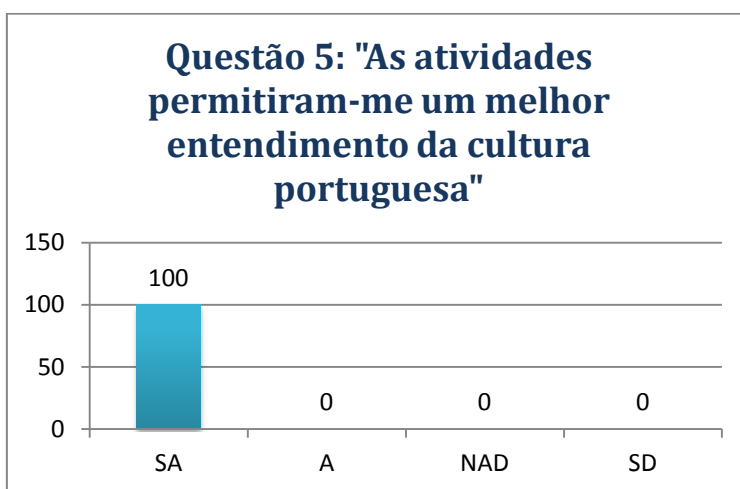


Gráfico 5

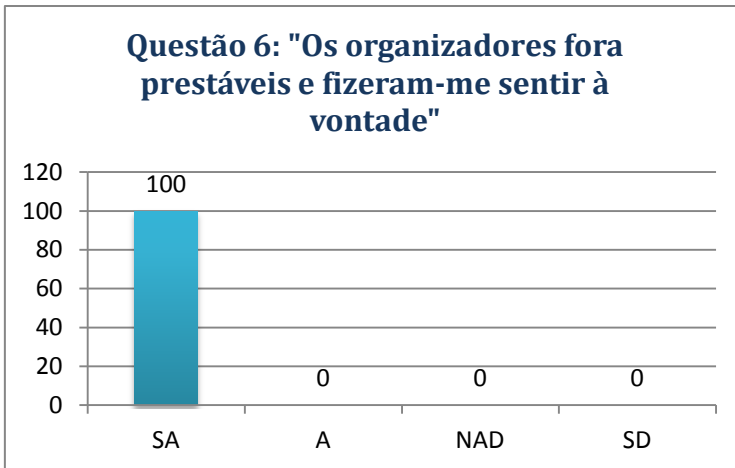


Gráfico 6

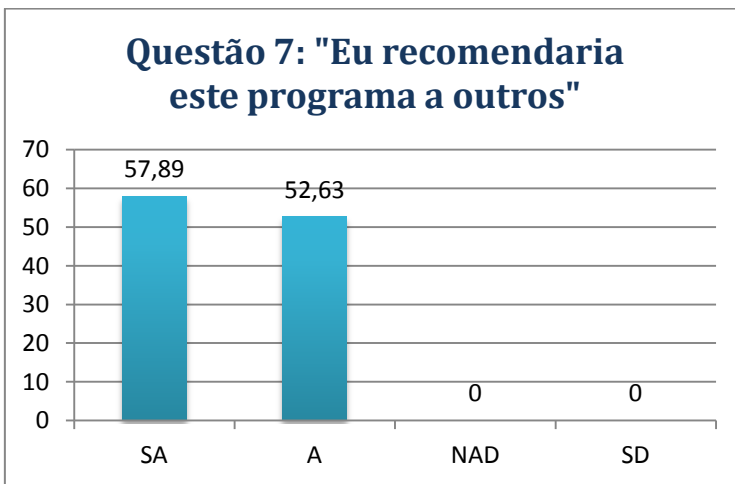


Gráfico 7

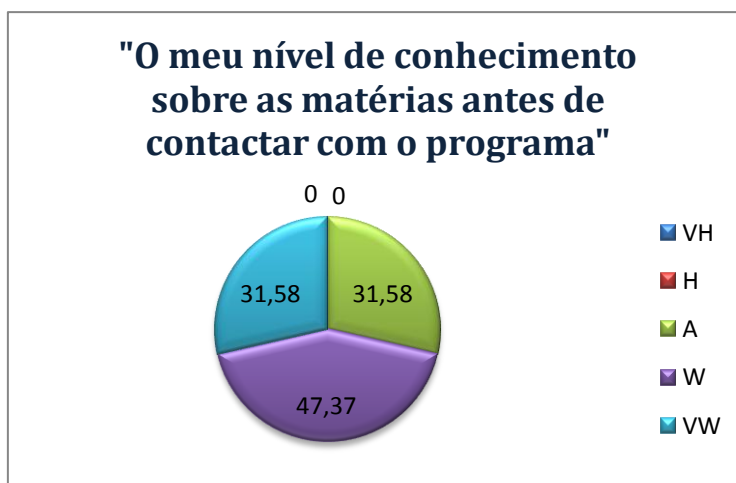


Gráfico 8

A8: Projectos de Investigação em Direitos Humanos (páginas xxvii-xxxviii)

Bases de Dados dos Centros FCT: <http://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2007/resultados>

Centros de Investigação na área de ciências Sociais (dados de 2007)

CES (Centro de Estudos Sociais)

- Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE)
Coordenação: Catarina Frade, Maria Paula Meneses e Silvia Rodríguez Maeso
Linhas de Investigação: Direitos humanos, violências e cidadania; Estado, administração da justiça e políticas públicas; Democratização, participação política e acesso aos direitos e às justiças numa perspetiva comparada; (Anti-)racismo, cidadania e processos políticos; Memórias, construções identitárias e reconhecimento; Consumo, endividamento e sobreendividamento das famílias.

Projetos:

JUSTMEN - Menu for Justice. Toward a European Curriculum Studiorum on Judicial Studies, Conceição Gomes e Paula Fernando

Financiamento: Comissão Europeia

Período: 1 de setembro de 2010 a 28 de fevereiro de 2013

Palavras-chave: justiça, educação, formação, estudos judiciais

Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral: desafio(s) ao(s) Direito(s), Cecília MacDowell Santos (coord), Conceição Gomes, Madalena Duarte e Marina Henriques

Financiamento: FCT

Período: 1 de abril de 2012 a 31 de março de 2014

Palavras-chave: tráfico laboral, direitos humanos, justiça, crime

Conceição Gomes (CES)

Livros:

Gomes, Conceição (2008), *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: CIG.

Capítulos em livros:

Sousa Santos, Boaventura; Pedroso, João; Gomes, Conceição (2005), *Qualité et Justice en Portugal*, in Marco Fabri, Philip M.Langbroek e Hélèn Pauliat (org.), *L'Administration de La Justice en Europe et L'Évaluation de Sa Qualité*. Paris: Mission de Recherche Droit et Justice.

Sousa Santos, Boaventura; Fumo, Joaquim; Mbilana, Guilherme; Gomes, Conceição (2003), *Os Tribunais Comunitários*, in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (org.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura Sousa; Pedroso, João; Gomes, Conceição (2003), *Qualité et Justice en Portugal*, in Marco Fabri, Philip M.Langbroek e Hélèn Pauliat (org.), *The Administration of Justice in Europe: Towards the Development of Quality Standards*. Bologna: Lo Scarabeo.

Artigos em revistas científicas:

Gomes, Conceição (2010), "Tribunais e democracia: desafios (presentes e futuros) à aplicação do direito", *Tertúlias com... Os novos horizontes do direito*, 49-72.

Gomes, Conceição (2009), "Tráfico Sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 69-94.

Gomes, Conceição (2008), "Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual", *Colecção Estudos de Género*.

Santos, Boaventura de Sousa; Gomes, Conceição (2007), "Geografia e Democracia para uma Nova Justiça", *Revista "Julgar"*, 2.

Gomes, Conceição (2007), "The transformation of the portuguese judicial organization. Between efficiency and democracy", *Utrecht Law Review*, 3, Issue I (June).

Gomes, Conceição; Fernando, Paula (2003), "Subsídios para uma compreensão da justiça penal na última década", *Revista Polícia e Justiça*, 4, 33- 59.

Gomes, Conceição (1992), "A língua no domínio do jurídico em Macau no contexto da transferência do exercício da soberania", *Revista do Instituto Cultural de Macau*, 152 - 171.

Artigos em atas de eventos:

Gomes, Conceição (2007), "Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual em Portugal" in Presidência Portuguesa da União Europeia (org.), *Actas da Conferência Internacional "Tráfico de Seres Humanos e Género"*.

Comunicações em encontros científicos:

Gomes, Conceição (2011), *Justiça e qualidade da democracia: o futuro do Estado de Direito*, comunicação apresentada na/o Conferência "Qualidade do Estado de Direito em Portugal 2005-2010", Lisboa, 15 a 15 de Março.

Gomes, Conceição (2009), Judiciary and Democracy: Some Topics for discussion, comunicação apresentada na/o Quality Management in Courts, Estrasburgo, 20 de Janeiro.
Gomes, Conceição (2007), Crianças e jovens em risco e as responsabilidades parentais, comunicação apresentada na/o Congresso sobre "Crianças e Jovens em Risco", Porto, 22 de Novembro.
Gomes, Conceição (2007), Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual em Portugal, comunicação apresentada na/o Conferência Internacional "Tráfico de Seres Humanos e Género", Porto, 08 de Outubro.
Gomes, Conceição (2007), Para Além do Pensamento Abissal: sistema prisional vs direitos humanos, comunicação apresentada na/o Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, Coimbra, 06 de Março.

Relatórios:

Gomes, Conceição; Araújo, Raúl (coord.); Gomes, Conceição (2011), *Desafios à mudança do sistema judicial. Para uma nova geografia da justiça. Proposta de Anteprojecto da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais da Jurisdição Comum*, Coimbra: FDUAN/CES, 154.
Gomes, Conceição; Duarte, Madalena e Henriques, Madalena (coord.); Gomes, Conceição (2010), *Avaliação do I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos*, Coimbra: CES.
Santos, Boaventura de Sousa e Gomes, Conceição (coord.); Gomes, Conceição (2009), *A justiça penal - Uma reforma em avaliação*, Coimbra: CES/OPJ, 572.
Santos, Boaventura de Sousa et all (coord.); Gomes, Conceição (2007), *Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual em Portugal.*, Coimbra: CES.
Santos, Boaventura de Sousa e Gomes, Conceição (coord.); Gomes, Conceição (2006), *A geografia da justiça - Para um novo mapa judiciário*, Coimbra: CES/OPJ.

Cursos de formação avançada:

Gomes, Conceição (2010), formador no Programa de Doutoramento Direito, Justiça e Cidadania no Séc.XXI, FEUC/FDUC, FEUC/FDUC.
Gomes, Conceição (2009), formador no Formação para juizes de paz e técnicos dos julgados de paz, Coimbra, CES.
Gomes, Conceição (2009), formador no Programa de Doutoramento Direito, Justiça e Cidadania no Séc.XXI, FEUC/FDUC, CES/FDUC.
Gomes, Conceição (2008), formador no Programa de Doutoramento Direito, Justiça e Cidadania no Séc.XXI, FEUC/FDUC.
Gomes, Conceição (2007), formador no Programa de Doutoramento Direito, Justiça e Cidadania no Séc.XXI, Coimbra, CES/FDUN.

Projetos de investigação:

2010 - 2010 - "O novo regime jurídico do divórcio em avaliação", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça.
2010 - 2010 - "O sistema judicial e os desafios da complexidade social: Novos caminhos para o recrutamento e a formação de magistrados", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .
2010 - 2010 - "Proposta de Anteprojecto da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais da Jurisdição Comum", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça de Angola.
2009 - 2010 - "A gestão nos tribunais. Um olhar sobre a experiência das comarcas piloto", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça.
2009 - 2010 - "Entre a Lei e a prática. Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça.
2008 - 2010 - "The European Arrest Warrant in law and in practice: a comparative study for the consolidation of the European law-enforcement area", na qualidade de investigador responsável, financiado por União Europeia .
2007 - 2010 - "A indemnização do corpo e da vida na lei e nas decisões judiciais ", na qualidade de investigador responsável, financiado por FCT.
2007 - 2010 - "Pluralidade de Ordens Jurídicas e Sistemas de Justiça em Luanda/Angola ", na qualidade de investigador responsável, financiado por Governo de Angola .
2007 - 2009 - "Programa de Monitorização sobre a reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .
2007 - 2008 - "Estudos de apoio à criação do Observatório da Justiça Brasileiro ", na qualidade de investigador responsável, financiado por PNUD.
2007 - 2008 - "Medidas e mecanismos de gestão processual nos tribunais", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .
2007 - 2007 - "As parcerias público-privadas na justiça ", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .
2006 - 2007 - "A avaliação da Acção Executiva ", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .
2006 - 2007 - "Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual em Portugal", na qualidade de investigador responsável, financiado por CIDM.

2005 - 2006 - "A Reforma do Mapa Judiciário ", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .

2005 - 2006 - "Modelos de gestão e organização dos tribunais", na qualidade de investigador responsável, financiado por Ministério da Justiça .

Paula Fernando (CES)

Capítulos em livros:

Gomes, Conceição; Fernando, Paula; Araújo, Raul; Fatato, Maymona Kuma (2012), A Justiça Cível e Administrativa, in Conceição Gomes e Raul Araújo (org.), *A Luta pela Relevância Social e Política: os tribunais judiciais em Angola – Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação*. Coimbra: Almedina.

Gomes, Conceição; Lauris, Élida; Araújo, Raul; Fernando, Paula; Sambo, Anette (2012), A Justiça de Família e Menores, in Conceição Gomes e Raul Araújo (org.), *A Luta pela Relevância Social e Política: os tribunais judiciais em Angola – Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação*. Coimbra: Almedina.

Fernando, Paula; Gomes, Conceição; Araújo, Raul; Sambo, Anette (2012), A Justiça Laboral, in Conceição Gomes e Raul Araújo (org.), *A Luta pela Relevância Social e Política: os tribunais judiciais em Angola – Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação*. Coimbra: Almedina.

Araújo, Raul; Fernando, Paula; Gomes, Conceição (2012), As Profissões Forenses: Caracterização, Recrutamento e Formação, in Conceição Gomes e Raul Araújo (org.), *A Luta pela Relevância Social e Política: os tribunais judiciais em Angola – Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação*. Coimbra: Almedina.

Fernando, Paula; Gomes, Conceição; Araújo, Raul; Fatato, Maymona Kuma (2012), Uma Caracterização da Procura nos Tribunais Judiciais em Luanda, in Conceição Gomes e Raul Araújo (org.), *A Luta pela Relevância Social e Política: os tribunais judiciais em Angola – Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação*. Coimbra: Almedina.

Artigos em revistas científicas:

Lauris, Élida; Fernando, Paula (2010), "A dupla face de Janus: as reformas da justiça e a Lei Tutelar Educativa", *Julgar*, 11.

Gomes, Conceição; Fernando, Paula (2003), "Subsídios para uma compreensão da justiça penal na última década", *Polícia e Justiça*, 4, 33-59.

Cecília Mac Dowell Santos (CES)

Livros:

Santos, Cecília MacDowell (orgs.) (2012), *A Mobilização Transnacional do Direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos*. Coimbra: Edições Almedina. (No prelo).

Santos, Boaventura de Sousa; Pires Junior, Paulo Abrão; Santos, Cecília MacDowell; Torelly, Marcelo D. (orgs.) (2010), *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça do Brasil.

Santos, Cecília MacDowell; Teles, Edson; Teles, Janaina de Almeida (orgs.) (2009), *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil (Vol. 1 e 2)*. São Paulo: Editora Hucitec.

Santos, Cecília MacDowell (2005), *Women's Police Stations: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brazil*. New York: Palgrave MacMillan.

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e Portugal: Uma revisão bibliográfica

Cecília MacDowell Santos, Ana Cristina Santos, Madalena Duarte e Teresa Maneca Lima

Data de publicação: abril de 2008

Capítulos em livros:

Santos, Cecília MacDowell (2011), Xucuru do Ororubá e Direitos Humanos dos Indígenas: Lutas pela Terra-Segurança e Estado no Brasil, in Waldênia Brito Monteiro (org.), *Democracia, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos: Do Local ao Internacional*. Recife: Gajop, 126-155.

Santos, Cecília MacDowell (2010), Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas sobre violência doméstica no Brasil, in Maria José Magalhães, Manuela Tavares, Salomé Coelho, Manuela Góis e Elisa Seixas (org.), *Quem Tem Medo dos Feminismos? (Vol. I)*. Funchal, Portugal: Nova Delphi, 343-354.

Santos, Cecília MacDowell (2010), Questões de Justiça de Transição: A mobilização dos direitos humanos e a memória da ditadura no Brasil, in Boaventura de Sousa Santos, Paulo Abrão Pires Junior, Cecília MacDowell Santos, Marcelo D. Torelly (org.), *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça do Brasil, 124-151.

Santos, Cecília MacDowell (2009), A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, direitos humanos e memória da ditadura, in C. M. Santos, E. Teles e J. A. Teles (org.), *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil (Vol. 2)*. São Paulo: Editora Hucitec, 472-495.

Santos, Cecília MacDowell; Teles, Edson; Teles, Janaína de Almeida (2009), Apresentação, in Cecília MacDowell Santos, Edson Teles e Janaína de Almeida Teles (org.), *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil (Vol. 1)*. São Paulo: Editora Hucitec, 11-21.

Santos, Cecília MacDowell (2009), Xucuru do Ororubá e Direitos Humanos dos Indígenas: Lutas pela Terra-Segurança e Estado no Brasil, in Jayme Benvenuto (org.), *Direitos Humanos: Debates Contemporâneos*. Recife: By the author, 24-50.

Santos, Cecília MacDowell (2007), Democracia Participativa e Gênero: Notas para uma Agenda de Pesquisa Feminista, in L. Avritzer (org.), *A Participação Social no Nordeste*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 237-254.

Santos, Cecília MacDowell (2007), Direitos Humanos das Mulheres e Violência contra as Mulheres: Avanços e Limites da Lei "Maria da Penha", in E. Sydow e M. L. Mendonça (org.), *Direitos Humanos no Brasil 2007: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 193-202.

Santos, Cecília MacDowell (2001), Delegacias da Mulher em São Paulo: Percursos e Percalços, in Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange (org.), *Relatório de Direitos Humanos no Brasil 2001*. Rio Janeiro: Parma, 185 - 196.

Santos, Cecília MacDowell (2001), Women's Police Stations in Brazil, in Social Network for Justice and Human Rights em parceria com Global Exchange (org.), *Human Rights in Brazil 2001: A Report*. São Paulo: Social Network for Justice and Human Rights, 163 - 171.

Santos, Cecília MacDowell (2000), Gender, the State, and Citizenship: Women's Police Stations in São Paulo, Brazil, in S. Poggio e M. Sagot (org.), *Irrumpiendo en lo Público: Seis Facetas de las Mujeres en América Latina*, 63 - 92.

Santos, Cecília MacDowell (1999), Cidadania de Gênero Contraditória: Queixas, Crimes e Direitos na Delegacia da Mulher em São Paulo, in A. do A. Júnior e C. P. Moisés (org.), *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Edusp.

Edição/Co-Edição de Volumes/Números Especiais de Revistas Científicas:

Santos, Boaventura de Sousa; Santos, Cecília MacDowell (2010), "Desafios aos Direitos Humanos e à Justiça Global" número temático em "e-cadernos CES", 9.

Sousa Ribeiro, António; Santos, Cecília MacDowell; Rodríguez Maeso, Sílvia (2010), "Violência, Memória e Representação" número temático em "Revista Crítica de Ciências Sociais", 88.

Santos, Cecília MacDowell (2007), "Global Women's Rights Forum" número temático em "Peace Review", 18.

Santos, Cecília MacDowell (2005), "Gender and Globalization Section" número temático em "Peace Review", 17.

Artigos em revistas científicas:

Santos, Cecília MacDowell (2010), "Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/Tradução de Demandas Feministas pelo Estado", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, 153-170.

Santos, Cecília MacDowell (2010), "Memória na Justiça: A Mobilização dos Direitos Humanos e a Construção da Memória da Ditadura no Brasil", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 127-154.

Santos, Cecília MacDowell; Santos, Ana Cristina; Duarte, Madalena; Maneca Lima, Teresa (2009), "Homoparentalidade e Desafios ao Direito: O Caso Silva Mouta na Justiça Portuguesa e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 43-68.

Santos, Cecília MacDowell; Santos, Ana Cristina; Duarte, Madalena; Maneca Lima, Teresa (2009), "Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: Reflexões sobre a Literatura Jurídica", *Revista do Ministério Público*, 117, 127-158.

Santos, Cecília MacDowell (2008), "Beyond "Helping" or "Not Caring About" Them: Teaching "Women in Developing Countries" at an American University", *ex aequo. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 17, 89-105.

Santos, Cecília MacDowell (2007), "Transnational Legal Activism and the State: Reflections on Cases against Brazil in the Inter-American Commission on Human Rights", *Sur-International Journal on Human Rights*, 7 (English Edition), 25-59.

Santos, Cecília MacDowell (2007), "El Activismo Legal Transnacional y el Estado: Reflexiones sobre los Casos contra Brasil en el Marco de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos", *Sur-Revista Internacional de Derechos Humanos*, 7 (Espanhol), 29-59.

Santos, Cecília MacDowell (2007), "Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: Reflexões sobre os Casos Apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos", *Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos*, 7 (Em Português), 27-57.

Santos, Cecília MacDowell; Pasinato, Wânia (2005), "Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil", *E.I.A.L. Estudos Interd. América Latina*, 16 (1), 147-164.

Santos, Cecília MacDowell (2004), "En-gendering the Police: Women's Police Stations and Feminism in São Paulo", *Latin American Research Review*, 3, 29 - 55.

Santos, Cecília MacDowell (2001), "Delegacias da Mulher em São Paulo: Percursos e Percalços", *Revista da Esmape*, 18, 203 - 217.

Santos, Cecília MacDowell (1995), "Quem Pode Falar, Onde e Como? Uma Conversa 'Não-Inocente' com Donna Haraway", *Cadernos PAGU*, 5, 43 - 72.

Santos, Cecília MacDowell (1995), "Quem Pode Falar, Onde e Como? Uma Conversa 'Não-Inocente' com Donna Haraway", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 101 - 123.

Santos, Maria Cecília Mac Dowell dos (1990), "O Problema da Liberdade como Pressuposto Axiológico dos Direitos Fundamentais", *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil—Seccional de Pernambuco*, XXXIV, XXIV, 43-61.

Santos, Maria Cecília Mac Dowell dos (1988/89), "Juizados Informais de Conciliação

Santos, Maria Cecília; Silva, Maria Betânia; Silveira, Hebe (1985), "Conselho de Justiça: Um Estudo Exploratório nas Comunidades de Vila Esperança e Vila Escailabe", *Cadernos GAJOP*, 2, 61-86.

Artigos em atas de eventos:

Santos, Cecília MacDowell (2009), "Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas Feministas e Políticas sobre Violência Doméstica no Brasil" in Cristina L. Duarte (org.), *Actas Congresso Feminista 2008*. Lisboa: UMAR

Madalena Duarte (CES)

Livros:

Duarte, Madalena (2011), *Movimentos na Justiça - O Direito e o Movimento Ambientalista em Portugal*. Lisboa: Edições Almedina.

Sousa Santos, Boaventura; Gomes, Conceição; Duarte, Madalena; Baganha, Maria I. (2008), *Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual*. Lisboa: Coleção Estudos de Género, CIG.

Capítulos em livros:

Barradas, Carlos; Santos, Ana Cristina; Duarte, Madalena; Alves, Magda (2010), A vez das mulheres - representações sobre aborto em Portugal, in Maria José Magalhães, Manuela Tavares, Manuela Góis, Salomé Coelho, Elisa Seixas (org.), *Quem tem medo dos Feminismos?*. Lisboa: Nova Delphi.

Santos, Boaventura Sousa; Gomes, Conceição; Duarte, Madalena (2010), Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico, in OTSH (org.), *Tráfico Des Humano*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna.

Recensões de livros:

Duarte, Madalena (2005) recensão crítica a Ana Cristina Santos (2004), *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*, Porto: Afrontamento, 204, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72.

Duarte, Madalena (2005) recensão crítica a David A. Snow, Sarah A. Soule, Hanspeter Kriesi (orgs) (2004), *The Blackwell Companion to Social Movements*, United Kingdom: Blackwell Publishing, 754, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72.

Edição/Co-Edição de Volumes/Números Especiais de Revistas Científicas:

Santos, Ana Cristina; Duarte, Madalena; Barradas, Carlos; Alves, Magda (2009), "Representações sobre o aborto: ação colectiva e (i)legalidade num contexto em mudança" número temático em "e-cadernos", 4.

Santos, Boaventura; Gomes, Conceição; Duarte, Madalena (2009), "Velhos e novos desafios ao direito e à justiça" número temático em "Revista Crítica de Ciências Sociais", 87.

Artigos em revistas científicas:

Duarte, Madalena (2011), "Violência Doméstica e sua Criminalização Em Portugal: Obstáculos à Aplicação da Lei", *Sistema Penal & Violência*, v. 3, 2, 1-12.

Santos, Boaventura Sousa; Gomes, Conceição; Duarte, Madalena (2010), "The Sexual Trafficking of Women: Representations of Illegality and Victimisation", *RCCS Annual Review*, 2.

Duarte, Madalena; Barradas, Carlos (2009), "Entre a legalidade e a ilegalidade: representações em torno do direito ao aborto em Portugal", *e-cadernos*, 4, 79-107.

Cecília, Santos; Ana Cristina, Santos; Duarte, Madalena; Lima, Teresa (2009), "Homoparentalidade e desafios ao direito: O caso Silva Mouta na justiça portuguesa e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 4-68.

Boaventura Sousa, Santos; Conceição, Gomes; Duarte, Madalena (2009), "Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 69-94.

Santos, Cecília; Santos, Ana Cristina; Duarte, Madalena; Lima, Teresa (2009), "Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos", *Revista do Ministério Público*, 117, 127-158.

Duarte, Madalena; Barradas, Carlos; Santos, Ana Cristina; Alves, Magda (2009), "Representações em torno da lei do aborto em Portugal: cenários passados e futuros", *Revista do Ministério Público*, 120, 191-217.

Duarte, Madalena (2005), "O acesso dos movimentos sociais ao direito e à justiça: uma discussão por fazer", *Revista Manifesto*, 7.

Duarte, Madalena (2004), "Participation through justice: a (new) way of protest", *Il Dubbio*, Ano V. n.2.

Artigos em atas de eventos:

Duarte, Madalena (2006), "O Kula revisitado: a cultura dos direitos na luta pela despenalização do aborto" in Ana Bernard da Costa (org.), *Actas do TERCEIRO CONGRESSO DA APA "Afinidade e Diferença"*. Lisboa: Associação Portuguesa de Antropologia

Duarte, Madalena (2005), "Social movements, citizenship and law" in Colin Barker e Mike Tyldesley (org.), *Alternative Futures and Popular Protest*. Manchester: Manchester Metropolitan University

Marina Henriques (CES)

Comunicações em encontros científicos:

Henriques, Marina (2011), Entre a Justiça eficiente e a Justiça cidadã: a interpenetração de diferentes modelos de administração e gestão dos tribunais, comunicação apresentada na/o Portugal entre desassossegos e desafios, Coimbra, 17 a 18 de Fevereiro.

Henriques, Marina (2011), Direitos humanos do trabalho: a OIT e o caso português, comunicação apresentada na/o Portugal entre desassossegos e desafios, Coimbra, 17 a 18 de Fevereiro.

Henriques, Marina (2009), Labour human rights: ILO and the case of Portugal, comunicação apresentada na/o Complexity, Conflicts, Justice. 20 years of Sociology of Law Joint meeting, Oñati - Gipuzkoa, Espanha, 07 a 10 de Julho.

Henriques, Marina (2008), ILO and labour governance: the case of Portugal, comunicação apresentada na/o Research Committee on Sociology of Law Annual Meeting, Law and justice in the risk society, Milão, Itália, 09 a 12 de Julho.

Henriques, Marina (2008), Governação laboral e OIT em Portugal, comunicação apresentada na/o VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: saberes e práticas, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de Junho.

Relatórios:

Conceição Gomes; Raul Araújo (coord.); Henriques, Marina; Fernando, Paula ; Soares, Carla ; Trincão, Catarina (2011), *Desafios à mudança do sistema judicial. Para uma nova geografia da justiça. Proposta de Anteprojecto da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais da Jurisdição Comum*, Coimbra: CES/FDUAN.

Santos, Boaventura de Sousa; Gomes, Conceição (coord.); Lauris, Élida; Henriques, Marina (2009), *Desafios à justiça de proximidade: avaliação dos funcionamento dos julgados de paz*, Coimbra: CES/OPJ.

Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes (coord.); Lauris, Élida; Henriques, Marina (2009), *Programa de Formação para os Julgados de Paz*, Coimbra: CES.

Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes (coord.); Lauris, Élida; Henriques, Marina (2009), *Proposta de projectos para o Observatório da Justiça Brasileira*, Coimbra: CES.

António Casimiro Ferreira (coord.); Henriques, Marina Pessoa; Lima, Teresa Maneca (2004), *Acesso ao Direito e Mobilização dos Tribunais de Trabalho: o caso da discriminação entre mulheres e homens*, Coimbra: CES.

Centro de Direitos Humanos ("IUS GENTIUM CONIMBRIGAE") – Universidade de Coimbra

Investigadores Associados:

- José Noronha Rodrigues
- Maria João Guia
- Paulo Nogueira da Costa
- Rita Páscoa Santos

O IGC/CDH dedica-se, de forma regular, aos seguintes projectos e linhas de investigação:

1. Direitos Humanos e Negócios: o CDH faz parte do Grupo de Interesse do European Business Ethics Network Portugal (EBEN) que visa estudar e promover a relação intrínseca entre Direitos Humanos e Negócios.

2. Versão portuguesa do livro Understanding Human Rights: o CDH é o responsável pela versão portuguesa do manual Compreender os Direitos Humanos, já traduzido para várias línguas, nomeadamente, albanês, alemão, árabe, chinês, croata, espanhol, francês, inglês, japonês, macedónio, russo, sérvio, tailandês e vietnamita. Para mais informações, vide <http://www.etc-graz.at/typo3/index.php?id=818>

3. Núcleo de Estudos de Direito Internacional Humanitário, Operações de Paz, Ação Humanitária: constituído por civis e militares, estuda e promove o conhecimento do Direito Internacional Humanitário, das Operações de Paz e da Ação Humanitária:

- Formação em Direitos Humanos durante o aprontamento de militares portugueses para a Bósnia-Herzegovina, Viseu, Maio 2002.

- Curso Breve de Direito Humanitário, em cooperação com a Brigada Ligeira de Intervenção (Coimbra), para militares - 25 a 28 de Janeiro 2005.

- Publicação livro sobre Direito Internacional Humanitário (no prelo).

- Curso Operações de Paz e Ação Humanitária em parceria com a Brigada de Intervenção do Exército Português, Coimbra, desde 2010.

Publicações do IUS GENTIUM CONIMBRIGAE:

Nº. 1 - Schengen e a Comunidade de Países Lusófonos (1997)

Nº.2 - Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (2001)

Índice:

- *Compreensão Jurídico-política da Carta*, J.J. Gomes Canotilho

- *A Evolução da Protecção dos Direitos Fundamentais no Espaço Comunitário*, Miguel Gorjão-Henriques
- *Contexto e Justificação da Carta*, Catarina Sampaio Ventura
- *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - Alguns Aspectos*, R. M Moura Ramos
- *O Conteúdo da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia*, Ana Luísa Riquito
- *A Tutela dos Direitos Fundamentais na União Europeia*, Vital Moreira
- *A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e as Constituições Nacionais*, J.C. Vieira de Andrade
- *A Carta e a Adesão da U.E. à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)*, Vital Moreira
- *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*
- *Anotações à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*

Nº. 3 - Direitos das Crianças (2004)

Índice:

- *Prefácio*
- *Programa*
- *Violações dos Direitos da Criança em Portugal*, Dulce Rocha
- *O novo Direito à Educação da Criança*, A. Reis Monteiro
- *Os Direitos da Criança em Portugal e no Mundo Globalizado - O Princípio do Interesse Superior da Criança*, Catarina de Albuquerque
- *Child Protection and UNICEF Action: Priority Issues and New Approaches*, Roberto Benes
- *Os Direitos da Criança - na Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Ireneu Cabral Barreto
- *Protecção dos Direitos da Criança em Portugal*, Armando Gomes Leandro

Nº. 4 - Direitos Humanos das Mulheres (2005)

Índice:

- *Para uma redefinição da cidadania: a sexualização dos direitos humanos*, Virginia Ferreira
- *A União Europeia e a luta contra o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças*, Anabela Miranda Rodrigues
- *Integração da perspectiva de género no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*, Paula Escarameia
- *Participação Política das Mulheres: Do sufragismo à paridade*, Vital Moreira
- *Plataforma de Pequim*, Maria de Belém Roseira
- *Quotas de género: os prós e os contras de uma solução polémica*, Vera Lúcia Raposo
- *A mulher à luz da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Ireneu Cabral Barreto
- *Direitos Humanos das Mulheres: dois passos à frente, um passo atrás*, Conceição Brito Lopes

Direito de Nacionalidade, de Asilo e de Extradicação nos Países da Comunidade de Língua Portuguesa (1997)

Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias(2000)

Índice

- Parte I - Introdução
- Parte II – Standards Mínimos em Diferentes Direitos Fundamentais
- Parte III – Textos de Apoio Sobre o Enquadramento Geral do Direito das Minorias

Coordenador Científico:

Gomes Canotilho

Adjunta do Coordenador Científico:

Ana Sofia Chieira

Investigadores

Ana Luísa Riquito

André Gonçalo Dias Pereira

Mário Barata

Susana Tavares da Silva

O Tribunal Penal Internacional e a Ordem Jurídica Portuguesa (2004)

Índice:

- *Nota Introdutória*, Mário Soares
- *Notas Biográficas dos Autores*
- *O Tribunal Penal Internacional e a Constituição*, Vital Moreira
- *TPI e a Lei Penal e Processual Penal Portuguesa*, Leonor Assunção
- *O Procedimento de entrega previsto no Estatuto de Roma e a sua incorporação no Direito Português*, Pedro Caeiro
- *O Direito Internacional Penal entre o risco de Cila e o de Caríades (A Complementaridade do Tribunal Penal Internacional)*, Ana Luísa Riquito

Cooperação com Fundação Mário Soares e o Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE)

José Noronha Rodrigues (IGC)

"A identidade e (des) identidade dos valores europeus"

"A Cidadania e os Direitos Fundamentais para o século XXI", AA.VV.: *Temas de Integração – 1º e 2º Semestre de 2010*, nº 29 e 30, Coimbra, Almedina, 2011;

"The "European Constitution" and the Space of Freedom, Security and Justice", in AA.VV.: *Direito, Cidadania & Políticas Públicas* (Coor. Rodrigo Soder, Marli M. M. da Costa, Ricardo Hermany), Porto Alegre – Brasil, 1ª edição Imprensa Livre, 2011;

"A História do Direito de Asilo no Direito Internacional", in AA.VV.: *Temas de Integração – 1º e 2º Semestre de 2009*, nº 27º e 28º, Coimbra, Almedina, 2010;

"O Futuro do Instituto de asilo no Mundo", *Revista Jurídica, CCJ*, Vol. 15, nº 29, pp. 69-80, Jan./Jul., 2011;

"European Common Foreign and Security Policy", *European Scientific Journal*, Vol. 10, March, 2011, p. 3-26 e, in *Revista SCIENTIA IURIDICA da Universidade do Minho* – Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR), Toma LVIII – nº 317 – Janeiro -Março, 2009, pp.27-56;

"The "European Constitution" and the Space of Freedom, Security and Justice", *European Scientific Journal*, Vol. 10, March, 2011, p. 53-85 e, in *Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela* – Direito, Volume 17, nº 2, 2008, pp.5-47;

"Cidadania e Direitos Fundamentais", *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, V.8, nº 8, (Jul/Dez.2010), p.181-212;

"Las Lenguas y Los Derechos Lingüísticos en la Unión Europea", *Anuario da Faculdade de Direito da Universidade da Corunã*, nº 14, 2010, pp. 587-604;

"Políticas de Asilo e de Direito de Asilo na União Europeia" *Revista SCIENTIA IURIDICA da Universidade do Minho* – Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR), Toma LIX – nº 321 – Janeiro -Março, 2010, pp.7-32;

"Arquitectura Constitucional y Procesos de Integración en el caso Português" *Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela* – Direito, Volume 17, nº 1, 2008, pp.137-172;

"Las Políticas de Género en el ámbito Comunitário Europeo", *Revista Tékhné – Revista de Estudos Politécnicos, volume VI, nº 10*, Dezembro de 2008, pp.263-295.

Maria João Guia (IGC)

a concluir a redacção da sua tese de doutoramento subordinada ao tema "Imigração e Criminalidade Violenta em Portugal", orientada pelo Prof. Dr. António Casimiro Ferreira, Prof. Dr. Pedro Caeiro e Dr. João Pedroso.

2009, "Reclusos Brasileiros – breve caracterização",

2010, com o livro "Imigração e Criminalidade Violenta: Mosaico da Reclusão em Portugal"

"Imigração e Criminalidade: Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos" (2008).

Integra a equipa de investigação do projecto "Os sem-direito: a cidadania "limitada" dos imigrantes ilegais e o seu acesso ao direito e à justiça na UE e em Portugal", a decorrer no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, coordenada pelo Dr. João Pedroso.

Paulo Nogueira da Costa (IGC)

Co-autor, com o Doutor Jónatas E. M. Machado, das obras *Curso de Direito Tributário*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, e *Direito Constitucional Angolano*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011. Autor de diversos artigos nas áreas do Direito financeiro e fiscal.

Rita Páscoa Santos (IGC)

Em 2010, foi bolsreira do *European Inter-University Centre for Human Rights and Democratisation* na delegação da União Europeia junto da ONU e de outras organizações internacionais em Genebra, no âmbito do programa *EIUC EU-UN Fellowship Programme*. Trabalhou também, em 2011, no escritório da Amnistia Internacional junto das Instituições Europeias, em Bruxelas, enquanto Assistente na área da Política Externa da União Europeia.

CEHUM (Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho)
Grupo de Teoria Política / Political Theory Group

Alexandra Lafaia Abranches

Her research interests include contemporary theories of justice and the issue of equality.

Ana Rita Ferreira

Completing a dissertation on "Social Democratic Thought Today: the Influence of the Third Way in the Equality Concept of the Portuguese Socialist Party" (with public funding through a PhD Scholarship of the Foundation for the Science and Technology).

João Cardoso Rosas

His research interests include contemporary theories of justice, doctrinal pluralism, political truth and human rights.

Concepções da Justiça [Conceptions of Justice], Edições 70, 2011

with Roberto Merrill (eds.), *Ética, Democracia e Tecnologia* [Ethics, Democracy and Technology], Edições Húmus, 2010.

Mnual de Filosofia Política, 2008, Almedina

Maria João Cabrita

issues about global justice, democratic peace and human rights.

Roberto Merrill

His research interests include the relationship between art and morality, liberal neutrality and value pluralism, left-libertarianism, egalitarian theories of justice and its applications, as well as neo-republicanism and multiculturalism.

David Alavarez

His main research interests are: Global Justice, Cosmopolitan Citizenship, Global Health Justice and Regimes of Toleration.

Mathias Thaler

contemporary theories of global justice as well as intercultural philosophy.

DIREITOS HUMANOS-CENTRO DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Coordenador Científico: Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos

Instituição Executante: Universidade do Minho

Sítio na Internet: <http://www.uminho.pt>

Investigadores: 10

Investigadores doutorados: 8

Investigadores doutorados integrados: 4

Grupos de investigação: 3

Grupos de Investigação

- **HABEAS CORPUS**
Responsável: Andreia Sofia Pinto Oliveira
- **DIREITO EUROPEU E PROTECÇÃO DAS LIBERDADES**
Responsável: Alessandra Aparecida Souza da Silveira
- **CIÊNCIAS JURÍDICAS HUMANÍSTICAS E CRIMINAIS**
Responsável: Maria Clara da Cunha Calheiros de Carvalho

O DH-Centro de Investigação Interdisciplinar visa os seguintes objectivos gerais:

a) Promover e coordenar a investigação científica de vários domínios do saber na área dos Direitos Humanos;

b) Participar em projectos de ensino;

c) Desenvolver projectos de interacção e de serviço à sociedade;

d) Difundir o conhecimento através de redes de informação, da edição de publicações e da realização de encontros científicos.

As actividades de investigação desenvolvem-se articuladamente no âmbito de linhas de investigação e projectos.

Investigadores:

Não consegui encontrar os CVs e incluo as publicações que consegui encontrar no Google.

Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos - Prof. Associado

Publicações:

- A Crise da Justiça em Portugal
- A Separação dos Poderes na Constituição Americana
- Contratos Atípicos
- Teoria Geral do Controlo Jurídico do poder Político
- Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste

E-mail: pvasconcelos@direito.uminho.pt

Andreia Sofia Pinto Oliveira - Prof^a. Auxiliar

Publicações:

- Inteveio numa Conferência promovida pela Elsa – European Law Students Association, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sobre Direitos humanos – direitos adquiridos”,

na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 21 de Abril de 2009.

- Interveio no Seminário Permanente sobre o Estudo e o Estado do Direito (SPEED), promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, apresentando um comentário à comunicação de Ana Rita Gil sobre "O direito fundamental à unidade familiar do imigrante", em 9 de Dezembro de 2008.

- "The rule of judicial powers in Migration and Asylum issues", no V Encontro de Jovens Investigadores em Direito da Imigração e Asilo, Universidad Pontificia Comillas, em Madrid, Dezembro de 2007.

E-mail: aspo@direito.uminho.pt

Benedita Ferreira da Silva Mac Crorie - Prof^a. Auxiliar

Publicações:

- Publicou na Scientia Iuridica, Tomo LII, n.º 297, 2003, "A eutanásia e o auxílio ao suicídio na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia".

- Publicou nos Estudos em Comemoração do 10º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho, Almedina, Coimbra, 2004, "O recurso ao princípio da dignidade da pessoa humana na jurisprudência do Tribunal Constitucional"

- Publicou no Suplemento do Dicionário da Administração Pública, "A renúncia ao direito à reserva sobre a intimidade da vida privada"

E-mail: bcrorie@direito.uminho.pt

Cristina Manuela Araújo Dias - Prof^a. Auxiliar

Publicações:

- Alteração do Estatuto Patrimonial dos Cônjuges e a Responsabilidade por Dívidas

- ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA - VOL. III

E-mail: cdias@direito.uminho.pt

Fernando Eduardo Batista Conde Monteiro - Prof. Auxiliar

E-mail: cmonteiro@direito.uminho.pt

Francisco António Carneiro Pacheco de Andrade - Prof. Auxiliar

Publicações:

- Tese de Doutoramento: Contratação Electrónica e Recurso a Sistemas MultiAgentes: questões de representação e responsabilidade

E-mail: fandrade@direito.uminho.pt

Joana Maria Madeira Aguiar e Silva - Prof^a. Auxiliar

Publicações:

- Tese de Doutoramento: Para uma teoria hermenêutica da justiça. Repercussões jusliterárias no eixo problemático das fontes e da interpretação jurídicas.

- A Prática judiciária Entre Direito e Literatura

E-mail: jmasilva@direito.uminho.pt

Maria Clara da Cunha Calheiros de Carvalho - Prof^a. Associada

Publicações:

- O Contrato de SWAP

- Tese de Doutoramento: A Filosofia Jurídico-Política do Krausismo Português

E-mail: claracc@direito.uminho.pt

Maria de Assunção André Coelho Dias da Silva do Vale Pereira - Prof^a. Auxiliar

E-mail: apereira@direito.uminho.pt

Mário João Ferreira Monte - Prof. Associado

Publicações:

- comunicação intitulada «A Realização Integral do Direito Penal (da Justiça Penal), em Particular, a Violência Doméstica»

E-mail: monte@direito.uminho.pt

Nuno Manuel Pinto Oliveira - Prof. Associado com Agregação

- Tese de Doutoramento: O direito geral de personalidade e a "solução do dissentimento". Ensaio sobre um caso de "constitucionalização" do direito civil

12/13 de Junho de 1998: Participou no colóquio internacional "A Discursive Foundation for Law and Legal Practice. Discussing Jürgen Habermas's Philosophy of Law", organizado pelo Instituto Universitário Europeu.

23/24 de Junho de 2000: Participou no colóquio internacional "Um Código Civil para a Europa", organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

19 de Março de 2004: Participou no colóquio interdisciplinar "Fundamental Rights in the European Union" organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no quadro do encontro geral da "Research Training Network Fundamental Rights and Private Law in the European Union", apresentando uma comunicação intitulada "The Right to Bioethical Self-determination in the Charter of Fundamental Rights of the European Union".

23/24 de Abril de 2004: Participou no Congresso Internacional sobre Responsabilidade Civil dos Médicos, organizado pelo Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, apresentando uma comunicação subordinada ao tema "Responsabilidade civil em instituições privadas de saúde: problemas de ilicitude e de culpa".

18/19 de Junho de 2004: Participou na conferência "The Architecture of European Codes & Contract Law", organizada pela SECOLA – Society of European Contract Law em Viena.

9/10/11 de Junho de 2005: Participou no encontro do projecto The Common Core of European Private Law, realizado em Trento (Itália)

"The Right to Bioethical Self-Determination in the Charter of Fundamental Rights of the European Union", in: Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra], vol. LXXX, 2004, pp. 631-639.

"O princípio da boa fé como fórmula vazia? Comentário a um artigo de Martijn Hesselink"

"Direitos de personalidade e responsabilidade civil no regime jurídico do transplante de órgãos", in: Ars judicandi – Livro de homenagem ao Professor Doutor António Castanheira Neves

E-mail: npo@direito.uminho.pt

Patrícia Penélope Mendes Jerónimo - Prof^a. Auxiliar

Publicações:

- Os Direitos do Homem à Escala das Civilizações - Proposta de Análise a partir do Confronto dos Modelos Ocidental e Islâmico

- Comunicação: O Direito e os Direitos Humanos no Islão Contemporâneo, Universidade do Minho, Março de 2000

- Comunicação: I Diritti delle Minoranze nell'Ordine Giuridico Portoghese. Breve IncurSIONe per i deli Multiculturalismo? Università degli Studi di Cagliari, Maio de 2001

- Conferência: Premières Journées Scientifiques du Réseau "Droits Fondamentaux", Faculté des Sciences Juridiques, Politiques et Sociales de Tunis, Outubro de 1996

- Conferência: O Direito no Tempo dos Direitos ou o Vedor Prático da Filosofia e da Prudência Jurídicas. I Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos de Direito da Universidade Universidade do Minho, Dezembro de 1996

E-mail: ppmj@direito.uminho.pt

Teresa Alexandra Coelho Moreira - Prof^a. Auxiliar

Publicações:

- Estudos do Direito do Trabalho

- A privacidade dos Trabalhadores e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação: contributo para um estudo dos limites do poder de controlo electrónico do empregador.

E-mail: tmoreira@direito.uminho.pt

IFL – Instituto de Filosofia da Linguagem

Projectos financiados:

- Soberania pós-nacional: a União Europeia rumo a uma identidade política - PTDC/FIL-ETI/108287/2008

Resp: António Marques

Cepticismo e Conservadorismo - PTDC/FIL-FIL/112953/2009

Resp: Rui Bertrand Romão

CEDIS – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO SOBRE DIREITO E SOCIEDADE
FACULDADE DE DIREITO - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

LINHA DE INVESTIGAÇÃO EM: EMERGING LEGAL AND POLITICAL ISSUES (NÃO CONSEGUI ENCONTRAR ESTA LINHA DE INVESTIGAÇÃO NO SITE DO CEDIS. NÃO SEI SE AINDA EXISTE VISTO O DADOS DA FCT SEREM DE 2007).

Responsável: Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva (Estuda especialmente questões constitucionais portuguesas, tal como direitos fundamentais, mas só até ao Estado Novo)

Jorge Bacelar Gouveia – Será parte do painel "Humanizar os direitos humanos" no II Congresso Ibero Americano de Direitos Humanos e Advocacia, a realizar dias 8 a 11 de Agosto de 2012 EM Maranhão, Brasil.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA/RESEARCH CENTRE OF THE FACULTY OF LAW
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Grupo 3:

DIREITOS EMERGENTES/NEW TRENDS IN LAW

Responsável: Prof. Doutor Fernando Araújo

Publicações:

- Estudos em Memória do Professor Doutor J. L. Saldanha Sanches - Volumes I a V
- Introdução à Economia
- A Tragédia dos Baldios e dos Anti-Baldios - O Problema Económico do Nível Ótimo de Apropriação
- Análise Económica do Direito - Programa e Guia de Estudo
- Teoria Económica do Contrato
- A Hora dos Direitos dos Animais
- Adam Smith - O Conceito Mecanicista de Liberdade
- O Ensino da Economia Política nas Faculdades de Direito e Algumas Reflexões sobre Pedagogia Universitária
- A Procriação Assistida e o Problema da Santidade da Vida

Projectos em curso ou em preparação (em todos os 4 Grupos):

1. Base de Dados de Direito Internacional da Educação
2. Observatório do Diálogo de Civilizações
3. Politização do Judiciário em Portugal e no Brasil
4. História da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
5. Museu da Justiça: concepção e estudo de implementação
6. Ensino à distância: b – e – learning
7. Direito do Medicamento

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, da Universidade de Coimbra

Projecto de Investigação: Portugal, Europa e o Mundo; I. R. Maria Manuela Tavares Ribeiro

Linha de Investigação: Fronteiras, Democracia e Direitos Humanos.

Responsável: Doutor Rui Cunha Martins

Áreas temáticas

Os mecanismos político-jurídicos da pós-estatalidade e do deslocamento de fronteiras no contexto europeu, africano e sul-americano.

Os processos contemporâneos de transição política para a democracia: o caso português; os modelos comparados de políticas reparativas; o debate sobre a reinvenção da democracia.

A política europeia de fronteiras desde 1989 até à actualidade e o seu impacto em matéria de cidadania, sustentabilidade e integração.

Publicações

MARTINS, Rui Cunha, *Estado, Tempo e Limite*. In: “Revista de História das Ideias”, vol. 26, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005.

MARTINS, Rui Cunha, *Europa como problema y España como desafío: reflexión portuguesa sobre las fronteras europeas com motivo de los 20 años de la integración*. In: “Revista de Estudios Europeos”, nº 44, Valladolid, Septiembre-Diciembre, 2006.

MARTINS, Rui Cunha, *El método de la frontera. Radiografía histórica de um dispositivo contemporâneo (matrices ibéricas y americanas)*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 2007.

MARTINS, Rui Cunha, *Frontière et Fonction*. In : “Cités: philosophie, politique, histoire”, nº 31, Paris, 2007.

MARTINS, Rui Cunha, *A dogmática do limite: um tratado sobre o tempo e a norma*. In: Col. “O tempo e a norma”, Coimbra, Almedina, 2007 (no prelo).

MARTINS, Rui Cunha, *O “risco” e o “traço”. A política e o direito num mundo global*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2007 (no prelo).

MARTINS, Rui Cunha, *Estado, cidadania e contexto: desafios nas fronteiras do direito, Juris Poiesis*. In: “Revista da Faculdade de Direito da Universidade Estácio de Sá”. Rio de Janeiro (2007: aceite para publicação).

Para além dos centros, faço aqui uma pequena bibliografia de outros autores que consegui encontrar que escreveram sobre direitos humanos em Portugal:

- Por uma concepção multicultural de direitos humanos

BS Santos - Revista Crítica de Ciências Sociais, 1997

A9: CVs dos Investigadores para a Exposição “Álbum de Memórias. Índia Portuguesa. 1954. 1962” (páginas xxxix-xli)

Cristina Montalvão Sarmiento

Habilitações Académicas:

- Doutoramento em Ciência Política, especialidade de Teoria Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2004);
- Pós-Graduação em Filosofia, Curso de Mestrado da Universidade de Lisboa (1999);
- Pós-Graduação em Ciência Política, Curso de Mestrado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1994);
- 2^{ème} Cycle em Geoestratégia e Relações Internacionais, Diplome de L’Institut Européen des Hautes Etudes Internationales, Nice, França (1987);
- Licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1997);
- Licenciatura em Direito, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1986).

Principais Áreas de Investigação:

Teoria Política; Políticas Públicas; Estudos de Segurança; Cultura Política.

Manuel Filipe Canaveira

Habilitações Académicas:

- Agregado em Ciência Política e Relações Internacionais (História das Relações Internacionais) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005);
- Doutoramento em História das Ideias Políticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1997).

Principais Áreas de Investigação:

História das Ideias Políticas; História das Relações Internacionais

Raquel Duque

Habilitações Académicas:

- Doutoranda em Ciência Política na Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos;
- Conclusão do Curso de Estudos Avançados de Doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a média final de 17 valores (2011);
- Auditora de Gestão Civil de Crises, Instituto da Defesa Nacional (2011);
- Mestre em Segurança Internacional e Terrorismo, Universidade de Nottingham (2008-2009) –
Dissertação: *Are fragile states with natural resources a desirable location for transnational terrorists? Case-studies of Sierra Leone, Ghana and Nigéria;*
- Curso de Especialização em Cooperação para o Desenvolvimento, Instituto Nacional de Administração, DECODE (2008);
- Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2001-2005); ERASMUS no Institut d’Etudes Politiques, Sciences Po Paris (2004-2005).

Principais Áreas de Investigação:

Segurança Internacional; Terrorismo; Políticas Públicas; Teoria das Relações Internacionais.

Eduardo Pereira Correia

Habilitações Académicas:

- Doutorando em Ciência Política na Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos;
- Conclusão do Curso de Estudos Avançados de Doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a média final de 17 valores;
- Auditor de Defesa Nacional, IDN- Ministério da Defesa Nacional;
- Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

- Licenciatura de Ciência Política, especialização em Políticas Comparadas, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

Principais Áreas de Investigação:

Sistemas Políticos Comparados; Instituições e Processos Políticos; Políticas Públicas de Segurança; Elites Políticas e Estudos Eleitorais.

Teresa Furtado

Habilitações Académicas:

- Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Ciência Política, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Principais Áreas de Investigação:

Teoria Política; Teorias do Estado; Estado de Excepção; Biopolítica; Usos Políticos do Poder Tradicional

Ana Madeira

Habilitações Académicas:

- Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Estudos Políticos de Área, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Principais Áreas de Investigação:

Política Internacional; História das Ideias nas áreas do Médio Oriente e Norte de África.

Paulo Barcelos

Habilitações Académicas:

- Doutorando em Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2009)
- Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2007).

Principais Áreas de Investigação:

Ética; Filosofia Política; Estudos Europeus.

Patrícia Oliveira

Habilitações Académicas:

- Doutoranda em Ciência Política, Especialidade de Teoria e Análise Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2006-2009); ERASMUS no Institut d'Etudes Politiques, Sciences Po Paris (2009).

Principais Áreas de Investigação:

Filosofia da Arte; Teoria da Democracia; Cultura Política; Políticas Culturais; Culturas Comparadas.

Maria João Cabrita

Habilitações Académicas:

- Doutorada em Teoria e História das Ideias, na especialidade de História das Ideias Políticas, com a dissertação *O Liberalismo, a Justiça Social e o Papel do estado: As Propostas de John Rawls e Robert Nozick*, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2007).

Principais Áreas de Investigação:

História das Ideias Políticas – séc. XIX e XX; Filosofia Política Contemporânea – o debate entre o liberalismo igualitário e o liberalismo libertário; as questões sobre a justiça social (doméstica e internacional); reflexões sobre a paz, democracia e direitos humanos.

José Adelino Maltez

Habilitações Académicas:

- Doutor e agregado em Ciência Política
- Licenciado em Direito (1969-1974)

Principais Áreas de Investigação:

Pedro Fonseca

Habilitações Académicas:

- Doutor em Ciências Sociais, especialidade de Ciência Política, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Licenciado em Ciência Política

Principais Áreas de Investigação:

Ana Filipa Guardião

A10: Trabalho de Grupo Apresentado no Curso de Diplomacia na América Latina

(com Ana Meireles e Ana Catarina Jesus) (páginas xlii-xlvi)

Definição e Contexto Histórico da Cooperação Sul-Sul

A expressão “Cooperação Sul-Sul” faz alusão a políticas de consertação, diálogo e aproximação de vários países do sul, estabelecendo relações/acordos ao nível bilateral e multilateral- coligações como o G-20, integração regional como o Mercosul, ou parcerias pontuais/estratégicas como Brasil-China- são exemplos deste tipo de cooperação. Alude igualmente a uma modalidade de cooperação específica entre países do Sul no âmbito de cooperação com o intuito exclusivo de desenvolvimento (ou seja, não abarca outras dimensões de política externa).

“(…)Como a busca de aproximação e concertação com países em desenvolvimento com vistas a objetivos outros que não apenas a cooperação para o desenvolvimento (...)” (Puente, 2010, p. 223). Este tipo de cooperação, é portanto, sinónimo de cooperação técnica e horizontal (ainda que grande parte dos académicos, afirmem que a esta última seja impossível, porque os Estados não possuem de igual grau de influência).

O nascimento da CSS, deu-se na década de 50, surgindo de um conjunto de acontecimentos: como os países que se tornaram independentes no continente asiático- Conferência de Genebra-, o fim de guerras como a de Indochina e Coreia, em 1954; a visita do 1º Ministro da China, Chou En Lai à Índia, com a “coexistência pacífica”- nesse ano, perspectivava-se a resolução do problema sino-indiano no Tibete; a Conferência de Colombo com a presença dos Primeiros-Ministros de 5 países: Ceilão, Birmânia, Índia, Paquistão e Indonésia em abril e Maio de 1954; a Conferência de Bogor como representantes destes mesmos países ainda no mesmo ano.

A Conferência de Bandung(na Indonésia em Abril de 1955), reuniu 29 países africanos e 6 asiáticos, com o objectivo de criar uma nova força política que conseguisse concorrer com os intuitos neocolonialista/imperialistas da União Soviética e dos E.U.A, criando assim uma agenda única, autónoma, sendo que a similitude histórico-cultural entre estes Estados era de grande dimensão: todos estes Estados tinham sido alvos do colonialismo e neocolonialismo, logo, defendiam a auto-determinação dos povos, a igualdade racial e o fortalecimento da paz e segurança internacional. Esta conferência é considerada a “stepping stone” da CSS, e Samir Amin afirma esta ideia, afirmando que esta conferência fundou a solidariedade dos povos do Sul. Depois de 1955, este novo actor colectivo agregou mais países, como os latino-americanos, a aprofundou a sua agenda com um carácter mais económico. Estas nações que anteriormente tinham desempenhado um papel infimo no estabelecimento da arquitectura económica internacional de Bretton Woods, dispunham porém a sua vantagem numérica na Assembleia das Nações Unidas, contribui para que o tema “desenvolvimento” estivesse na agenda da ONU, como o UNFED- Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento”. Década de 60, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento em Genebra, contou com a presença de 119 países, provocou um forte impacto na institucionalização da solidariedade nos povos do Sul. Década de 70, é considerado o apogeu desta cooperação, dado o desenvolvimento da agenda económica, concentrada no comércio e na ajuda oficial, tentando instaurar uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), sendo que estes países viam as instituições políticas e económicas como anacrónicas, e incompatível com a auto-determinação dos povos. Na década de 80 há um retrocesso destas políticas, dado a inflação sentida na América Latina, porém nos anos 90 e graças aos esforços destes países, e por recomendação do PNUD, a CSS ganhou maior espaço nos foros internacionais- “I Cúpula Sul-Sul” em Havana em 2000, e “Conferência Alto-Nível sobre a CSS” em Marrakesh em 2004.

A América Latina tem tido lugar central nesta cooperação, participando de inúmeras acções de cooperação que objectivavam o desenvolvimento económico e social de outros países, sendo que países como a China, Índia e Coreia do Sul fazem parte do grupo em sectores de especialidade (ou seja, dispõem de motivações estratégico-ideológicos que compõem a escolha de países que recebem ajuda), e estes países tornaram-se de “devedores a credores”. Esta última fase da CSS, contém uma maior abertura, mais acentuada, levando a um maior apoio e financiamento de agências bilaterais e organizações internacionais, em troca estes pretendem ajuda para progredir, rumo aos ODM- Objectivos do Millenium.

A Cooperação Internacional na Teoria das Relações Internacionais

Teoria Neorrealista- como exemplo temos a teoria de Kenneth Waltz, que define a política internacional é o facto de esta ser um sistema composto por unidades que interagem entre si, ou seja, os Estados e por uma estrutura anárquica. Ao conceber o sistema político internacional como estrutura, introduz uma novidade (antes, so eram concebidos 2 níveis de análise: 1º interação dos Estados em relação ao comportamento humano; 2º interação estatal associada á sua estrutura interna), uma 3ª forma de análise: ao vincular o comportamento dos Estados á estrutura das Relações Internacionais, revelando como a estrutura anárquica das R.I, constrange e afecta os Estados.

Teoria Institucional-Liberal- autores como Nye e Keohane, a interdependência entre Estados refere-se a situações com efeitos recíprocos entre países, porém, a grande maioria dos autores, defende que é impossível detreminar á priori que os benefícios de uma conexão excedam os seus custos. Estes autores afastam-se claramente da perspectiva kantiana que mais cooperação conduzirá inevitavelmente á paz, argumentando que pelo contrário, esta pode agudizar as discrepâncias entre Estados, revelando dois tipos de efeito-custo:

1º a sensibilidade- mede os efeitos de custo afecto a um Estado, por imposição de um terceiro Estado.

2º a vulnerabilidade- o ajustamento ao impacto externo, acontece através da vulnerabilidade de cada Estado, sendo que os que detêm maior capacidade para adoptar as suas política interna a mudanças (sem custos económicos ou socio-políticos, manipulam este feito).

A “interdependência complexa” possui três características:

1º múltiplos canais de contacto: intergovernamental, transnacional, entidades financeiras, empresas multinacionais, instituições internacionais que contribuem para a agenda internacional. **2º ausência de hierarquia na agenda internacional**: grupos de interesse com as suas próprias plataformas no processo de negociação. **3º o emprego da força**: não sendo a técnica mais eficaz para a manutenção do poder.

Ambas as teorias (com incidência neste conjunto de autores), convergem ao nível da análise, assinalando como característica da sistema internacional- a estrutura anárquica ou a interdependência complexa- como afectos ao comportamento dos Estados. No entanto na perspectiva neorrealista, a estrutura limita a cooperação internacional, para a teoria institucional-liberal os Estados dispõem de mecanismos de alteração do sistema.

É viável e/ou desejável o desenvolvimento de relações Sul-Sul? Argumentos a favor do desenvolvimento das relações Sul-Sul

A América do Sul é a nível económico, social e também geográfico muito heterogénea, assim como também a nível político, mas não tão heterogénea como a Europa Continental, por exemplo.

No entanto muitos dos países da América do Sul e da América Latina pretendem uma afirmação a nível internacional, pretendem independência face a outras potências mundiais, como por exemplo o México face aos EUA.

Para que esta afirmação da América do Sul como continente seja viável será necessário primeiramente uma integração regional mais profunda, coesa e estável dentro do possível.

Será possível uma integração ao nível da integração europeia? Talvez não ou talvez sim, pois a Europa Continental é também heterogénea, também possui interesses divergentes, e não foi por isso que deixou de existir o projeto europeu.

Claro que será necessário ter em conta que o território geográfico sul-americano é muito mais vasto que o território europeu, e que isso constitui um possível obstáculo à integração.

A integração na América do Sul não deverá ser apenas económica como atualmente se verifica, deverá sim ser uma integração social e política.

O Brasil como o maior país da América Latina deverá ser visto como motor desta integração, pois apesar de potência emergente o Brasil encontra muitas dificuldades em afirmar-se como potência regional, e virar-se também para a América do Sul deverá ser um objetivo essencial para o Brasil.

E parece que já o é, pois a política externa brasileira já se encontra voltada para as relações sul-sul. Sendo assim caberá ao Brasil conseguir um consenso dentro da sua própria região.

No entanto, as relações sul-sul não se referem só ao continente sul-americano, mas também a todo o hemisfério sul, ou seja, todos os países que se encontrem fora da área de influência dos EUA, que são normalmente considerados periféricos, em desenvolvimento, emergentes e por isso dependentes.

A Índia e a África do Sul são já pares estratégicos confirmados pela diplomacia brasileira quando se trata das relações sul-sul.

Um dos argumentos a favor da cooperação Sul-Sul será a erradicação da miséria, por exemplo, a cooperação entre o Brasil e a África do Sul tem mostrado muitos resultados nesta matéria.

A cooperação sul-sul não deve nunca ser vista apenas do ponto de vista económico mas do ponto de vista social, acima de tudo deve e foca-se no desenvolvimento da protecção social, na aplicação de políticas sociais que visem o desenvolvimento de países pouco desenvolvidos.

Mas para que isto seja possível é preciso que nos países da América Latina se verifique uma maior institucionalidade a nível da integração regional, pois só um órgão com maior peso poderá produzir efeitos mais consistentes a nível social e político em países como África, por exemplo.

Com a chegada do século XXI, as relações sul-sul poderão ainda estabelecer que os países emergentes, em desenvolvimento, possam afirmar-se na cena internacional, permitindo assim que a ordem internacional se torne mais complexa por ser mais desenvolvida não só a nível económico mas a nível político e social.

Apesar se não se situar no hemisfério sul, a China acaba por pertencer a este grupo de países, principalmente devido às relações económicas e comerciais que existem entre a China e o Brasil. No entanto persiste sempre a dúvida se será possível uma integração com a China a um nível mais profundo.

Será também importante fazer notar que se têm verificado avanços nos meios de desenvolvimento associados às relações sul-sul, como a criação de fóruns de diálogo entre os países emergentes, como por exemplo o IBAS, a ASPA, a ASA, a FIA e a FOCAC.

Acima de tudo as relações sul-sul são importantes a nível internacional, pois apresentam uma alternativa à dicotomia já existente e comum, Norte-Sul.

Durante muito tempo os países do sul encontraram-se à margem dos países desenvolvidos, foram explorados pelas grandes potências ocidentais e não tiveram peso na cena internacional, mas agora a ordem mundial parece inverter-se e estes países têm cada vez mais peso e ganham cada vez mais voz. O aprofundamento das relações sul-sul vai-lhes permitir ganhar cada vez mais expressão internacionalmente, e vai conduzir talvez a uma reordenação dos poderes mundialmente.

Acima de tudo, um país como o Brasil, inserido no grupo BRICS deverá também ter como prioridade a América Latina, para que exista mais coesão no estabelecimento de relações externas posteriores com os demais países do Hemisfério Sul.

É viável e/ou desejável o desenvolvimento de relações Sul-Sul? Argumentos contra o desenvolvimento das relações Sul-Sul

Mas a integração regional na América Latina é também confrontada com algumas desvantagens.

Primeiro, a política da região pode e certamente será afectada com o aumento do comércio entre os estados, especialmente as exportações de “commodities” (bens de consumo). As desigualdades económicas no seio da América Latina põem pressão nos governos para uma maior distribuição na exportação destes produtos de consumo. Por exemplo, na Bolívia, Evo Morales enfrenta protestos contra a falta de comida e de petróleo e contra o aumento dos preços.

A grande desvantagem quanto á integração regional na América Latina é que esta não está a resultar. A confrontação ideológica entre os estados – uns com políticas nacionalistas, outros com políticas socialistas – não os deixam chegar a acordo sobre questões fundamentais para a integração. No Mercosul foi necessária a saída do Paraguai para a entrada da Venezuela. O futuro é incerto sobre a reentrada do Paraguai e se este aceitará a entrada da Venezuela. A Comunidade Andina está em riscos de desaparecer com a saída da Venezuela. Na ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) “os únicos resultados tangíveis (...) são trabalhadores da saúde e petróleo subsidiado nos países participantes.”⁹⁹ A nível dos estados há uma grande divergência de relações: o Brasil prefere explorar as oportunidades que a China lhe oferece, enquanto a Colômbia estabelece maiores relações com a Espanha e com a Alemanha.

Alguns autores argumentam que a América Latina não está preparada nem para certos tipos de cooperação entre estados, como a cooperação Norte-Sul. Este tipo de cooperação utiliza uma arquitectura institucional complexa e, desta forma, não há capacidade para desenvolver a cooperação

⁹⁹ Varas, Augusto, *Political and Economic Realities Clash in Latin America*, NOREF Report. P. 4, nº 2. Disponível em: http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/c350b3d7c0c2bcd3dd4bf254d06f3426.pdf
[Consultado em: 15/11/2012]

nem existem linhas de investimento que os governos possam utilizar nesta cooperação. Para os estados da América Latina as questões domésticas encontram-se em primeiro lugar para alocar estas linhas de investimento. Na cooperação Norte-Sul a comunicação é difícil de estabelecer e não há uma aprendizagem da cultura do outro nem uma identificação de uma mesma cultura ou identidade. Para além disso, a legislação de um estado muitas vezes não é compreendida por outro estado até porque não há informação disponível sobre essa legislação ou esta encontra-se disponível apenas na língua do estado em questão. Outro problema é que as transferências são feitas normalmente entre estados mais ricos, mesmo que não sejam da mesma região, por exemplo as relações bilaterais entre o Brasil e a África do Sul¹⁰⁰.

Quanto às relações Sul-Sul, elas são baseadas em relações comerciais e económicas e não em alianças políticas. São formadas por corpos não institucionalizados como os BRICS¹⁰¹. As desvantagens deste tipo de cooperação passam pela pouca preocupação que têm com questões ambientais e sociais, visto muitos projectos assentarem em infraestruturas (40% dos projectos). Não existe a monitorização constante que encontramos nos projectos Norte-Sul. A preocupação é a de acabar depressa os projectos e não o impacto que estes têm nas populações. Não há harmonização dos contribuidores, há excepção do Arab Coordination Group e não há também uma coordenação do diálogo político entre os dadores e os governos locais¹⁰². Para além disso os projectos realizados na cooperação Sul-Sul são de baixo custo. 55% dos projectos têm um investimento abaixo dos \$15.000, 17% entre os \$16.000 e os \$125.000 e apenas 28% dos projectos situam-se acima deste valor¹⁰³.

Conclusão

A resposta à questão “É viável e/ou desejável o desenvolvimento de relações Sul-Sul?” não é, como vimos uma questão linear. A primeira impressão, num sistema internacional globalizado é que, pelo menos as relações económicas entre estados serão benéficas para todos os estados. Mas a integração regional conta com muito mais do que simples relações económicas. E vimos também que há desvantagens a nível social em termos de relações entre estados.

Assim, a vertente de ser desejável as relações Sul-Sul não tem uma resposta concreta da nossa parte.

Quanto a ser viável, a maioria dos autores aponta para uma grande diferença entre a América Latina e a União Europeia, o que quer dizer que a América Latina não parece ter condições – pelo menos para já – de conseguir uma integração tão larga e aprofundada como a União Europeia. E essa é também a nossa opinião.

Bibliografia

www.pralmeida.org/05DocsPRA/2425/RelacoesSulSul.pdf, Data: 22/11/2012, Hora: 15:44h

www.youtube.com/watch?v=ME7vbCM50OQ&feature=relmfu, Data:22/11/2012, Hora: 16:25h

www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/22452/14005, Data:22/11/2012, Hora:

18:59h

www.funag.gov.br/biblioteca, Data: 22/11/2012, Hora: 19:39h

Rodrigues, Jorge Ricardo. "Desenvolvimento e Cooperação Internacional". Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

Leite, Patrícia Soares. "O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva / Patrícia Soares Leite. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Andrade, Melissa. 2010. *South-South Cooperation: The same old game or a new paradigm?* International Policy Centre for Inclusive Growth. #20. Brasília.

¹⁰⁰ Andrade, Melissa, *Is the South Ready for South-South Cooperation?*, International Policy Centre for Inclusive Growth. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager77.pdf> [Consultado em: 15/11/2012]

¹⁰¹ Aguilar, Carlos G., *South-South Relations in the New International Geopolitics*. Disponível em: <http://www.globality-gmu.net/archives/2280> [Consultado em: 15/11/2012]

¹⁰² *Background Study for the Development Cooperation Forum – Trends in South-South and triangular development cooperation – April 2008*, ECOSOC. Disponível em: http://www.un.org/en/ecosoc/docs/pdfs/south-south_cooperation.pdf [Consultado em: 15/11/2012]

¹⁰³ *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Cimeira Ibero-Americana 2011*. Disponível em: <http://segib.org/news/files/2011/11/Coop-Sul-Sul-2011.pdf> [Consultado em: 15/11/2012]

Aguiar, G. Carlos. "South-South relations in the New International geopolitics". James madison University: Global studies Review Vol6 No.3, 2010.

Varas, Augusto, *Political and Economic Realities Clash in Latin America*, NOREF Report. P. 4, nº 2. Disponível em:

http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/c350b3d7c0c2bcd3dd4bf254d06f3426.pdf [Consultado em: 15/11/2012]

Andrade, Melissa, *Is the South Ready for South-South Cooperation?*, International Policy Centre for Inclusive Growth. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager77.pdf> [Consultado em: 15/11/2012]

Aguilar, Carlos G., *South-South Relations in the New International Geopolitics*. Disponível em: <http://www.globality-gmu.net/archives/2280> [Consultado em: 15/11/2012]

Background Study for the Development Cooperation Forum – Trends in South-South and triangular development cooperation – April 2008, ECOSOC. Disponível em: http://www.un.org/en/ecosoc/docs/pdfs/south-south_cooperation.pdf [Consultado em: 15/11/2012]

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Cimeira Ibero-Americana 2011. Disponível em: <http://segib.org/news/files/2011/11/Coop-Sul-Sul-2011.pdf> [Consultado em: 15/11/2012]

A11: Exemplos de Planificações no Observatório Político (páginas xlvii-xlviii)

Calendário Programa de Estágios @ OP

Candidatura	Análise e Decisão	Estágios
De 1 de Agosto a 15 de Setembro	Dias 19, 20 e 21 de Setembro (até 25 de Setembro)	De 1 de Outubro a 2 de Janeiro
De 13 de Novembro a 13 de Dezembro	Dias 17, 18 e 19 de Dezembro (até 27 de Dezembro)	De 3 de Janeiro a 3 de Abril
De 15 de Fevereiro a 15 de Março	Dias 20, 21 e 22 de Março (até 28 de Março)	De 4 de Abril a 4 de Julho

Actualização do Histórico

Novembro (2011)	Março (2012)	Abril (2012)	Maio (2012)	Junho (2012)	Julho (2012)
Terceira Edição da Escola de Outono	Confirmar candidatura Gulbenkian	Início do Programa de Estágios@ OP para o trimestre de Abril a Junho de 2012	Eslovénia	Eslovénia	IPSA
	Envio da RPCP nº1 aos membros associados do OP		Spring Research School, GATECH, Geórgia (painéis, conferencistas, local)	Dia 29 – Termo do call for papers para a RPCP, nº 2	Kevin Mulcahy
	Dia 26 – Selecção de candidaturas à III fase do Programa de Estágios@ OP (duas candidaturas seleccionadas para estágio curricular, duas candidaturas seleccionadas para estágio académico)			Dia 29 – Candidatura a bolsa de financiamento Bolsas Papeis para a apresentação de comunicações em conferências nos EUA (3/3 candidaturas aprovadas)	

Actividades de Veraneio

Julho	Agosto	Setembro
Dia 31 – Facebook (oferta lectiva)	Dias 1, 11, 21, 30 –Programa de estágios @ OP – Facebook e actualizar a informação no portal online	ACIS
	Dia 10 – Facebook e portal online (anúncio de férias – sai e-WP)	e-WP (Paulo Barcelos; sai anúncio de férias)
	Dia 15 – Facebook (Congresso Mundial IPSA, 2014, Québec, Montreal)	Padrão dos descobrimentos (sai programa de estágios)
	Dia 25 – Facebook (Padrão dos Descobrimentos)	Open day @ OP (oferta lectiva)
	Portal online (Slide show; sai informação sobre Kevin Mulcahy)	

A12: Descrição do Curso de Diplomacia na América Latina (site do OP) (29/8/2013)

The screenshot shows a web browser window with the URL www.observatoriopolitico.pt/actividades/diplomacianaamericalatina. The website header features the logo of the Observatório Político and a search bar labeled 'Procurar'. A navigation menu includes links for Home, Sobre Nós, Investigadores, Actividades, Publicações, Associados, Links Úteis, and Contactos, along with social media icons for YouTube and Facebook.

The main content area features a banner for the 'CURSO DE DIPLOMACIA NA AMÉRICA LATINA Edição 2012' with the Observatório Político logo. Below the banner, the text reads 'INSCRIÇÕES ENCERRADAS'.

Programa

Na prossecução das actividades do Observatório Político empenhadas na consolidação do conhecimento em áreas-chave de interesse académico e profissional, o *Curso Diplomacia na América Latina* fornece competências científicas e profissionais no âmbito da diplomacia, permitindo a compreensão e discussão dos desafios a que a diplomacia está submetida no século XXI. No campo das relações internacionais, o paradigma que privilegia a cooperação entre povos e países é desafiado a um ritmo acelerado e intenso, obrigando a uma constante adequação e actualização em áreas – segurança, economia, cultura, entre outras – que se interligam às relações diplomáticas, especificamente na região da América Latina. Os coordenadores do curso e o Observatório Político, em conjunto com a Casa da América Latina e o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que reconhecem a validade do projecto e se associam

On the right side of the page, there is a Facebook widget for 'Observatório Político' showing 2,792 likes and a grid of member photos. Below it is a 'Facebook Members WordPress Plugin' and a blue button that says 'ASSOCIE-SE'.

A13: Lista de Autores dos Vários Tipos de Publicações OP (páginas I-II)

Autores RPCP	Autores coleção OP	Autores Publicações OP	Working Papers
Ália Chambel Pires	Carlos Leone	António Horta Fernandes	Carlos Oliveira Santos
António Horta Fernandes	Patrícia Calca	António Sousa Lara	Carlos Vargas
António Paulo Duarte		Carlos Carreira	Diogo Noivo
Augusto Guilherme Girão		Cristina Montalvão Sarmento	Francisco Carvalho Vicente
Camila Bretenvieser		David Evans	Joana Carvalho Costa
Camila Rodrigues		Heitor Barras Romana	Jorge Botelho Moniz
Carina Inácio		João Ricardo Catarino	José Pereira da Costa
Carla Isabel Fernandes		José Adelino Maltez	Luís Manuel Elías
Carlos Borges		José Antunes Fernandes	Odair Varela
Carlos Eduardo A. Fuzeta da Ponte		Lucia Maria Paschoal Guimarães	Patrícia Oliveira
Carlos Leone		Manuel Filipe Canaveira	Paulo Carvalho Vicente
Carlos Oliveira Santos		Maria João Cantinho	Raquel Duque
Carlos Vargas		Maria Lucília Marques	Rui Estêvão Alexandre
Catarina Gama		Paulo Barcelos	Sara Reis
Clécia Lima Ferreira		Pedro Clemente	Suzano Costa
Clóvis Brigagão		Pedro Ferreira da Silva	Teresa Furtado
Cristina Montalvão Sarmento		Rogério Jóia	
Cythia Danielle Siqueira		Sandra Maria Rodrigues Balão	
David Rodrigues Mendes		Teresa de Almeida e Silva	
Diogo Fernandes		Vasco Branco Guimarães	
Eduardo Pereira Correia			
Eduardo Viegas Ferreira			
Giovanni Damele			
Isabel Corrêa da Silva			
Isabel Mariano Ribeiro			
João Figueiredo			
Jorge Barreto Xavier			
Jorge Botelho Moniz			
José Freire Nogueira			
José Manuel Cordeiro			
José Manuel de Carvalho Roque			
José Miguel Tavares Duarte			
José Pereira da Costa			
Júlio Pinheiro Faro Homem de Siqueira			
Luís André Elías			
Madalena Madeira			
Manuel Filipe Canaveira			
Maria João Cabrita			
Maria José Barbosa			
Mariana Veiga			
Marta Sofia Camelo Pita			

Autores RPCP	Autores coleção OP	Autores Publicações OP	Working Papers
Miguel Nobre de Lacerda Momade Imran Mhomed Hanif Patrícia Oliveira Paulo Barcelos Paulo Carvalho Vicente Paulo Jorge Valente Gomes Paulo Oliveira Paulo Rigueira Paulo Silvério Pedro Clemente Pedro Mendonça Rafael Seabra Raquel dos Santos Duque Raquel Faria Raquel Teixeira da Fonseca Lacerda Rui Estêvão Alexandre Sara Raquel da Silva Reis Sérgio Frederico Barros Suzano Costa Thais Pimentel Cabral Tiago dos Santos Carlos Vanda Amaro Dias Victor Ramon-Fernandes			

A14: Regras de Publicação dos *Working Papers*

Regras de apresentação de working paper OP:

- texto conforme o acordo ortográfico
- referências bibliográficas em notas de rodapé (sem referências no final)
- espaçamento 1.0
- Texto justificado
- Espaço (normal) entre os parágrafos
- Tipo de letra: Cambria; Tamanho: 12
- Para as notas de rodapé, Tipo de letra: Cambria; Tamanho: 8

No início ficará o título, o nome do investigador e a(s) instituição(ões) para que faz investigação:

Título do artigo - Tipo de letra: Cambria; Tamanho: 16; em Maiúsculas; em Negrito; Alinhamento do texto à esquerda.

Nome do autor - Tipo de letra: Cambria; Tamanho: 13; em Negrito; Alinhamento do texto à direita.

Instituição para que faz investigação - Tipo de letra: Cambria; Tamanho: 11; em Itálico; Alinhamento do texto à direita.